IVAN VASCONCELOS FIGUEIREDO

TELEVISÃO, SURDEZ, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ANÁLISE DA RECEPÇÃO, POR TELESPECTADORES SURDOS, DAS MENSAGENS EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, VEICULADAS PELO JORNAL VISUAL MINAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E CULTURA

Agosto de 2008

IVAN VASCONCELOS FIGUEIREDO

TELEVISÃO, SURDEZ, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ANÁLISE DA RECEPÇÃO, POR TELESPECTADORES SURDOS, DAS MENSAGENS EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, VEICULADAS PELO JORNAL VISUAL MINAS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura
Linha de Pesquisa: Discurso e Representação Social

Orientador: prof. Dr. Guilherme Jorge de Rezende

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E CULTURA

Agosto de 2008

IVAN VASCONCELOS FIGUEIREDO

TELEVISÃO, SURDEZ, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ANÁLISE DA RECEPÇÃO, POR TELESPECTADORES SURDOS, DAS MENSAGENS EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, VEICULADAS PELO JORNAL VISUAL MINAS

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Guilherme Jorge de Rezende – UFSJ
Orientador

Profª. Drª. Ana Carolina Rocha Pessoa Temer - UFG

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção - UFSJ

Profª. Drª. Magda Velloso Fernandes de Tolentino
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras
Teoria Literária e Crítica da Cultura

Agosto de 2008

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, pelo fomento desse estudo.

Ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João Del-Rei, pela oportunidade de fazer parte de um Programa consistente e inovador.

Aos professores do Programa de Mestrado em Letras da UFSJ, pelos constantes aprendizados.

Ao orientador e professor Guilherme Jorge de Rezende, por depositar confiança no desenvolvimento desse estudo e, principalmente, pelos imensuráveis ensinamentos.

Às interpretes Cibele da Penha Raris e Elaine Cristina Alves Amancio e aos surdos participantes, pela receptividade, empenho e disposição na realização dessa pesquisa.

Aos professores surdos do Curso de Língua Brasileira de Sinais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João del-Rei/MG, pelas vivências e aprendizados únicos.

Às professoras Adriana Passos e Maria Carmem Aires Gomes, pelos apoios e incentivos necessários ao ingresso no Programa de Mestrado em Letras da UFSJ.

Aos meus pais e irmãos, por compreenderem as ausências e pelo suporte e, em especial, à minha mãe, pela disposição e olhar criterioso nas revisões finais.

À sempre ótima Suelen, por fazer parte desse caminhar e cativar sorrisos.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse estudo.

RESUMO

A pesquisa tem o intuito de discutir os processos de recepção das notícias e reportagens, veiculadas pelo Jornal Visual Minas, da Rede Minas de Televisão, a partir da perspectiva de Schramm (1970), que considera a comunicação televisiva como um processo cíclico, marcado por múltiplas e interseccionadas etapas. Analisa-se, através de metodologia de grupo focal, como quatro telespectadores surdos, do telejornal mineiro, recebem, decodificam, interpretam e codificam sentidos, após o contato com mensagens televisivas traduzidas para a Língua Brasileira de Sinais. A surdez é entendida como um território marcado por múltiplos discursos, os quais refletem as lutas e tensões sociais. Com base em Foucault (1997; 1998) e Skliar (1998; 2005), são discutidos os processos de formação de discursos e saberes dominantes sobre a surdez, os quais têm o poder de proferir dizeres capazes de influenciar na formação de um ideário a respeito dos surdos, resgatando traços de crenças e valores advindos de outros discursos, o que ajuda a reforçar, refletir e reproduzir as relações de força estabelecidas entre certos grupos sociais. Eco (1979) é utilizado como referencial para a análise da inter-relação entre os códigos componentes da linguagem televisiva. O debate sobre a importância da imagem e da palavra na comunicação televisiva é norteado pelos estudos de Rezende (1998; 2000), Fang (1972), Paternostro (1987), Klaus (2006), Wolff (2005), Sodré (1997) e Fraga Rocco (1991). A estruturação e os modos de apresentação do Jornal Visual Minas são pensados a partir de Jespers (1998) e Gleiser (1983). O presente estudo propõe uma reestruturação dos códigos da linguagem televisiva para a veiculação da comunicação espaço-visual, tendo em vista a nova potencialidade da imagem, para além das fronteiras de representação do real: a imagem como portadora do elemento verbal. Reflete-se sobre os efeitos comunicativos, culturais, sociais e discursivos decorrentes da transmissão de informações e conhecimentos em língua de sinais pela televisão.

Palavras-chave: televisão, surdez, representações sociais, discurso, Jornal Visual Minas.

ABSTRACT

The research wants to discuss the receiving processes of television news, provided by the Jornal Visual Minas, Rede Minas de Televisão, based on Schramm´s perspective (1970), which considers the television communication as a cyclical process, marked by multiple and connected levels. An analysis of whether, through focus group methodology, as four deaf viewers receive, decode, interpret and encode senses after watching television news translated for Brazilian Sign Language. The deafness is considered as an area marked by many speeches, which reflect the struggles and social tensions. Based on Foucault (1997, 1998) and Skliar (1998, 2005), the study discuss the processes of formation of dominant discourses and knowledge about deafness, which have the power to make wording able to influence the formation of an ideology about the deaf, recovering traces of beliefs and values arising from other speeches, which helps to strengthen, reflect and play the balance of power between certain social groups. Eco (1979) is used as reference for examining the interrelationship between the components codes of language television. The debate of the importance of image and word in the communication television is guided by studies of Rezende (1998, 2000), Fang (1972), Paternostro (1987), Klaus (2006), Wolff (2005), Sodré (1997) and Fraga Rocco (1991). The structure and modes of presentation of the Jornal Visual Minas are designed from Jespers (1998) and Gleiser (1983). This research proposes a restructuring of the codes of language television for the delivery of space-visual communication, with a view to the new capability of the image, beyond the borders of representation of reality: the image as bearer of verbal element. Reflects itself on the effects communicative, cultural, social and discursive caused by transmission of information and knowledge in the language of television signals.

Keywords: television, deafness, social representations, discourse, Jornal Visual Minas.

SUMÁRIO

Introdução 11
Jornal Visual Minas e a abertura de possibilidades, para outros modos comunicativos e um outro olhar, em relação à surdez 13
Metodologia e procedimentos metodológicos 18
1. A Surdez e a Língua Brasileira de Sinais 23
1.1. A construção de concepções/representações sobre a surdez 27
1.2. A surdez como diferença comunicativa 44
1.3. Aspectos acerca da Língua Brasileira de Sinais 50
2. A comunicação televisiva 60
2.1. Os códigos da linguagem televisiva 62
2.2. Importância da imagem e da palavra na comunicação televisiva 66
2.3. Jornal Visual Minas 75
3. Representações sociais de telespectadores surdos 87
3.1. Entrevistas e discussões 94
3.1.1. Recepção do Jornal Visual Minas 97
3.1.2. Decodificação 100
3.1.3. Interpretação 103
3.1.4. Codificação 110
3.2. Apontamentos para análise do Jornal Visual Minas 114
Considerações finais 122
Referências bibliográficas 138
Anexos 144
Anexo 1 144
Apêndices 159
Apêndice A 159
Apêndice B 161
Apêndice C 164

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As 46 configurações de mãos da Libras. 52
Figura 2: Exemplos de sinais na ASL. 53
Figura 3: Aspecto temporal de OLHE-PARA. 53
Figura 4: Espaço de realização dos sinais e as quatro áreas principais de articulação dos sinais. 54
Figura 5: Orientações das mãos em Libras. 55
Figura 6: Expressões faciais e corporais em Libras. 56
Figura 7: Soletração digital e execução de sinal. 57
Figura 8: Jornal Visual da TVE com quadro do intérprete no canto da tela 76
Figura 9: Jornal Visual Minas e a inovação do quadro do intérprete em tamanho ampliado 77
Figura 10: Imagem da leitura da cabeça para chamar uma reportagem a ser veiculada posteriormente 82
Figura 11: Modo de estruturação do Jornal Visual Minas durante a exibição de reportagens 84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: O processo de comunicação de Schramm 89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

1. ASL: *American Signal Language*
2. JVM: Jornal Visual Minas
3. Libras: Língua Brasileira de Sinais
4. TVE: Rede Educativa de Televisão

INTRODUÇÃO

> Ser surdo, nascer surdo, põe a pessoa numa situação extraordinária; deixa-a exposta a uma gama de possibilidades lingüísticas e, por conseguinte, a uma gama de possibilidades intelectuais e culturais que o resto de nós, como falantes naturais, num mundo de fala, mal podemos começar a imaginar.
> (Oliver Sacks)

A elaboração desse estudo tem como base experiências e pesquisas anteriores, as quais visaram conhecer mais a respeito da cultura surda, da comunicação espaço-visual, dos surdos e o modo como esses sujeitos se relacionam com a sociedade e com o meio de comunicação televisivo.

O primeiro olhar sobre a surdez está associado a um projeto experimental, ao desenvolvimento de uma monografia em conjunto com a produção de um vídeo-documentário (FIGUEIREDO; CALDAS, 2006). O projeto propunha estabelecer um outro olhar sobre as diferenças por meio da inversão de papéis entre emissores e receptores dentro de conteúdos audiovisuais.

O filme – com relatos, experiências de vida e dificuldades enfrentadas por surdos na sociedade – buscava o exercício de vivências únicas por parte daqueles que entendem que a comunicação ocorre somente através do som.

O contato com mensagens em Língua Brasileira de Sinais (Libras), por receptores que não dominam a comunicação espaço-visual, era o ponto de partida para a percepção e discussão sobre a existência de outras formas culturais em uma mesma sociedade e os distintos modos de comunicar além da oralidade.

A elaboração dessa experiência audiovisual foi norteada por estudos prévios, além de entrevistas e dinâmica de grupo focal com surdos, com o intuito de se saber mais sobre a surdez, os participantes, o modo de educação e como eles se relacionam com a televisão.

Os entrevistados foram instigados a refletir sobre a programação telejornalística, sobre os programas existentes voltados para surdos e os recursos

tecnológicos de tradução que permitem um contato mais apropriado dos surdos com os conteúdos veiculados.

O *closed caption* (legenda oculta acionada por controle remoto) e o quadro de intérprete (imagem exibida na tela com a intérprete em Língua Portuguesa/Libras) foram contrastados dentro de parâmetros de acessibilidade comunicativa, a fim de se propor a forma mais condizente para a oferta de conteúdos televisivos direcionados aos surdos.

No referido projeto, o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, e o Jornal Visual Minas, da Rede Minas de Televisão, foram utilizados como referenciais para a discussão. Os surdos participantes da pesquisa demonstraram preferência pelas notícias transmitidas por meio do quadro de intérprete do Jornal Visual Minas, em detrimento da legenda em português escrito, do Jornal Nacional.

As dificuldades apresentadas na compreensão das mensagens veiculadas por meio da legenda oculta foram associadas: (a) a um falta de conhecimento pleno do português escrito por parte dos surdos; (b) a forma de transcrição das mensagens orais para a escrita, que apresenta limitações técnicas de sincronia, distorções e adaptações de conteúdo, durante a tradução.

De acordo com os entrevistados, em termos de comunicabilidade, o quadro de intérprete é mais acessível do que a legenda oculta, principalmente, quando se considera o processo de aprendizagem dos surdos e a dificuldade para o domínio pleno do Português.

A discussão sobre o processo de comunicação e de recepção de conteúdos televisivos transmitidos através do recurso tecnológico do *closed caption* é abordada em trabalhos de autores como Araújo (2005); Araújo e Franco (2003); Figueiredo e Rezende (2007); Neves (2005).

O estudo comparativo entre as formas de tradução de mensagens televisivas para surdos, através da legenda oculta e do quadro de intérprete, é articulado nas pesquisas de Figueiredo e Caldas (2006); Francisco (2003); Reichert (2008).

Contudo, ainda não se tem ciência de pesquisas voltadas, especificamente, para o estudo do processo de comunicação espaço-visual em telejornais para

surdos e dos processos de recepção de telespectadores surdos, diante de mensagens em Libras.

A comunicação espaço-visual está em primeiro plano para os surdos. O aprendizado do Português advém como uma opção, uma segunda língua a ser adquirida posteriormente à língua de sinais, sugerem os participantes da pesquisa.

Estudos em Educação Bilíngüe (LACERDA; LIMA; NAKAMURA, 2000; SKLIAR, 1998) revelam que os surdos se desenvolvem melhor e mais adequadamente quando têm o aprendizado norteado pela língua de sinais. O Português assume o papel de segunda língua.

Jornal Visual Minas e a abertura de possibilidades, para outros modos comunicativos e um outro olhar, em relação à surdez

Devido às potencialidades e particularidades dos surdos para a comunicação espaço-visual, a forma mais condizente de um telejornal se comunicar com os surdos seria, então, através da língua de sinais.

No Brasil, a televisão assume papel preponderante frente aos demais meios de comunicação em larga escala, principalmente, pela abrangência e gratuidade. A programação da televisão aberta está presente em 91,4% dos lares brasileiros. Na região Sudeste, ela atinge 96,1% dos domicílios (IBGE, 2007).

No entanto, abrangência não significa estar incluída na rotina de 662,9 mil surdos que estão em Minas Gerais, os quais representam 3,7% do total de 17,9 milhões de habitantes do Estado (IBGE, 2006).

A oferta de conteúdos televisivos em Libras é reduzida em Minas Gerais. Da programação veiculada no estado, os surdos contam somente com um telejornal traduzido para a Libras, por meio do quadro de intérprete, o *Jornal Visual Minas*. Além do telejornal, a emissora Rede Minas ainda exibe um programa de entrevistas e debates, o *Brasil das Gerais*, com a tradução pela intérprete.

Diante desse panorama, o presente estudo busca aprofundar os conhecimentos a respeito de telejornais que veiculam informações por meio da comunicação espaço-visual, representada pela presença do quadro de intérprete.

O interesse está na comunicação estabelecida entre o Jornal Visual Minas e a audiência de surdos pretendida pelo programa, ou seja, no processo de recepção de telespectadores surdos diante de notícias traduzidas para Libras.

A investigação parte da relação comunicativa estabelecida entre telespectadores surdos e telejornal para se perceber como os espectadores vivenciam experiências e criam representações sociais a partir do contato com as notícias dadas na televisão.

O objetivo é analisar os processos de recepção das mensagens em Libras do Jornal Visual Minas, quando se considera um público-alvo idealizado do programa em questão. Esses processos de recepção são entendidos a partir da concepção do processo comunicativo de Wilbur Schramm (1970), que propõe pensar a recepção em uma subdivisão de momentos, etapas, como a decodificação, interpretação e codificação.

O foco está: (a) no estudo da acessibilidade/ compreensão das mensagens veiculadas em Libras pela intérprete do Jornal Visual Minas; (b) e na verificação de como os surdos produzem significados, a partir das notícias exibidas em Libras.

Os meios de comunicação, como a televisão, são percebidos como um passo para uma possível mudança no modo de encarar e representar socialmente a surdez.

Como ressalta Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (2007), a busca pelo conhecimento da realidade, de ter acesso às novidades e às notícias, é uma necessidade humana e social. As relações nas sociedades se estabelecem por meio do contato com outros sujeitos, das *notícias, causos, acontecimentos, dramas públicos ou pessoais, e toda uma série de conhecimentos que leva o indivíduo a se sentir parte da comunidade* (TEMER, 2007).

O telejornal se estabelece como um referencial para os sujeitos. E como filtros para os conhecimentos, saberes e acontecimentos dados na esfera social,

esses meios podem se tornar canais positivos e/ou negativos para a construção de visões e concepções de questões como a surdez.

Os meios jornalísticos mediatizam os conhecimentos dados em setores sociais que não estão acessíveis a todos, como a Academia, por exemplo. Esses meios têm a oportunidade de entrar em contato com os saberes científicos e transformá-los em um novo dizer, capaz de circular por todos os campos sociais.

Pessoas e instituições, reconhecidas como autoridades sobre o assunto, são convidadas a dar declarações e depoimentos, com o intuito de gerar um senso de autoridade, credibilidade e veracidade para a temática abordada na notícia.

Durante o processo de re-dizer, existe o filtro, a seleção e adaptação às convicções e perspectivas do meio de comunicação, além da incorporação de visões particulares do veículo.

Um novo discurso é apresentado, pautado em outros dizeres, mas que não deixa de tentar imprimir o sentido proposto pelo meio. Visões e convicções sobre a surdez são (re) construídas e ganham, então, a esfera social com um tom de veracidade.

O meio jornalístico tem a possibilidade de emitir dizeres distintos e contrastantes, dependendo da posição assumida no ato locutório e as influências que os discursos circundantes podem trazer. O discurso trazido no texto jornalístico pode se aproximar do campo da medicina para enunciar um posicionamento acerca da surdez em uma notícia, em outro momento, tomar a posição prevista para antropologia.

As representações sociais sobre a surdez vão sendo, assim, criadas e legitimadas a partir da apresentação de notícias que incorporam e (re) significam noções provindas de outros campos de saber. As notícias veiculadas ofertam a possibilidade de perpetuação de discursos que podem ser entendidos como naturais ao indivíduo.

É um equívoco, contudo, pensar que campos de saber reconhecidos são os únicos responsáveis pela construção de representações sociais acerca da surdez, e que os meios de comunicação propagam essas visões e incorporam valores e crenças na audiência.

Antes de ser uma questão biológica, social ou política, a surdez é um campo discursivo, em que se confrontam valores, crenças e ideologias, um território perpassado por diversas e distintas representações sociais. Não é possível se pensar em representações sociais corretas ou incorretas sobre a surdez.

As origens para essas representações sociais não podem ser facilmente mapeadas e localizadas em “modelos sobre a surdez”, como o campo da medicina, da antropologia, da educação, por exemplo. Não se pode limitar os pensamentos sobre a surdez em categorias de verdade e falsidade, em dizer que a medicina, a educação ou a antropologia são as determinantes para a disseminação de idéias infundadas sobre a surdez.

A surdez está presente na esfera social e, como tal, transita, flutua, por territórios intermediários que não estão presentes nesses modelos. O que se crê e se idealiza sobre a surdez flutua por entre as significações históricas, lingüísticas, políticas e sociais. O território do campo discursivo é imbricado por múltiplos e distintos discursos que se influenciam mutuamente.

O problema com relação à surdez está justamente no modo como são formadas as representações sociais, em como os sujeitos se apóiam na teia discursiva para construírem visões e concepções, em quais dizeres se apóiam para determinar uma noção sobre a surdez.

Nessa teia discursiva, os meios de comunicação podem auxiliar na difusão de ideologias, crenças e valores dentro da sociedade. Ao ligar o televisor, as pessoas buscam sentidos para a realidade que as cerca.

As informações trazidas pelo telejornalismo servem como base de aprendizado e (re) significação da experiência cotidiana. Os sentidos produzidos, a partir de acontecimentos retratados, podem se tornar referenciais para construções de visões de mundo por parte do telespectador, além de instrumentos para o contato com realidades que os sujeitos podem, por vezes, não conhecer.

O Jornal Visual Minas, ao disponibilizar notícias e reportagens traduzidas para a Libras, apresenta outros modos de ver e encarar a surdez, os quais ganham a esfera social e podem ser apropriados ou não pelos sujeitos.

O telejornal apresenta-se como um espaço no qual se admite a existência de distintas formas culturais na sociedade e diferentes modos de comunicar, para além das barreiras do som.

Rompe-se com a concepção de que a comunicação por uma língua oral-auditiva é o único meio para compartilhar pensamentos, idéias, atos dialógicos, estabelecer relações sociais e participar de elementos culturais.

Dentro do Jornal Visual Minas, o ato de admitir a diferença também está associado ao exercício de ações que visem políticas de integração de diferenças existentes na sociedade.

O espaço dado para informações voltadas aos surdos pode criar sensos de representatividade e identificação, em que as resistências aos discursos preponderantes sobre quem é o sujeito surdo se colocam como condições de possibilidades para outros sensos de identificação se confrontarem.

O acesso e conhecimento das notícias que transmitem representações dos fatos cotidianos podem auxiliar na sensação de pertencimento à sociedade, bem como no desenvolvimento individual, social e cultural do surdo.

As noções de realidade veiculadas pela TV podem servir como parâmetros para a construção de visões críticas da sociedade e para o exercício de determinada ação sobre a sociedade.

Ao transmitir perspectivas de acontecimentos aos surdos, um telejornal em língua de sinais pode influenciar no modo como o surdo se vê, se identifica, e vivencia experiências na sociedade da qual faz parte e que, por vezes, é excluído por não dominar a língua oral.

No momento em que os surdos passam a se enxergar de modo diferente, se representam distintamente dos discursos preponderantes sobre a surdez, as percepções sobre a surdez e os surdos que circulam no campo social sofrem influências e podem se alterar.

Metodologia e procedimentos metodológicos

Para a abordagem dessas discussões, este estudo busca referenciais em trabalhos desenvolvidos na área da surdez, televisão e temas correlatos, como linguagem, discurso, métodos educacionais para surdos e posicionamentos acerca das diferenças culturais na sociedade contemporânea.

O primeiro capítulo desenvolve a relação entre surdez e processos culturais com base em Hall (2003). A cultura é compreendida como uma cadeia formada por instituições culturais, significações e representações, sendo perpassada e condicionada pelos discursos presentes na sociedade.

A surdez é colocada como um território marcado por múltiplos discursos, os quais refletem as lutas e tensões sociais e que, por vezes, se apresentam híbridos e interseccionados. A problemática da surdez é direcionada para o campo da formação de discursos e das representações sociais. Os trabalhos de Foucault (1997; 1998) e Skliar (1998; 2005) são utilizados como norteadores para a discussão da construção de dizeres preponderantes sobre a surdez.

As diferenças que se colocam entre surdos e não-surdos estão presentes nas crenças, valores e ideologias que se dão no plano social e que se refletem através dos dizeres, sejam eles corriqueiros, saberes científicos ou midiáticos, por exemplo.

Entende-se que a comunicação entre os sujeitos não é dada somente através dos sons advindos da fala, bem como pela percepção do mundo através de um sistema articulado de ruídos. Como observa Saussure (1998), a língua é forma e não substância. A língua é um produto de construções e significações sociais que, em essência, independem do indivíduo.

Os cinco sentidos humanos (audição, visão, olfato, paladar e tato) são capazes de exprimirem sentidos. Os sentidos das palavras são dados no momento em que estas se colocam no plano social, na relação contextual que se estabelece durante o ato dialógico entre os emissores e receptores.

Os processos culturais surdos e orais são pensados a partir da diferenciação no modo de comunicar, perceber e representar o mundo, sem

deixar de lado a possibilidade de influência e inter-relacionamento entre essas culturas tendo em vista a presença em um mesmo ambiente social.

Compreende-se que as experiências marcadas pela comunicação espaço-visual podem acarretar em processos comunicativos e culturais distintos dos previstos para os presentes no mundo norteado pelo som.

O segundo capítulo atém-se ao estudo do processo de comunicação televisiva, da relação existente entre os códigos empregados na comunicação televisiva para a emissão de sentidos às mensagens.

A linguagem televisiva é considerada a partir da complementaridade de códigos componentes (lingüístico, sonoro e visual), os quais são necessários para a elaboração das mensagens e os sentidos a serem extraídos pelos receptores (ECO, 1979).

Discute-se sobre a relação necessária entre a imagem e a palavra na comunicação televisiva, por meio dos estudos de Rezende (1998; 2000), Fang (1972), Paternostro (1987), Klaus (2006), Wolff (2005), Sodré (1997) e Fraga Rocco (1991).

O terceiro capítulo analisa a recepção das mensagens do Jornal Visual Minas, dentro dos parâmetros comunicacionais previstos por Wilbur Schramm (1970). O autor considera a comunicação como um processo cíclico de troca de informações, no qual as mensagens recebidas passam por três estágios: decodificação, interpretação e codificação.

O processo de recepção do Jornal Visual Minas (JVM) foi analisado a partir da teorização de Schramm e de informações e depoimentos coletados por meio de entrevistas e metodologia de grupo focal com quatro surdos residentes na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. A escolha pautou-se no público-alvo idealizado do telejornal.

A metodologia de grupo focal, entendida aqui na noção de David Morgan (1997), constitui-se basicamente em entrevistas em grupo, cujo foco reside na interação do grupo sobre as questões levantadas. A especificidade está na interação gerada no encontro de experiências e vozes particulares, as quais se caracterizam na fonte de dados do pesquisador, fazendo com que o método se auto-sustente.

Dentro dessa dinâmica, os participantes fazem perguntas uns aos outros e explicam suas posições de forma recíproca (MORGAN, 1997, p. 139). Cabe ao pesquisador observar e analisar a extensão e natureza do acordo e desacordo, da emergência de posições e pontos de vista distintos.

Os encontros foram norteados pelas notícias veiculadas em cinco edições gravadas do telejornal, no período de 11 a 15 de fevereiro de 2008. Três sessões de entrevistas foram realizadas.

A primeira sessão buscou investigar aspectos educacionais e hábitos em assistir televisão. Os entrevistados tiveram contato com uma edição do telejornal (de segunda-feira, 11 de fevereiro de 2008) e foram questionados, individualmente, sobre a compressão e entendimento das notícias.

O intuito das entrevistas individuais foi investigar se os telespectadores operam ou não dentro do código pretendido pelo telejornal. Paralelamente, ocorreu a busca de identificação dos possíveis ruídos no processo de transmissão das notícias, ou seja, aspectos tecnológicos que possam interferir na recepção da mensagem, tais como a qualidade do sinal e da imagem, o tamanho do quadro do intérprete, o horário do jornal.

A segunda sessão de entrevistas foi marcada pela exibição de duas edições do Jornal Visual Minas (de terça e quarta-feira, 12 e 13 de fevereiro de 2008). Os participantes discutiram em grupo sobre as expectativas com relação ao telejornal e como as notícias estão relacionadas com ao cotidiano dos surdos.

Na última sessão, os surdos assistiram a mais duas edições do JVM (referentes a quinta e sexta-feira, 14 e 15 de fevereiro de 2008). Os entrevistados discutiram sobre as possíveis mudanças que o telejornal poderia sofrer.

Com a investigação por meio do grupo focal, pretendeu-se ir além da análise de um trecho de um programa televisivo e retratar as opiniões dos participantes a respeito do que acabaram de ver. É preciso conhecer também como eles vivenciam aquelas representações ali expostas e transportam tal interpretação para o dia-a-dia.

A aplicação dessa metodologia ao estudo dos processos de recepção privilegia as relações que se estabelecem, a partir do estímulo inicial dado pela notícia exibida e as questões levantadas, bem como a incorporação que é feita

dessas mensagens em processos de identificação, produção e ampliação de entendimentos sobre a realidade e o mundo retratados no vídeo.

Cabe ressaltar que os esforços empenhados nesse estudo – em compreender melhor o universo da surdez e dos processos de comunicação entre surdos e televisão – estão cerceados pelos limites na condição do olhar sobre o tema.

O investigador é não-surdo, fala a partir de conhecimentos e experiências adquiridos, os quais estão aquém daqueles proporcionados por uma vivência dentro da surdez e da cultura surda. A percepção sobre a surdez é de quem ainda está de fora desse universo, não faz parte efetivamente da cultura surda[1].

As vivências dentro de uma cultura marcada pela comunicação espaço-visual tornam os surdos mais aptos a falarem sobre si mesmos, bem como sobre a surdez, a Libras, a relação que estabelecem com os fatos retratados na tela da TV e como constroem visões de mundo a partir de notícias.

Através das participações e depoimentos dos surdos E.F.S., I.A.L., M.A.A. e R.S.N., a pesquisa procurou evidenciar dizeres e representações sociais daqueles que são, por vezes, obscurecidos por práticas e discursos excludentes.

A realização das sessões de entrevistas e discussões contou com o apoio das intérpretes em Língua Portuguesa/Libras, Cibele da Penha Raris e Elaine Cristina Alves Amancio, estudantes do curso de graduação tecnológica *Comunicação Assistiva (Libras e BRAILLE),* da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

O espaço reservado para o encontro com os surdos e as intérpretes foi cedido pela entidade de ações sociais da Igreja Batista da Lagoinha, Ministério Ephatá, de Belo Horizonte/MG.

As entrevistas e discussões realizadas com surdos neste estudo adquirem, assim, a função de mediação de posicionamentos e convicções assumidos pelos entrevistados.

[1] Paralelamente à realização dos estudos, procurou-se aprender a Língua Brasileira de Sinais com surdos, conhecer, conviver e dialogar melhor com esses sujeitos. Contudo, a comunicação através da Libras não é plena e exigiu o estabelecimento de outros filtros decorrentes da necessária presença de intérpretes na mediação do diálogo entre pesquisador e participantes.

O desenvolvimento da pesquisa proporciona um repensar sobre os processos comunicativos da televisão voltada para surdos, atento às novas potencialidades e funcionalidades da imagem televisiva: o icônico passa a aliar a representação do real com a transmissão do elemento verbal (as mensagens em língua de sinais).

A veiculação de conteúdos televisivos, através da comunicação espaço-visual, abre espaço para (i) uma releitura dos modos de inter-relação e estruturação dos códigos da linguagem televisiva propostos por Umberto Eco (1979); (ii) para o estabelecimento de reflexões sobre os processos comunicativos, culturais, sociais e discursivos trazidos com as informações em Libras na TV.

Percebe-se que a tentativa de adaptação de conteúdos telejornalísticos, voltados a um outro público, para uma audiência de surdos, acarreta em ruídos no processo de comunicação, além de não atender e refletir as expectativas e anseios do público-alvo pretendido pelo telejornal.

O estudo aponta e estabelece reflexões sobre a *ordem do discurso televisivo*. Os dizeres e práticas do meio telejornalístico ainda localizam os surdos perifericamente dentro da sociedade, através de representações “ouvintistas” presentes nas notícias e reportagens e impedimentos dos surdos proferirem os próprios dizeres dentro do meio e participarem do processo de produção das matérias.

1. A SURDEZ E A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

As sociedades contemporâneas são marcadas por processos culturais híbridos e em constante formação. Em uma mesma sociedade, convivem diversas e distintas culturas, as quais podem ou não se influenciar e partilhar traços culturais.

As culturas se fazem e se refazem a todo instante, não podendo ser consideradas como modelos prontos e fechados, aos quais os sujeitos se encaixam. Elas estão em constante processo de mútua influência com as sociedades das quais fazem parte, em negociação com os sujeitos, as línguas e a historicidade que perpassam essas sociedades.

Os processos culturais não estão restritos a questões de nacionalidade, etnia ou traços biológicos, por exemplo. As culturas não podem ser pensadas e divididas em oposições binárias, como alta cultura e baixa cultura, cultura inferior e cultura superior.

Segundo Stuart Hall (2003a), não existe hierarquização entre as diversas culturas presentes em uma sociedade. Hall entende que os aspectos relevantes em uma cultura estão localizados nas relações de poder que vão dividir essa cultura em periférico/dominante. A ênfase não pode ser em juízos de valor.

A sociedade brasileira contemporânea, por exemplo, é atravessada por diversas formas culturais – como a afro, a indígena, a surda – que se desenvolvem e se inter-relacionam dentro de um mesmo ambiente. Desse modo, não existe uma cultura única e “nacional”.

Diante dessa perspectiva, a surdez pode ser entendida como uma cultura híbrida, um território sem fronteiras, em constante negociação com as outras formas culturais existentes na sociedade brasileira, como as culturas orais.

A “cultura surda” não pode ser delineada facilmente, sendo influenciada não somente por questões relativas à experiência comunicativa visual, mas também por aspectos e discussões presentes nas sociedades oralizáveis, como as temáticas de etnia e gênero.

Definir e identificar formas culturais específicas dos surdos implicaria em reconhecer uma identidade coletiva e não uma individualidade. Poderia se falar, então, em comunidade surda, como falamos em comunidade negra, judaica. Nesses termos, uma representação social da surdez conferiria um estatuto político e possibilitaria, talvez, uma maior inserção dos surdos, implicaria uma voz específica, uma referenciação particular de mundo e uma discussão de uma produção de sentidos específica no espaço da mídia.

A noção de cultura surda se coloca como um espaço para emergência de dizeres acerca da surdez capazes de contrastar os discursos dominantes, no plano discursivo e das práticas sociais.

As trocas e influências entre as culturas surda e oral não estão isentas de relações de poder. A surdez é localizada perifericamente dentro da sociedade a partir de juízos de valor.

A cultura surda passa a ser objeto de visões deturpadas e estereotipadas, por se considerar as diferenças culturais com base em traços biológicos. Referenciais de mundo e dizeres resgatam um comportamento de rejeição do outro considerado “anormal”, tendo em vista denegrir o diferente.

Contudo, François Laplantine (2000), observa que a evidência de peculiaridades do cotidiano e da cultura permitem o reconhecimento de que o único aspecto que os seres humanos têm em comum é a capacidade para se diferenciar uns dos outros, da aptidão do homem à variação cultural.

Os traços biológicos, como cor da pele ou a surdez, não carregam, em si mesmos, valor natural algum. Eles não carregam quaisquer sentidos ou valores intrínsecos (SKLIAR; SOUZA, 2007, p. 8).

A problemática se instaura no momento que essas diferenças, esses traços biológicos, passam a receber significados a partir de efeitos de relações históricas e políticas que estão articulados nas sociedades nas quais estas marcas de diferenças estão presentes.

> Marcas que se tornam os significantes daquelas relações e que fazem aparecer *no mundo branco/ no mundo ouvinte/ no mundo vidente*, etc*.* algo que talvez não pudesse se mostrar sem a presença do negro, do surdo ou do cego. A questão não se confunde, pois, com a mera oposição entre raças ou minorias. O que os movimentos anti-racistas repelem, sejam patrocinados por negros, surdos ou por qualquer outro grupo humano, são as práticas morais e políticas de um determinado grupo sobre eles, seu etnocentrismo e suas atitudes arrogantemente generosas ou invasivas (SKLIAR; SOUZA, 2007, p. 8: grifos dos autores).

Pensar nas sociedades a partir das diferenças implica em considerar que não existem oposições binárias fixas e imutáveis entre os sujeitos, entre o que é *absolutamente o mesmo e o que é absolutamente o "Outro"* (HALL, 2003a, p. 60).

As diferenças não são fixas, mas condicionadas por conceitos que se fazem e se refazem a cada momento. As sociedades não são caracterizadas por oposições fechadas como ouvinte/surdo, negro/branco, homem/mulher.

> As oposições binárias supõem que o primeiro termo define, outorga sentido e caracteriza a norma. No entanto, o ser surdo, por exemplo, não supõe o oposto – e negativo – do ser ouvinte, nem o ser cego o oposto de ser vidente; são experiências singulares que constituem uma diferença específica (SKLIAR; SOUZA, 2007, p.11-12).

Os processos que reconhecem a existência das diferenças entre os sujeitos estão inscritos em um jogo sistemático de diferenças, através do qual cada conceito se refere e influencia os demais.

Não é possível demarcar uma posição exata e fechada na qual existe uma oposição entre ouvintes e surdos. Como acentua Hall, a diferença enquanto marca simbólica e cultural *impede que qualquer sistema se estabilize em uma totalidade inteiramente suturada* (HALL, 2003a, p. 60).

A surdez deve ser entendida como experiência visual distinta e, por vezes, híbrida, no sentido de poder se inter-relacionar com aspectos de outras formas culturais. Além disso, a surdez deve ser compreendida como categoria discursiva em torno da qual se organizam discursos que refletem as visões e concepções que os surdos e os outros têm a respeito desta, considerando-se que o sistema possui determinado controle sobre os saberes e que se pauta pela lógica da exclusão, da negação do ser diferente, considerado como desviante.

Esse controle sobre o saber se reflete nas representações dos ouvintes que se tornam dominantes e que tendem a fazer com que o surdo seja olhado e

se perceba enquanto uma pessoa que vive na ausência de uma sonoridade supostamente indispensável para a vivência em sociedade.

Através dessa prática discursiva, há a tentativa de justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão[2] em termos de distinções genéticas e biológicas, ou seja, na natureza. Esse efeito de "naturalização" parece transformar a diferença ouvinte/surdo em um "fato" fixo e científico.

O território das práticas sociais e discursivas acerca da surdez é marcado por múltiplos discursos que refletem as lutas e tensões sociais e que, por vezes, se apresentam híbridos e interseccionados.

Na visão de Skliar (1998),

> não parece possível compreender o conceito de cultura surda a não ser através de uma leitura de multiculturalismo, isto é, a partir de uma compreensão de cada cultura em sua própria lógica, em sua própria historicidade. Por isso, a cultura surda não é uma imagem atenuada de uma hipotética cultura ouvinte. Não é seu contrário. Não é uma cultura patológica (SKLIAR, 1998, p. 51).

Com isso, para se compreender a surdez e os processos que caracterizam a cultura surda é necessário desmistificar as construções discursivas sobre essas categorias, as representações sociais, os modos como são criados os dizeres sobre a surdez que podem obscurecer aspectos da cultura surda e do sujeito surdo.

Skliar (1998) observa que

> o fato de que os surdos também possam ser considerados através da *diferença* não implica igualar suas diferenças às de outros grupos para, posteriormente, *normalizar* o contexto histórico e cultural de sua origem. Não se trata, pois, de dizer que os surdos padecem dos mesmos problemas de todos os demais grupos *minoritários, obscuros e dominados*. Ao contrário, compreender a surdez como diferença significa reconhecer politicamente essa diferença (SKLIAR, 1998, p. 45: grifos do autor).

Dentro dessa perspectiva, a surdez como diferença perpassa, primeiramente, pelo âmbito das crenças e juízos de valor que se refletem nos

---

[2] É necessário frisar que a "exclusão" não está pautada em aspectos visíveis da surdez, pois a surdez não é uma diferença que se perceba antes que se inicie um ato de comunicação. A exclusão está fundamentada em concepções de mundo pré-estabelecidas que entendem que o único meio efetivo para comunicar verbalmente é através do som.

dizeres dos sujeitos, os quais influenciam o modo como os surdos são vistos dentro da sociedade.

1.1. A construção de concepções/representações sobre a surdez

Conforme exposto, a surdez enquanto diferença empírica não traz e/ou agrega qualquer valor. É simplesmente diferença. O modo como os outros enxergam e representam a surdez, em conjunto com o modo como o surdo se vê, acarretam em oposições entre os sujeitos, em negações e visões preconceituosas.

Segundo Skliar (2005),

> [...]o nosso problema, em conseqüência, não é a surdez, não são os surdos, não são as identidades surdas, não é a língua de sinais, mas, sim, as representações dominantes hegemônicas e "ouvintistas" *sobre* as identidades surdas, a língua de sinais, a surdez e os surdos. Desse modo, a nossa produção é uma tentativa de inverter a compreensão daquilo que pode ser chamado de "normal ou cotidiano" (SKLIAR, 2005, p. 30: grifo do autor).

O problema não está no surdo. *Está na própria natureza conflitiva da sociedade, e está dentro de nós, nas nossas representações* (SÁ, 2002, p. 348), no modo como enxergamos e identificamos o outro.

Para Michel Foucault (1997; 1998), cada discurso é composto de inúmeros enunciados que concorrem entre si para construir e posicionar os sujeitos, o que pode gerar diferentes efeitos em cada um dos sujeitos.

O discurso constrói, então, significados, valores, crenças e emerge de visões particulares, de modos de agir e de pensar sobre o mundo. É a partir dos discursos, localizados em seu contexto sócio-histórico, que são determinadas as representações da realidade (FOUCAULT, 1997; 1998).

Em um sentido discursivo, essas representações podem ser entendidas como manifestações de elementos históricos e sociais através do dizer, ou seja, são discursos sociais que revelam as crenças, valores e saberes desenvolvidos em um jogo de lutas dentro do campo discursivo, conferindo uma identidade

coletiva a um determinado grupo social, bem como permitindo aos participantes desse grupo construírem uma consciência de si.

> As representações sociais estão radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros (JOVCHELOVITCH, 1999, p. 65).

Essas representações não surgem ao acaso e de forma independente. Na concepção de Mikhail Bakhtin (1979), o estabelecimento de um discurso ocorre somente após este perpassar por um embate discursivo, no qual

> cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se cruzam e lutam valores sociais [...] revela-se, no momento de sua expressão, como produto da interação viva das forças sociais (BAKHTIN, 1979, p. 66).

Para Antônio Luiz Assunção (2001), os sentidos são, assim, negociados dentro de um jogo composto de uma multiplicidade de discursos, podendo estes se complementar, diferenciar ou assumir posições antagônicas.

> Alguns discursos, enquanto práticas de produção de sentido, permanecem, perpetuam-se, constituindo uma história do dizer e compondo uma memória discursiva; outros passam, reformulam-se e não resistem aos embates de sentido (ASSUNÇÃO, 2001, p. 87-88).

Os dizeres sobre a surdez situam-se, então, em um processo discursivo amplo e contínuo, sustentando-se e tendo como referências outros discursos. O que se diz a respeito dos surdos e da surdez não é livre de influências de outras concepções dadas. Tais concepções, carregadas de valores e crenças instituídos na sociedade, servem de fundamento para a construção de um discurso.

Em suma, existem interferências sócio-históricas e culturais, durante o dizer, o que determina que todo discurso seja construído com base em significados atribuídos historicamente, os quais perpassaram por um embate discursivo, sendo que alguns traços permaneceram.

Skliar acredita que a transformação deve ser iniciada pelas representações que colocam em disputa os poderes e os discursos (saberes) clínicos e terapêuticos. *Uma transformação que supõe uma análise aprofundada sobre algumas metanarrativas – constituídas como grandes "verdades" – ancoradas na educação dos surdos* (SKLIAR, 2005, p. 8).

De acordo com o autor, a surdez é atravessada por um conjunto de representações dos ouvintes – baseado nas práticas curativas – que obriga o surdo *olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte* (SKLIAR, 2005, p. 15). Tal processo é denominado “ouvintismo”. Esse neologismo criado por Skliar busca caracterizar o processo de dominação e controle sobre os corpos dos surdos como similar às práticas realizadas pelos antigos colonizadores sobre os colonos.

Nesse olhar-se, e nesse narrar-se [é] que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais (SKIAR, 2005, p.15).

Esse processo determina que sujeitos de uma sociedade sejam obscurecidos por discursos pautados em categorias que trabalham a questão em termos culturais, sociais, educacionais e comunicativos, porém na perspectiva do ouvinte.

A partir de aspectos biológicos, por exemplo, são pressupostas restrições quanto à capacidade de comunicação, integração e convivência desses sujeitos em processos culturais vigentes nas culturas pautadas pelas línguas orais-auditivas.

O surdo é visto, predominantemente, como incapaz, anormal, deficiente, através de um resgate e apropriação de dizeres que evidenciam os traços biológicos “desviantes” dos convencionais, de um ouvido “normal”.

Nesse sentido, a área da surdez é assinalada por múltiplas ações que entendem o surdo por uma experiência marcada pela ausência de som. O surdo é considerado por meio da condição de “não ouvir”, e, a partir dessa concepção, interpretam-se todos os outros aspectos de sua vida como resultantes dessa condição (PADDEN; HUMPHRIES, 1988, p. 2).

> [...] Para as pessoas ouvintes, o mundo torna-se conhecido através do som. O som é um meio confortável e familiar de orientar alguém para o mundo. E a sua perda interrompe a maneira que o mundo pode ser conhecido. Estas imagens comunicam a crença de que as pessoas Surdas não podem ter acesso ao mundo porque ele é primariamente conduzido pelo som e especialmente pela palavra falada. Em vez disso, elas são trancadas ‘no outro lado’ atrás de ‘barreiras do som’, e são condenadas a uma vida carecendo de profundidade de significado que o som torna disponível às pessoas ouvintes (PADDEN; HUMPHRIES, 1988, p. 29).

O discurso sobre a surdez não ocorre ao acaso. Ele é fruto de outros discursos e de um embate de visões resgatados em cada dizer “novo”. Nesse processo de re-dizer, alguns aspectos e noções sobrevivem e reiteram o imaginário social sobre a condição de não ouvir como uma experiência negativa e anormal.

A surdez, através dos embates discursivos, é objeto de exclusão histórica. Desde os primeiros registros, percebe-se que a existência do outro (enquanto surdo) não é aceita dentro das sociedades.

Durante a civilização greco-romana do período clássico, por exemplo, preponderava a idéia entre os filósofos de que a palavra falada era o único meio para expressar os pensamentos, bem como ser educado e ascender socialmente (BERNARDINO, 1997, p. 19).

Essa visão é resgatada na Idade Média, na qual os surdos eram impedidos de realizar ações cotidianas como confessar nas igrejas católicas, receber comunhão e casar.

Movimentos contrários a essa noção sobre a surdez são encontrados em métodos educativos desenvolvidos na Espanha a partir do século XVI (FIGUEIREDO; CALDAS, 2006, p. 15-16), porém, essas ações foram ofuscadas por práticas que tentavam fazer o surdo falar e se incorporar à sociedade que se dá através da língua oral-auditiva.

O marco histórico para a perpetuação, por quase um século, do controle sobre o corpo dos surdos ocorre em 1880, no Congresso Mundial de Surdos de Milão, em que surdos europeus e norte-americanos foram proibidos de utilizar a língua de sinais para a comunicação[3].

O domínio da língua oral pelo surdo passou a ser entendido como o único meio para a aceitação do diferente, dentro da sociedade marcada pela comunicação através do som.

Tal posição só começa a ser modificada em 1971, em outro Congresso Mundial de Surdos, em Paris. Durante o evento, foi resgatada a importância da

[3] Esse marco histórico não significa que ações contrárias à comunicação dos surdos por sinais fossem realizadas antes da referida data. É apenas reflexo do grupo majoritário da época, perpetuando essas visões por meio de documentação “oficialmente” reconhecida.

língua de sinais e surgiram resultados de pesquisas sobre a “Filosofia da Comunicação Total”.

Essa “filosofia”, para Ana Dorziat (2007), é uma proposta flexível entre os meios gestual e oral, na qual são empregadas diversas formas comunicativas disponíveis, sem a preocupação com a hierarquização. Independente da modalidade, a Comunicação Total visa à comunicação efetiva. O objetivo é o ensino da língua majoritária, por exemplo, no caso do Brasil a Língua Portuguesa.

Paralelamente ao desenvolvimento dos estudos sobre a Comunicação Total, implementa-se a corrente teórica do Bilingüismo, que entende a surdez não como uma incapacidade, mas como uma especificidade. A surdez é considerada como diferença, através da qual a apreensão de conhecimento e as relações dialógicas ocorrem pelo canal viso-espacial.

Diferentemente da proposta da Comunicação Total, o Bilingüismo, não é somente a aquisição de duas línguas (sinais e português oral/escrito), é uma *mudança filosófica de postura política, cultural, social e educacional* (CÁRNIO; COUTO; LICKTIG, 2000, p. 44).

O breve resgate histórico evidenciado acima demonstra o conturbado mundo de visões e representações que permeia a cultura surda. Todavia, não é somente no campo da educação que as divergências sobre os modos de trabalhar com o surdo emergem.

Ainda hoje, os estudos sobre a surdez têm se preocupado em desenvolver meios para “sanar” os supostos problemas relacionados aos surdos e à língua de sinais e instituir políticas de inserção social eficazes. O empenho em espelhar o surdo no modelo ouvinte ainda influencia nas visões que se têm do surdo.

De acordo com Skliar (2005), a condição de “não ouvir” é constantemente resgatada para defender ações normalizantes e pedagogias corretivas.

> As idéias dominantes, nos últimos cem anos, são um claro testemunho do sentido comum segundo o qual os surdos correspondem, se encaixam e se adaptam com naturalidade a um modelo de medicalização da surdez, numa versão que amplifica e exagera os mecanismos da pedagogia corretiva, instaurada nos princípios do século XX e vigente até nossos dias. Foram mais de cem anos de práticas enceguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos (SKLIAR, 2005, p. 7).

Por meio do aprendizado da fala, o surdo aumentaria suas chances de ser visto como normal e de esconder a surdez. As supostas possibilidades de inserção social dadas pela fala colocam o modelo clínico-terapêutico em evidência.

Os surdos *tratados* dentro da tradição das práticas de controle do corpo são acometidos por uma forma de "disciplinar" o comportamento e o corpo. A intenção está associada à produção de surdos aceitáveis para a sociedade dos ouvintes (SKLIAR, 2005, p. 10).

O "ouvintismo" obteve os efeitos que desejava: o surdo que fala, o surdo que escuta. Essa prática contou com o consentimento e a cumplicidade da medicina, dos profissionais da área da saúde, dos pais e familiares dos surdos, dos professores e, inclusive, daqueles próprios surdos que representavam e representam, hoje, os ideais do progresso da ciência e da tecnologia (SKLIAR, 2005, p. 16-17).

Dentro das idéias do ouvintismo, existem outros pressupostos:

> os filosóficos – o oral como abstração, o gestual como sinônimo de obscuridade do pensamento; os religiosos – a importância da confissão oral, e os políticos – a necessidade da abolição dos dialetos, já dominantes no século XVIII e XIX (SKLIAR, 2005, p.17).

É nessa imposição de uma visão sobre si que acomete o surdo, que *acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais* (SKLIAR, 2005, p.15).

Como observa Skliar (2005), os discursos sobre a surdez não concorrem de forma igual para a formação de concepções nos sujeitos. Existem estratégias

de poder para conferir noções de autoridade e veracidade sobre os dizeres acerca da surdez.

De acordo com Foucault (1998), não é todo mundo que pode dizer tudo e de qualquer lugar. Existem procedimentos de controle sobre o dizer do indivíduo. E quem está situado dentro de lugares instituídos de poder para proferir discursos, como a universidade, por exemplo, encontra-se em uma posição de autoridade. Logo, os dizeres dados dentro da academia podem ser entendidos como verdadeiros dentro da sociedade.

As práticas sociais, as ações dos sujeitos, são orientadas pelas representações construídas sobre cada um dos envolvidos no processo. Do mesmo modo, as representações se constroem a partir das práticas sociais. Nesse sentido é que as representações sobre a surdez ganham relevância.

Ao determinar certa visão sobre o surdo a partir de uma perspectiva de diferença biológica, um pesquisador pode ajudar a difundir concepções que reforcem o preconceito e o estigma sobre sujeitos considerados desviantes.

Para Adriana Thoma (1998),

> [...] o funcionamento de uma sociedade está embasado nos sentidos dados aos objetos; as práticas sociais determinam o imaginário social de um determinado grupo em uma época dada, e, ao mesmo tempo, o sistema de representações determina as práticas sociais. Neste sistema de representações, estão presentes as crenças, os costumes e os valores legitimados pela ordem social. Tudo ocorre no sentido de fazer crer que as diferenças entre os indivíduos é um fato natural e necessário para o funcionamento da vida coletiva. Os dispositivos de controle (usando a terminologia de Foucault), utilizados para legitimar as diferenças, estão por todos os lados e quando nos damos conta já estamos pensando e agindo de acordo com eles (THOMA, 1998, p.123).

Os *dispositivos de controle* citados por Thoma estão vinculados a procedimentos e investimentos ideológicos que atravessam o discurso (ASSUNÇÃO, 2001). É através da linguagem que a ideologia[4] se manifesta e por meio das ações ideológicas no campo discursivo que as idéias "ouvintistas" são propagadas.

[4] "Ideologia" é empregada aqui no sentido dado por Terry Eagleton, referindo-se *não somente a sistemas de crença, mas a questões de poder* (EAGLETON, 1991, p. 18). Porém, para o autor, a ideologia não implica, necessariamente, em legitimação de poder, pois nem todo corpo de crença está vinculado a um poder dominante (EAGLETON, 1991, p. 19).

Ideologia não implica também em ilusão. Terry Eagleton (1991) entende que

> a crítica da ideologia, portanto, supõe que ninguém jamais está inteiramente iludido – que aqueles que se encontram sob opressão alimentam, mesmo assim, esperanças e desejos que só poderiam ser realizados, de maneira realista, pela transformação de suas condições materiais (EAGLETON, 1991, p. 13).

Para Foucault (1994), o conhecimento é dado por meio de um jogo entre pressões sociais e institucionais. O poder não é algo localizado, material, que se detém e que possibilita permuta.

O poder não pode ser identificado diretamente com instituições políticas ou com o Estado, mas deve ser compreendido como uma relação de forças que se estabelece entre os indivíduos[5].

Enquanto relações de forças, o poder é exercido dentro de um campo de lutas, o que necessita de ações estratégicas devido à amplitude de seu contato pela sociedade. O discurso seria, então, o palco onde se refletiriam as tensões e conflitos presentes na sociedade.

Na concepção de Assunção (2001),

> o investimento ideológico da linguagem opera através da instituição de convenções sociolingüísticas, compreendidas como resultantes das relações e das lutas de poder. As convenções sociolingüísticas, enquanto reguladoras da interação lingüística entre os indivíduos de uma comunidade, não só estão relacionadas com as questões de poder das quais dependem como também são modos de legitimação dessas relações. A ideologia, portanto, está presente na linguagem, uma vez que é através dela que se manifesta (ASSUNÇÃO, 2001, p. 44).

---

[5] Em sua análise acerca do poder, Foucault refuta a perspectiva marxista de ideologia advinda, principalmente, das idéias de Althusser. A preocupação do autor atém-se à compreensão de como são produzidos os efeitos que levam ao sujeito considerar esse discurso como verdade e não à discussão acerca da veracidade ou falsidade dos discursos que conseguem persuadir os indivíduos. De acordo com Althusser, a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência, tornando-se presente devido a sua existência sempre em um aparelho e na(s) sua(s) prática(s). Sendo assim, a ideologia exprime posições de classe, independentemente da forma (religiosa, jurídica, política) (ALTHUSSER, 1980, p. 23).
A ideologia, no sentido de Althusser, tem a função de promover a unidade social através da sobreposição de uma classe dominante por outra dominada. Há uma manipulação de valores e crenças com o intuito de legitimar o poder dominante, bem como uma representação do modo como o indivíduo vivencia as relações com o conjunto da sociedade. O indivíduo se torna sujeito somente ao ser interpelado pela ideologia em meio a todos os demais.

Isso não significa que é somente através da linguagem (por meio de sua relação com a ideologia) que os mecanismos de controle social operam, mas, sim, que a linguagem torna-se um instrumento possível para o controle social, bem como para a manutenção da ordem e o exercício do poder. Nesse sentido, o discurso pode ser um modo pelo qual emergem as manipulações de poder.

Foucault entende que o problema da verdade deve ser considerado na instância de cada sociedade, pois cada uma tem seu regime de verdade, ou seja, tem seus próprios mecanismos que permitem a proposição e aceitação de discursos a serem considerados como verdadeiros, assim como a distinção dos enunciados verdadeiros dos falsos (FOUCAULT, 1994, p. 12).

Nessa perspectiva, não há uma verdade única implantada por um Estado repressor, por exemplo. Não se pode considerar, portanto, que existe somente um discurso sobre a surdez e que os sentidos deste são impostos aos indivíduos da sociedade[6]. Não há uma *maquinaria ideológica* centralizada que tem por objetivo relegar a existência da surdez, por meio da implementação de discursos que enxergam os surdos através de um sentimento de ausência devido a um "ouvido doente".

Apesar de não haver manipulações diretas sobre os discursos produzidos sobre a surdez, no palco de disputas pelo poder, que ocorrem através do discurso, existem estratégias de controle sobre as condições de produção do discurso. Restringe-se quem está autorizado a falar, por exemplo.

Nas mais diversas sociedades, as condições de produção do discurso são controladas. As instituições são as responsáveis pelo controle do dizer do sujeito, tendo em vista que esse sujeito encontra-se imerso dentro de um conjunto de normas, submetido a uma ordem (FOUCAULT, 1998).

---

[6] Assunção esclarece "a recusa da ideologia e, conseqüentemente, de sua associação a uma possível verdade transcendental, capaz de ser alcançada por um sujeito que dominasse os recursos da ciência, implica a consideração do que existe de produtivo no poder: o regime de verdade instituído numa dada sociedade. [...] Assim, em contraposição ao poder que expulsa os sujeitos da vida em sociedade, objeto de um estado repressor que encarcera os corpos ou que, numa forma extrema da exclusão, elimina-os, apresenta-se um poder que visa a administrar esses sujeitos, tirando o maior proveito de suas ações, através da sua capacitação" (ASSUNÇÃO, 2001, p. 57-58).

> [...] Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1998, p. 8-9).

Para Foucault, a existência do discurso pressupõe a presença de dispositivos de controle da palavra, o que leva à consideração de que o dizer emerge em meio a condições de possibilidades dadas, controladas.

O autor identifica dois tipos de dispositivos de controle discursivo: um exterior, que funciona como sistemas de exclusão vinculados ao poder e ao desejo no âmbito do discurso; e outro, interno, que pressupõe que os discursos exercem seu próprio controle, ou seja, um autocontrole, uma autocensura.

Dentre os dispositivos externos pautados pelo princípio da exclusão, está o da interdição, referente ao controle do conteúdo do dizer, bem como ao direito do sujeito dizer o que diz. *S*abe-*se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa* (FOUCAULT, 1998, p. 9).

O segundo princípio, separação/rejeição, distingue os dizeres em relevantes e irrelevantes, situando o sujeito e seu dizer em uma categoria do dizer que nada acrescenta, irracional, ou acima dos outros dizeres, tido como mais racional que os demais.

Por fim, Foucault coloca a *vontade de verdade* como terceiro procedimento de exclusão, o qual delimita os dizeres em falsos e verdadeiros. Assim como os outros procedimentos de exclusão, a vontade de verdade apóia-se sobre suportes institucionais, sendo reforçada e reconduzida por um conjunto de práticas presentes na pedagogia, nos livros, nas sociedades de sábios e nos atuais laboratórios. Esse poder de condução do dizer é, de acordo com o autor, mais profundo a partir do modo de aplicação do saber na sociedade, *como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído* (FOUCAULT, 1998, p. 17).

Apoiada sobre esses suportes e modos de distribuição institucionais, essa *vontade de verdade* leva os discursos a buscarem uma legitimação por meio dos dizeres coercitivos apresentados como verdadeiros.

Por outro lado, os dispositivos de controle interno submetem-se a ordenação do acontecimento e do acaso. Na subdivisão proposta pelo autor, o comentário se faz presente, caracterizando-se como um procedimento que proporciona a circulação e perpetuação de discursos, tais como as grandes narrativas (discursos religiosos, jurídicos, literários e científicos). O comentário, colocado em circulação, é visto como um discurso autorizado. Segundo Foucault,

> pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que "se dizem" no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos (FOUCAULT, 1998, p. 22).

Há, na visão do autor, um desnível entre as práticas discursivas presentes na sociedade, podendo ser distinguidas entre grandes narrativas, discursos autorizados e pequenas narrativas. São as pequenas narrativas, os pequenos comentários, que fazem com que as grandes narrativas circulem nas sociedades.

A relação entre os textos permite criar, por um lado, novos discursos, porém estes sempre estão baseados por outros discursos já ditos:

> o desnível entre texto primeiro e texto segundo desempenha dois papéis solidários. Construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. Deve, conforme um paradoxo que desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito (FOUCAULT, 1998, p. 24-25).

Por exemplo, têm-se as notícias jornalísticas (consideradas como pequenas narrativas) que se empenham em entrevistar *autoridades,* as quais são as responsáveis pelo surgimento de grandes narrativas dentro de universidades. Estabelece-se, assim, um canal pelo qual os dizeres controlados e tidos como verdadeiros são difundidos à sociedade.

A impossibilidade do dizer plenamente inovador, sem referências anteriores a outros discursos, *afasta a possibilidade de desordem no discurso, posto que*

impõe ao falar uma direção, aquela para onde apontam as grandes narrativas que estão sendo comentadas (ASSUNÇÃO, 2001, p. 70).

Esse processo acarreta em um re-dizer, delimitado sobre o domínio do já dito. Garante-se, dessa forma, a centralidade do dizer a partir da demarcação de sua origem, sustentando sua coerência. *O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta* (FOUCAULT, 1998, p. 26).

Foucault, contudo, acredita que a *vontade de verdade* emerge somente em meio às disciplinas, espaços no quais existem regras de produção do discurso, que seguem as regras de uma "polícia" discursiva reativadas a cada discurso efetuado. Os enunciados ficam sujeitos a condições de cerceamento.

O autor sugere ainda a existência de um terceiro grupo de controle do discurso:

> rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões dos discursos são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (FOUCAULT, 1998, p. 37).

Com isso, Foucault declara a existência de "sociedades do discurso", responsáveis pela conservação, produção e circulação de discursos segundo regras estritas. Nessas sociedades, o número de participantes é limitado.

Apesar da não existência atual das "sociedades do discurso" nos termos especificados pelo autor, ainda perpetua o jogo ambíguo de segredo e divulgação: *mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação do segredo e de não-permutabilidade* (FOUCAULT, 1998, p. 40).

Contrariamente ao discurso fechado circulado nessas sociedades, o saber doutrinário busca a penetração de seu discurso, a partilha de seus dizeres pelo maior número possível de indivíduos aos quais possa ter acesso, sendo que esses indivíduos precisam reconhecer as verdades e regras estipuladas para, então, se apropriarem desse discurso.

> A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam (FOUCAULT, 1998, p. 43).

A partir dos procedimentos de controle, pode-se estabelecer a relação entre discurso e poder proposta por Foucault, na medida em que o dizer não é novo, carrega influências de outros discursos circundantes, sendo controlado tanto com relação ao conteúdo quanto ao sujeito que enuncia e recebe as mensagens. Determina-se quem pode dizer, o que pode dizer, quem pode ouvir (em seu direito de pertença ou na qualidade de um discurso que possa ser proferido a todos).

Nesse embate, a detenção do poder de controle sobre o dizer privilegia uma das partes – a do enunciador – que tende a veicular um discurso isento da possibilidade de interação e das negociações de sentido, evitando-se assim contradições, rejeições, questionamentos.

> Para nós, a busca do consenso no discurso é a busca de homogeneizar as falas por meio de uma voz que, ao proibir, classificar e separar, rejeita outras falas que destoam da sua. Ao classificar e separar, rejeita-se a legitimidade do dizer do outro e, separando-o, impede-se a sua possibilidade de interação, impedindo, portanto, as negociações de sentido possíveis que poderiam levar à mobilidade da formação discursiva ou ao rompimento de suas fronteiras (ASSUNÇÃO, 2001, p. 74).

Ao compreender o discurso como parte das práticas de produção de sentido, sendo estas imersas em um jogo de relações de poder, não se pode considerar que haja uma verdade, um discurso universal, que fale de um lugar privilegiado. A busca pelo consenso, pela adesão às idéias presentes no discurso veiculado, deve perpassar por um embate, uma luta, para que o mesmo se estabeleça.

Nessa perspectiva, os estudos sobre a surdez não podem ser mapeados em representações corretas ou incorretas sobre a surdez. A temática da surdez se configura como *um território de representações que não podem ser facilmente delimitadas ou distribuídas em "modelos sobre a surdez"* (SKLIAR, 2005, p. 9).

É necessário

> identificar os vazios, os interstícios, os territórios intermediários que não estão presentes nesses modelos, mas que transitam, flutuam entre como, por exemplo, as significações lingüísticas, históricas, políticas e pedagógicas (SKLIAR, 2005, p. 9).

No âmbito da educação, Thoma articula ponderações de como as representações sobre os surdos e a surdez operam. Para a autora,

> pensar a educação dos surdos a partir dos imaginários e das representações construídas sobre a surdez e os próprios surdos, aparece como uma forma de entender o tratamento social e educacional que comumente lhes é dado. As questões que envolvem a educação dos surdos estão carregadas de subjetividades que impuseram aos surdos uma aquisição de língua e de cultura dominante, e o seu sucesso ou fracasso escolar se relaciona diretamente com as imagens e representações que dão ao surdo certas dificuldades de aprendizagem, ligadas a uma suposta inferioridade cognitiva e lingüística. O que não se reconhece, no mais das vezes, é que tais dificuldades podem estar, antes de tudo, na incapacidade que muitas vezes nós, ouvintes, temos para trabalhar com eles. A também suposta superioridade dos ouvintes gerou uma imagem do surdo e da surdez carregada de situações de poder, luta, possibilidades e limites que os excluem em função da perda sensorial, uma perda que se amplia e se torna também uma perda educacional e social.
> [...] Estas evidências geram alguns questionamentos, entre os quais: *A não aprendizagem do surdo é mesmo um fato natural, decorrente da condição biológica e, portanto, de sua exclusiva responsabilidade, ou decorre de fatores de ordem social?* Ou, ainda: *O fracasso escolar do surdo não está ligado a um imaginário e uma representação que lhe dita uma incapacidade de aprender decorrente da perda biológica, introjetada e aceita pelo próprio surdo?* (THOMA, 1998, p.135-136: grifos da autora).

Como observa Foucault (1998), há uma relação direta e estreita entre poder, saber e verdade, o que determina a concepção de consensos que são entendidos como verdadeiros e incontestáveis. Esses consensos em forma de discurso têm o poder de formar opiniões sobre o que se escreve ou apresenta, assim como interferir nas práticas sociais e relações entre os sujeitos.

As representações sociais contribuem para a formação de um entendimento sobre o sujeito surdo, o que auxilia na difusão e propagação de valores e crenças sobre esses sujeitos.

No âmbito do cotidiano, na veiculação de notícias, por exemplo, percebe-se mais claramente como essas representações sociais são incorporadas e repassadas em larga escala pelos meios de comunicação.

Em pesquisa realizada anteriormente, ao analisar como as notícias do governo brasileiro incorporam conceitos e valores sobre a surdez em suas notícias, constata-se que, apesar de apresentarem mudanças nas concepções

sobre a surdez, ainda prevalece o entendimento da surdez a partir de diferenças biológicas carregadas de significado, enquanto doença a ser tratada (FIGUEIREDO; ASSUNÇÃO, 2007).

Como exemplo, temos a notícia do governo brasileiro intitulada “Caixa lança programa de atendimento a deficientes auditivos por telefone”. Existe uma preocupação com a inclusão dos surdos, porém com um olhar a partir da perspectiva de quem é ouvinte.

> Por meio do sistema, **os deficientes auditivos podem se comunicar com os operadores por escrito e ler as respostas**. **Os clientes da instituição estarão aptos a realizar todas as operações necessárias para a manutenção do cartão de crédito**, como consultar o limite disponível, a data de vencimento ou o valor da fatura.
>
> “Uma das missões da Caixa é **promover a inclusão social das pessoas que possuem qualquer tipo de deficiência, e o surdo é uma delas**. Na nossa missão de promover o bem-estar da sociedade brasileira, os surdos estão incluídos”, disse o superintendente nacional de Administração de Cartões, Milton Krüger (MACHADO, 2006: grifos nossos).

Diante do recorte, percebe-se a criação de um dizer ambíguo e contraditório. Há a criação de um falso consenso de que a normalidade hospeda os diversos, de que os diferentes são aceitos socialmente. No trecho “promover a inclusão social das pessoas que possuem qualquer tipo de deficiência”, aos surdos é proposta a oportunidade de viver em um lugar de entremeio na sociedade:

> o surdo não pode ser ele mesmo; é preciso que ele assuma duas personalidades ao mesmo tempo, tendo que ser fluente em língua de sinais e ter domínio sobre o português, como pode ser notado em “os deficientes auditivos podem se comunicar com os operadores por escrito e ler as respostas” (FIGUEIREDO; ASSUNÇÃO, 2007, p. 5).

Percebe-se a intenção de um processo normalizador, de impor uma língua a todos. Há um reconhecimento das diferenças, da existência da cultura surda, no entanto, esta deve estar inserida na perspectiva de um mundo que se dá através do som. Reconhece-se a diferença por um lado, mas, por outro, tem-se a negação desta.

A veiculação de notícias com tais concepções é apenas um reflexo dos conhecimentos produzidos em outros locais. Os dizeres não são inovadores e se respaldam em outros dizeres já consolidados como verdadeiros. Portanto, os

estudos sobre a surdez tornam-se, em parte, influentes e responsáveis pela definição de quem é o sujeito surdo e suas necessidades sociais.

Como observa Skliar (2005), o enfoque para os estudos sobre a surdez deve estar no modo como são construídas as representações sociais sobre os surdos e a surdez. Essas visões "estereotipadas", localizadas em uma dada cultura, impedem um outro olhar sobre a surdez a partir de uma perspectiva cultural que considere a existência das diferenças e não a busca pela negação destas.

É necessário o deslocamento da condição de ouvinte e dos referenciais de mundo criados pela percepção sonora para, então, perceber-se que existem outras formas de comunicar na sociedade.

As diferenças entre surdos e ouvintes existem. Porém, não são as categorias biológicas que determinam as peculiaridades de um ou de outro. É a utilização de canais diferenciados para comunicar que determina a vivência de experiências distintas e, por vezes, híbridas.

> Aproximar-se da surdez a partir dessa mirada, nos leva a problematizar o significado da normalidade ouvinte. Em outras palavras nos leva a inverter o problema: em vez de se entender a surdez como uma exclusão e um isolamento no mundo do silêncio, defini-la como uma experiência visual; em vez de representá-la através de discursos médicos e terapêuticos, quebrar essa tradição por meio de concepções sociais, lingüísticas e antropológicas; em vez de submeter aos surdos a uma etiqueta de deficientes da linguagem, compreendê-los como formando parte de uma minoria lingüística; em vez de afirmar que são deficientes, dizer que estão localizados e são produzidos no discurso da deficiência.
>
> De um lado estariam as formas de narrar aos surdos por parte dos ouvintes, e de outro lado as narrativas dos surdos sobre eles mesmos. Dar lugar às narrações surdas sobre a surdez constitui, dessa forma, um processo de desouvintização[7]. O processo de desouvintização mencionado supõe, entre outras coisas, uma desmistificação das narrativas ouvintes hegemônicas sobre a língua de sinais, a comunidade e as produções culturais dos surdos (SKLIAR; SOUZA, 2007, p. 13).

[7] *Desouvintizar, ouvintismo, ouvintização*, constituem neologismos para descrever práticas colonialistas dos ouvintes que fazem que os surdos sejam obrigados a narrar-se, julgar-se e pensar-se como se fossem ouvintes. É nessa prática, justamente, onde muitos surdos se vêem a si mesmos como deficientes, incompletos, pseudo-ouvintes etc. (SKLIAR, 1998).

Os surdos são entendidos aqui, não por suas peculiaridades biológicas, mas por suas vivências e experiências pessoais, sociais e culturais, proporcionadas por uma língua espaço-visual que explora outras formas de percepção de mundo.

1.2. A surdez como diferença comunicativa

A capacidade para a linguagem não é característica exclusiva da humanidade. Nos demais animais, a comunicação entre os seres também ocorre. A diferenciação entre homens e animais está no modo de organização e estruturação do pensamento.

Por meio de um sistema de regras gramaticais convencionalmente dado, os indivíduos são capazes de representar algo e de estabelecer uma comunicação efetiva entre os pares. Nesse sentido, a língua desenvolvida pelos seres humanos está inserida dentro de um campo mais amplo – a linguagem.

Na visão de Eulália Fernandes (2003), a linguagem engloba qualquer forma de comunicação, humana ou não, artificial ou natural, tais como expressões faciais, modo de vestir, artes, músicas, linguagem dos animais e línguas. Dessa forma, a linguagem não é um tipo de língua (FERNANDES, 2003, p. 16).

Ferdinand de Saussure (1988) entende que a língua é um produto social. Ela pode ser percebida como um conjunto de convenções necessárias (signos) para dar significado às coisas. Conforme o autor, a língua pode ser caracterizada como uma lei admitida numa coletividade suportada; uma herança da época precedente; e uma instituição social (SAUSSURE, 1988, p. 86).

É através dessa organização estruturada do pensamento, por meio de atos dialógicos, que os homens têm a possibilidade de estabelecer relações sociais, assim como desenvolver e adquirir cultura.

Conforme Stuart Hall (2003b, p. 50), a cultura é uma cadeia formada por instituições culturais, significações e representações, atravessada e influenciada pelos discursos presentes na sociedade.

Através dos valores e crenças sociais que se refletem e são confrontados em arenas simbólicas (BAKHTIN, 1995), cultura e língua estabelecem relações de condicionamento mútuo.

Dessa maneira, a língua pode ser entendida como objeto constituinte da cultura, ou seja, a língua pode ser o meio pelo qual relações sociais ocorrem e lutas pelo poder se refletem, no sentido dado por Foucault (1998).

Como dito anteriormente, o discurso tem um potencial de transformação das relações entre os sujeitos, bem como na difusão e modificação de crenças e valores sociais. As ações dos sujeitos podem ser orientadas e refletidas pelo modo como são recebidas as representações sociais.

Para Bakthin (1995), homem e linguagem se pertencem. Sem o fenômeno social de interação verbal, sem a possibilidade do ato dialógico, de interação do "locutor-ouvinte"[8], não há comunicação e, conseqüentemente, interação social e uma posterior sensação de pertencimento ao sistema cultural. A preocupação de Bakthin não reside na materialidade da língua, mas na produção de sentido proveniente do processo de interação em si.

Nessa perspectiva, o não domínio do Português oral por sujeitos surdos tenderia a excluí-los dos processos sociais e culturais vigentes nas sociedades da qual fazem parte. Essa noção imbrica justamente na representação social dominante de que o único modo eficaz de se comunicar com os pares é através da oralidade.

Os sujeitos que ouvem tendem a crer que, por entrarem em contato com sua língua por meio do som, este é o único meio dos sujeitos se comunicarem. As referências de um mundo marcado pela comunicação sonora propiciam a construção de concepções que procuram negar e obscurecer a realidade de diálogos que se utilizam do canal visual como espaço de enunciação.

As experiências marcadas pela comunicação espaço-visual podem acarretar em processos comunicativos e culturais distintos dos previstos para os presentes no mundo norteado pelo som.

Tal fato decorre de que a possibilidade de falar e ouvir não faz o homem adquirir uma língua. Os fatores biológicos representam o meio pelo qual a língua toma forma, mas não dão sentido às palavras. Antes de ser um objeto de apropriação individual, a língua é socialmente construída.

---

[8] O estudo de Bakthin não analisa a comunicação visual-gestual dos surdos. Porém, a relação "locutor-ouvinte" proposta pelo autor serve como base de argumentação para a necessidade de interação entre receptores e emissores.

A língua não é algo pronto, inato. Ela advém de convenções e de sentidos que estão sempre em negociação. Após o embate discursivo, alguns valores permanecem, enquanto que outros são relegados.

A capacidade para a língua ocorre por meio de conhecimentos e experiências que ganham forma através das relações sociais, educacionais, históricas e culturais.

Como observa Saussure (1988, p. 137), a língua é forma e não substância. O relevante na língua não é a materialidade em si, por qual canal ela é emitida, mas os sentidos que podem ser extraídos das palavras ditas.

O sujeito ouve o som de uma palavra, mas o significado não está nesse som perceptível. O que se percebe do som é a dimensão tangível, a parte materializável da estrutura resultante do contato desse som com a dimensão intangível do pensamento, o que o leva a crer que é essa dimensão perceptível que carrega os significados das palavras. Porém, esses significados são dados socialmente.

Ao ouvir a palavra *árvore*, o sujeito tem contato com sons articulados. Esses ruídos sonoros não carregam em si elementos capazes de gerar significados.

Os sons “materializados” ganham sentidos a partir da relação que se estabelece entre essa articulação de ruídos e a dimensão intangível do pensamento, influenciada pelas convenções sociais. Para quem desconhece os significados sociais da palavra *árvore*, o conjunto de sons dados para a expressão dessa palavra não trazem sentido algum.

Desse modo, os cinco sentidos humanos – audição, olfato, paladar, visão e tato – podem ser tornar a parte materializável do contato entre a articulação do pensamento com o sentido propriamente dito, podem ser canais para que as palavras sejam percebidas e ganhem significados.

Assim como o som é a substância do plano de expressão das línguas orais-auditivas, o gesto é a substância do plano de expressão das línguas de sinais, o tato é a substância do plano de expressão das línguas táteis, o olfato é a substância do plano de expressão das línguas olfativas e o paladar é a substância do plano de expressão das línguas palativas.

As palavras podem ganhar o plano perceptível, material, por quaisquer desses sentidos, os quais são capazes de emitirem sentidos aos sujeitos e serem constituintes de uma língua. A comunicação entre emissores e receptores se efetiva através do compartilhamento de um código em comum, o lado social da língua, tornando as palavras compreensíveis.

Exemplo disso está no sujeito surdo-cego, o qual se utiliza do tato, olfato e paladar para perceber o mundo, atribuir significados às coisas e se comunicar. Isolado de outras pessoas que se utilizam desses canais para a comunicação, a tentativa de estabelecer relações dialógicas é em vão.

No momento em que mais sujeitos se utilizam do tato, olfato e paladar para se comunicarem com o surdo-cego, compartilham experiências, um sistema de convenções começa a ser delineado e os enunciados passam a se tornar compreensíveis para mais pessoas.

Em suma, os diálogos entre os indivíduos não são dados somente através de sons advindos da fala, bem como pela percepção do mundo através de um sistema articulado de ruídos. Para os ouvintes, os sinais e gestos são complementares e podem, em alguns casos, dizer mais do que as palavras. O equívoco de quem fala se pauta pelo funcionamento da língua que possui e domina.

A comunicação realizada entre surdos, através de gestos e expressões corporais, também pode transmitir um sentido reconhecível pelos receptores das mensagens. Ela pode estar ligada a um código comum, a uma língua regida por uma estrutura de regras gramaticais previamente instituídas e admitidas pelos sujeitos.

Fernandes (2003) pensa e classifica as línguas a partir dos espaços e canais utilizados para a emissão e recepção dos sentidos. Para a autora, as línguas que se utilizam do som para a comunicação, as orais-auditivas, são caracterizadas, no momento em que a forma de recepção não-grafada (não-escrita) ocorre através da audição e o modo de reprodução (não-escrito) se dá pela oralização. Esse é o caso do português oral e de todas as línguas oralizáveis.

As línguas espaço-visuais também se colocam como um modo de comunicação estruturado por meio de sistema abstrato de regras gramaticais. Esses tipos de línguas utilizam o visual para recepção e os sinais manuais para a reprodução, tais como as línguas de sinais utilizadas pelos surdos para comunicação dentro de um código previamente estabelecido e organizado (FERNANDES, 2003).

As línguas orais-auditivas e as línguas espaço-visuais se caracterizam, portanto, como uma lei admitida numa coletividade, com a finalidade de serem intermediárias entre o pensamento e o modo como ele toma forma, seja através do som ou dos gestos.

Paul Watzlawick, Janet Beavin e Don Jackson (1989) consideram que todo comportamento e ação humana são marcados pela impossibilidade de não comunicar. Qualquer ato, em uma situação interacional,

> tem valor de mensagem, isto é, é comunicação, segue-se que, por muito que o indivíduo se esforce, é-lhe impossível não comunicar. Atividade ou inatividade, palavras ou silêncio, tudo possui um valor de mensagem; influenciam outros e estes outros, por sua vez, não podem não responder a essas comunicações e, portanto, também estão comunicando (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1989, p. 44-45).

A impossibilidade de não comunicar está justamente na natureza da linguagem humana, a qual é composta por línguas arbitrariamente constituídas que dão denominação às coisas; e por sistemas de representações não-verbais, que não se utilizam de palavras para dar sentido.

A comunicação, segundo os autores, está marcada pelo par digital (verbal) e analógico (não-verbal). No modo de comunicação analógico, estão presentes aspectos da comunicação não-verbal, como

> gestos, postura, expressão facial, inflexão de voz, seqüência, ritmo, e cadência das próprias palavras, e qualquer outra manifestação não-verbal de que o organismo seja capaz, assim como as pistas comunicacionais infalivelmente presentes em qualquer contexto em que uma interação ocorra (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1989, p. 57).

Na visão dos autores, os dois modos de comunicação existem lado a lado e, além disso, se complementam durante as mensagens. Em uma interação, é

impossível que as palavras proferidas não sejam acompanhadas de inflexão de voz, postura e outros aspectos relacionados à comunicação não-verbal.

A comunicação analógica torna-se, então, determinante para o estabelecimento de relações e distinção de sinais de humor, por exemplo.

> Os seres humanos comunicam digital e analogicamente. A linguagem digita é uma sintaxe lógica sumamente complexa e poderosa, mas carente de adequada semântica no campo das relações, ao passo que a linguagem analógica possui a semântica, mas não tem uma sintaxe adequada para a definição não-ambígua na natureza das relações (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1989, p. 61).

As manifestações verbais estão sempre acompanhadas de comunicação não-verbal. A postura, gestos, expressão facial, inflexão de voz, seqüência, ritmo e cadência das próprias palavras são manifestações não-verbais dadas em uma situação de interação.

Para os ouvintes, a fala tende a representar uma comunicação verbal e os movimentos do corpo e expressões da face, por exemplo, uma comunicação auxiliar. Dessa visão decorre outro fator determinante para o entendimento equivocado de que a comunicação por língua de sinais não constitui em si uma língua[9].

Os gestos e expressões corporais são realizados por todos os sujeitos; porém, no momento em que os gestos e expressões de um sujeito ocorrem baseados em um código lingüístico, que dá sentido a estes movimentos, a comunicação gestual também pode ser entendida como verbal.

[9] Watzlawick, Beavin e Jackson (1989) ressaltam que, em caso de contradição entre as duas linguagens, prevaleça a analógica.

1.3. Aspectos acerca da Língua Brasileira de Sinais

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), assim como as demais línguas, possui particularidades e variações regionais, que podem ser associadas aos sotaques e expressões características de uma determinada região em que se utilizam da Língua Portuguesa, por exemplo.

No caso do Brasil, a Libras é reconhecida pelo governo brasileiro como a língua natural dos surdos, no sentido de estar alinhada com as capacidades psicolingüísticas e sociais desses sujeitos, assim como com as percepções e experiências visuais diferentes dos ouvintes (BRASIL, 2002).

Isso não significa que as línguas de sinais se padronizam e se pautam nas línguas faladas em diferentes países. São línguas distintas que estão presentes em contextos sociais determinados. Dentro dessa perspectiva, a Libras não é uma tradução do português oral para os gestos.

De acordo com Lucinda Ferreira-Brito (2007), as línguas de sinais se articulam em uma dimensão espacial e são percebidas visualmente. Essas línguas utilizam o espaço e as dimensões que este oferece para a constituição de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos para veicular significados. Esses significados são percebidos pelos seus *usuários* através das mesmas dimensões espaciais. Para a autora,

> línguas de sinais e línguas orais são muito semelhantes. As gramáticas particulares das línguas orais e das línguas de sinais são intrinsecamente as mesmas posto que seus princípios básicos são respeitados em ambas as modalidades: elas são dotadas de dupla articulação (estruturam-se a partir de unidades mínimas distintivas e de morfemas ou unidades mínimas de significado), usam a produtividade como meio de estruturar novas formas a partir de outras já existentes, estruturam suas sentenças a partir dos mesmos tipos de constituintes e categorias lingüísticas, suas sentenças são estruturadas sempre em torno de um núcleo com valência, isto é, o núcleo que requer os argumentos (complementos) necessários para a completude do significado que veicula (FERREIRA-BRITO, 2007).

A combinação dos sinais possui regras básicas e próprias. Essas regras estão associadas ao pouco uso de preposições e conjunções, omissão freqüente dos verbos “ser” e “estar”, negação feita após o verbo, colocação de funções

periféricas (adjuntos adnominais) após as funções nucleares, quando se trata de sintagma nominal (FERNANDES apud BERNARDINO, 2000, p. 89).

Segundo Ferreira-Brito (apud BERNARDINO, 2000, p. 90), a formação das sentenças (ordem sintática) em Libras se assemelha à da *American Signal Language* (ASL), assim como à do Português. A Libras tende a seguir a ordem básica “sujeito – verbo – objeto”.

Outras ordens seriam permitidas, como: se um dos elementos da frase for “topicalizado”; quando o sujeito e o objeto não forem invertidos; e em situação em que o locutor não usasse o espaço para indicar mecanismos gramaticais. Em estudos mais recentes, Ferreira-Brito (2007) afirma que a Libras parece preferir a “topicalização” e o verbo no final da sentença. A autora ressalta que a estrutura “tópico-comentário” também está presente nos diálogos coloquiais ocorridos na Língua Portuguesa. Têm-se, então, duas formas de organizar as frases em Libras:

a) Estrutura “sujeito - verbo - objeto”:
Em Português: A mulher come queijo.
Em Libras: [MULHER COMER QUEIJO].
(Cada palavra em maiúscula representa um sinal específico em Libras).

b) Estrutura “tópico – comentário”:
Em Português: O acidente na rua eu não vi.
Em Libras: [RUA ACIDENTE NÃO-ENXERGAR]
tópico comentário

As palavras, em Libras, são representadas por sinais visuais que são construídos a partir da forma e do movimento das mãos e do ponto do corpo ou no espaço onde esses sinais são realizados.

Elidéia Lúcia Bernardino (2000) especifica os parâmetros constituintes da Libras. Para a autora, os sinais estão baseados na simultaneidade de execução dos seguintes aspectos:

a) *configuração das mãos*: entendida como as diversas formas que uma ou as duas mãos tomam na realização do sinal (figura 1);

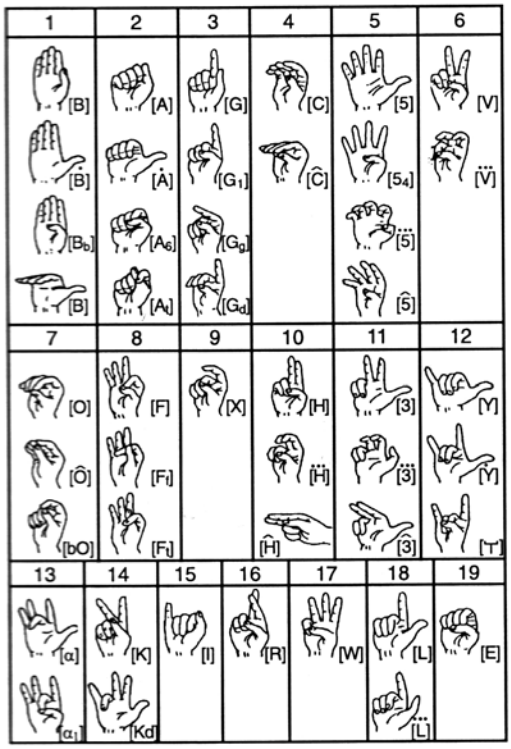


Figura 1 – As 46 configurações de mãos da Libras (FERREIRA-BRITO; LANGEVIN apud QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 53)

b) *movimento*: parâmetro complexo que pode envolver desde os movimentos internos das mãos, de pulso, direcionais no espaço e mesmo conjuntos de movimentos no mesmo sinal. O sinal para a palavra *azul*, por exemplo, pode assumir diferentes conotações, dependendo de como a mão é movimentada (figura 2).

Figura 2 – Exemplos de sinais na ASL (BAKER; PADDEN apud QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 54)

A execução da expressão *olhe para* demonstra como o movimento das mãos podem influenciar no sentido do sinal emitido (figura 3).

Figura 3 – Aspecto temporal de OLHE-PARA (KLIMA; BELLUGI apud QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 55)

c) *ponto de articulação*: espaço diante do corpo, ou região do próprio corpo, no qual os sinais são realizados (figura 4).

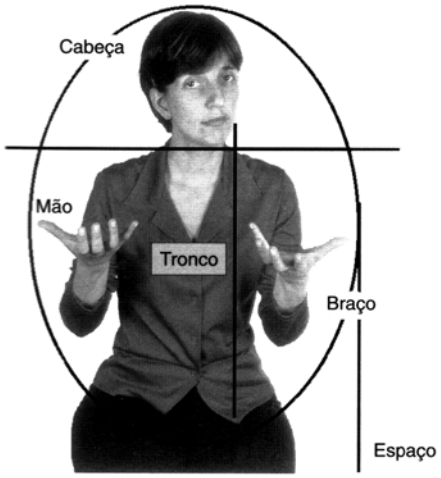


Figura 4 – Espaço de realização dos sinais e as quatro áreas principais de articulação dos sinais (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 57, com base em BATISON, 1978)

A Libras apresenta parâmetros secundários que também influenciam no modo de execução do sinal. Conforme Bernardino (2000), esses parâmetros são:

a) *disposição das mãos*: o sinal poder ser realizado pela mão dominante, ou pelas duas, o que nesta última combinação ambas poderiam formar o sinal, ou apenas a mão dominante, servindo a outra como ponto de articulação da primeira;

b) *orientação das mãos*: relativa à direção da palma da mão, no momento de execução do sinal, o que não impede a mudança de direção da palma, durante o movimento. As distintas direções que as mãos podem assumir podem ser vistas a seguir (figura 5);

Figura 5 – Orientações das mãos em Libras (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 60)

c) *região de contato*: entendida como a parte da mão que entra em contato com o corpo. Desse modo, estão incluídos, toque, risco, deslizamento, entre outros.

Tanya Felipe (2007) acrescenta um outro parâmetro relacionado aos sinais em Libras: a *expressão facial e/ou corporal*. A seguir, são apresentados alguns

sinais em que as expressões faciais e/ou corporais são determinantes para a confecção dos sinais (figura 6).

Figura 6 – Expressões faciais e corporais em Libras (CASTRO; CARVALHO, 2005, p. 30).

Segundo Felipe, em sinalizações como *alegre* e *triste*, a expressão facial é fundamental para dar sentido. Ela ainda acrescenta que *há sinais feitos somente com a bochecha como LADRÃO, ATO-SEXUAL* (FELIPE, 2007).

Ronice Quadros e Lodenir Karnopp (2004) esclarecem que essas *expressões não-manuais* servem para marcação de construções sintáticas e diferenciação de itens lexicais. As expressões não-manuais constituem ainda componentes lexicais – marcam referência específica, referência pronominal, partícula negativa, advérbio, grau ou aspecto. Essas expressões são encontradas no rosto, na cabeça e no tronco (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 60).

Os parâmetros acima são responsáveis por 218 traços úteis para a transcrição fonética. Com isso, a Libras apresenta 46 configurações de mão, seis tipos de orientação de mão, 23 expressões não-manuais e 35 possíveis movimentos internos de mão. Além disso, possui 28 especificações para tipo, 17 para direcionalidade, cinco para maneira e duas para freqüência do movimento (FERREIRA-BRITO apud QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 64).

Bernardino esclarece que a Libras, por ser multidimensional, proporciona a possibilidade de alteração desses parâmetros *para a obtenção de modulações aspectuais, incorporação de informações gramaticais e lexicais, quantificação, negação e tempo* (BERNARDINO, 2000, p. 86).

A Libras apresenta também um alfabeto manual (datilologia), composto de 46 configurações que representam as letras do alfabeto ocidental, além dos numerais e das pontuações gráficas. Essas configurações permitem a formação de qualquer palavra em Língua Portuguesa. Todavia, os sinais ou palavras (itens lexicais) em Libras não são formados pela soletração manual, como visto.

Quadros e Karnopp esclarecem que a *soletração manual não é uma representação direta do português, é uma representação manual da ortografia do português, envolvendo uma seqüência de letras escritas do português* (QUADROS & KARNOPP, 2004, p. 68).

Abaixo (figura 7) é possível observar as diferenças estabelecidas entre a soletração digital e a formação do sinal da palavra *certo.*

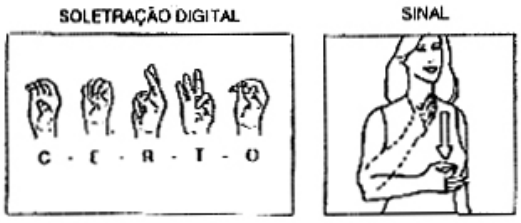


Figura 7 – Soletração digital e execução de sinal (FERREIRA-BRITO, 2007).

Bernardino ressalta que pode haver influência da Língua Portuguesa, no caso do sujeito utilizar o alfabeto manual para configurar a primeira letra da palavra e outros recursos articulatórios, para formar o léxico em Libras.

Diferentemente da Língua Portuguesa, a Libras apresenta *classificadores*, determinadas configurações de mãos utilizadas para representar a forma e o tamanho dos referentes. Os classificadores também podem estar relacionados às características dos movimentos dos seres em um evento, com a função de descrever o referente do nome (atuando como pronomes) ou localizar os referentes (como locativos) (BERNARDINO, 2000, p. 94). Segundo Bernardino, eles são muito utilizados para descrever idéias para as quais não há sinais específicos.

Na tentativa de transpor a barreira entre as duas línguas, Bernardino considera que muitas pessoas se utilizam do Português sinalizado. A autora compara as estruturas das três formas a seguir:

Em Português: Eu não mandei você fazer isso.
Em Português sinalizado: [EU NÃO MANDAR VOCÊ FAZER ISSO].
Em Libras: [MANDAR AINDA-NÃO].

Para a autora, o uso concomitante da língua de sinais e da oral gera confusão entre os surdos, levando-os a pensar que a língua de sinais é uma forma sinalizada da língua oral. Cecília Góes (apud BERNARDINO, 2000, p. 98-99) reafirma tal posição ao dizer que para alguns indivíduos, tanto os “gestos” quanto a fala ou a escrita são modalidades diferentes de uma mesma língua.

Essa visão é decorrente dos processos de representação sobre a surdez que, conforme exposto, apresentam modelos ouvintes para que os surdos se espelhem. Apesar da comunicação por sinais estar em mútua influência com a comunicação oral devido a presença em contextos sociais iguais, a Libras não se apresenta como um tradução do Português para os sinais.

Percebe-se que a comunicação por língua de sinais apresenta um processo híbrido e interseccionado entre comunicação verbal e não-verbal. Contrariamente à noção dada por Watzlawick, Beavin e Jackson (1989), de que os gestos são elementos auxiliares em um processo dialógico, a língua de sinais torna esses gestos elementos verbais essenciais ao processo de comunicação espaço-visual.

Os elementos verbais da Libras são pautados nos parâmetros de *configuração de mãos, ponto de articulação* e *movimento,* assim como *disposição das mãos, orientação das mãos, região de contato.*

Os gestos operados dentro desses parâmetros adquirem, portanto, caráter de comunicação verbal, tendo o potencial de serem recebidos e interpretados pelos receptores que também operam dentro de um código em comum, a Libras.

Expressões não-manuais – como movimentos dos olhos, face e corpo como um todo – que tenderiam a serem considerados como aspectos complementares em um diálogo e que, por isso, poderiam ser considerados não-verbais, adquirem o estatuto de comunicação verbal em alguns casos, como o de sinais realizados somente com a bochecha, por exemplo.

A utilização do espaço visual para a comunicação em língua de sinais perpassa a fronteira de divisão binária entre comunicação verbal e não-verbal. É a situação contextual que irá determinar se algum aspecto complementar é não-verbal ou verbal.

Cabe ressaltar que a demarcação em elementos verbais/não-verbais dentro da Libras é apresentada aqui apenas como exemplificação da possibilidade de estruturação dos gestos e sinais de modo correlato ao funcionamento das línguas orais, ou seja, para o entendimento de que os gestos e sinais podem ser utilizados como canais de comunicação entre os sujeitos.

Defender essa classificação de elementos verbais/não-verbais em Libras significa desconsiderar e marginalizar a existência de outras formas de comunicação espaço-visual fora dos parâmetros estabelecidos pela Libras.

A cultura surda não é atravessada somente pela comunicação provinda da Libras, pois não são todos os surdos dominantes da Libras. Desse modo, outros sistemas de comunicação se fazem presentes como dialetos espaço-visuais.

De forma análoga à sociedade marcada pela comunicação oral, pode-se considerar que, dentro da surda, o usuário da Libras seria o “alfabetizado”. Porém, o relevante na língua é o ato de interação em si.

2. A COMUNICAÇÃO TELEVISIVA

A comunicação entre os sujeitos não está restrita aos diálogos convencionais, nos quais emissores e receptores compartilham o mesmo ambiente espaço-temporal para que a interação ocorra. De acordo com John Thompson (1998), as sociedades são marcadas pela existência de três modos de interações comunicativas.

O primeiro deles refere-se à *interação face a face*, estabelecida por uma co-presença de indivíduos. Em um mesmo ambiente espaço-temporal, a interação e a troca de mensagens são constantes. O fluxo de informação e comunicação ocorre em duplo sentido (ida e volta), sem a interferência de aparatos tecnológicos ou canais que interfiram no diálogo. Nesse processo, emissores e receptores trocam de papéis a todo instante.

O segundo nível de interação considerado por Thompson é a *interação mediada*. O diálogo entre sujeitos ocorre por meio de um canal para a comunicação à distância. É o caso de conversas por telefone e cartas, por exemplo.

O advento dos meios de comunicação de massa[10] modifica essas relações entre emissores e receptores. Para Thompson, o processo implementado por esses meios determina uma *quase-interação mediada*. Emissores e receptores não precisam compartilhar mais o mesmo ambiente espaço-temporal para estabelecer uma interação. Esse processo difere de uma comunicação por telefone ou de um diálogo convencional por ser realizada em via unilateral.

Através do contato com jornais, programas televisivos e meios de comunicação de massa em geral, o receptor tem a oportunidade de obter um grande fluxo de informação, mas a participação e o diálogo ficam restritos. A mensagem veiculada não exige do receptor uma resposta direta e imediata, assim

[10] O termo “meios de comunicação de massa” é empregado para determinar os veículos de comunicação que difundem mensagens em larga escala. De modo genérico, pode-se associar esse termo ao sentido de “mídia”.

como as possíveis respostas do receptor também não influenciam de maneira instantânea no conteúdo transmitido.

Por outro lado, a quase-interação mediada amplia o poder de difusão das mensagens. O veículo pode estar presente em diversos espaços não restritos àqueles condizentes com o do enunciador. Segundo Thompson, a *quase-interação mediada*

> [...] é uma situação estruturada na qual alguns indivíduos se ocupam principalmente na produção de formas simbólicas para outros que não estão fisicamente presentes, enquanto estes se ocupam em receber formas simbólicas produzidas por outros a quem eles não podem responder, mas com quem podem criar laços de amizade, afeto e lealdade (THOMPSON, 1998, p. 80).

No que se refere à televisão, o autor atenta que os sujeitos – na posição de telespectadores – podem

> controlar a natureza e a extensão de sua participação e utilizar a quase-interação para necessidades e finalidades próprias, mas têm muito pouco poder de intervir na quase-interação e determinar-lhe o curso e conteúdo (THOMPSON, 1998, p. 90).

O contato com as mensagens advindas dos meios de comunicação de massa não significa, no entanto, que elas serão recebidas e interpretadas pelos sujeitos de acordo com as expectativas do emissor.

Umberto Eco (1979) afirma que a comunicação televisiva – assim como qualquer outra relação comunicacional – necessita de um código em comum por meio do qual emissores e receptores consigam captar os sentidos das mensagens.

Esse código em comum é a base para uma comunicação efetiva entre os sujeitos. Segundo Eco, o código é um *sistema de convenções comunicativas que constituem as regras de uso e organização de vários significantes*, tendo a língua como modelo exemplar (ECO, 1979, p. 372).

Como qualquer discurso, a mensagem televisiva não está livre de carregar sentidos e significados em seu conteúdo. Ela também agrega e difunde concepções, valores, crenças e ideologias estabelecidas no meio sócio-cultural do qual faz parte. A diferenciação está na forma de interação com o receptor, assim como no poder de difusão das mensagens, as quais podem alcançar um grande número de pessoas.

Apesar das atividades responsivas dos telespectadores estarem restritas na comunicação televisiva, é a presença deles que orienta a escolha dos códigos e subcódigos empregados pelos emissores.

O conteúdo desenvolvido pela televisão tem em vista um “público-alvo”, uma audiência que não se conhece efetivamente, mas que é idealizada, imaginada e subentendida.

2.1. Os códigos da linguagem televisiva

A comunicação televisiva é composta por distintos códigos, os quais concorrem e se associam para dar forma às mensagens a serem transmitidas. Para Eco (1979), imagens, emissões verbais e sons em geral tornam-se códigos dentro da televisão e compõem um tipo de linguagem particular, a linguagem televisiva.

Os códigos são acompanhados de elementos capazes de resgatar significados não explícitos na mensagem: os subcódigos, aspectos peculiares e restritos ao universo de convenções e conhecimentos de grupos especializados, com a função de fornecer um caráter conotativo às mensagens. Somente quem faz parte desse grupo e conhece essas convenções é capaz de apreender o sentido conotativo previsto para a mensagem.

A abrangência da comunicação televisiva determina que, em uma mensagem destinada a um grupo indiferenciado de telespectadores, nem todos os receptores irão conhecer os códigos utilizados pelo emissor. O emissor utiliza-se de um código comunicativo que *a priori já se pode prever como não compartilhado por todos os receptores* (ECO, 1979, p. 368).

De acordo com Eco, a linguagem televisiva assume a seguinte estruturação:

1. *Código icônico*:

Relacionado aos processos de percepção visual, os quais, de acordo com Eco, se desenvolvem também baseados em um código, se a percepção não for

considerada somente um registro fotográfico de uma dada realidade, mas, sim, uma *interação entre os estímulos de um dado campo e os esquemas perceptivos, adquiridos por aprendizagem e propostos pelo sujeito.* (ECO, 1979, p. 375)

Nesse sentido, uma imagem pode referir-se a si mesma (como um círculo, por exemplo) ou referir-se a outra forma previamente conhecida pelo telespectador (como uma árvore, uma letra do alfabeto).

Eco afirma que

> o código é sempre *figurativo*, ou *icônico*: perceberei certas formas no vídeo como imagem de outras formas já conhecidas, se as primeiras possuírem elementos estruturais homólogos às segundas, em número suficiente para constituírem seu "modelo reduzido" (ECO, 1979, p. 375).

O código icônico é composto por subcódigos:

A) *subcódigo iconológico*: algumas imagens podem conotar coisas a mais do que está ali representado, por tradição. *Incluem-se certas figuras que, por convenção, conotam alguma coisa, com base, no entanto, em tendências incônscias que determinaram a escolha iconológica* (ECO, 1979, p. 376-377). A imagem de uma pomba branca remete à "paz" por trazer outros sentidos além do que está representado. De modo semelhante, a imagem de água conota "serenidade", por convenção.

B) *subcódigo estético:* está relacionado a uma tradição do gosto. O que é belo é culturalmente instituído por convenções dadas. Como exemplo, tem-se as pinturas do século XV, em que se buscava retratar o belo através de mulheres de corpos avantajados, obesos e de pele alva e pálida. As mulheres magras e morenas eram tidas como feias e estavam fora dos padrões dados pela tradição do gosto na época. Atualmente, esses padrões de beleza se alteraram e o culto ao belo passou a ser direcionado para os corpos magros e de aparência saudável.

C) *subcódigo erótico:* também está associado à convenções pautadas na tradição do gosto. Para o autor, esse subcódigo confunde-se várias vezes com o estético (ECO, 1979, p. 377).

> Brigitte Bardot afigura-se-nos bela e desejável. Uma mulher gorda não. Esses dois tipos de avaliação fundam-se em convenções, isto é, num assentamento histórico-sociológico, reconhecido pela coletividade do gosto. Esse subcódigo confunde-se, sob vários aspectos, com o estético: um tipo de mulher é ridículo se comensurado a uma tradição cômica. Um homem de pano preto no olho é eroticamente interessante, se comensurado também ao subcódigo iconológico que o conota como 'pirata', e a um subcódigo estético que conota o pirata como 'romântico' (ECO, 1979, p. 377).

Eco ressalta que esses três códigos estão vinculados à seleção das imagens. O último subcódigo, a seguir, está relacionado à combinação das imagens, à montagem das cenas.

D) *subcódigo da montagem:* estabelece regras de composição das imagens no vídeo. São fornecidas regras que fundamentam a escolha de enquadramento e seqüência das imagens, por exemplo. O debate entre os candidatos à presidência da República do Brasil, Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva, em 1989, é uma exemplificação clara de como a montagem pode servir como ferramenta de alteração no curso dos acontecimentos retratados, tendo em vista ludibriar o espectador. Na época, a emissora do debate, Rede Globo de Televisão, foi acusada de utilizar a montagem como instrumento para manipular o andamento do debate e favorecer um candidato.

2. *Código lingüístico*:

Refere-se à língua que se fala, ou seja, às formulações verbais necessárias para uma transmissão. Entretanto, o código lingüístico pode não ser conhecido por todos os receptores.

Eco determina a existência de dois subcódigos para o código lingüístico:

A) *jargões especializados*: gama de expressões e palavras que trazem sentidos gerados dentro de um setor específico, como jargões científicos, jurídicos, médicos, jornalísticos, entre outros.

B) *sintagmas de valor estilístico adquirido:* para Eco, este subcódigo equivale ao subcódigo estético do código icônico, no sentido de gerar conotações instituídas socialmente, como conotações de classe social, atitude artística. É a partir desse *sintagma,* que é possível distinguir se uma mensagem é irônica, alarmante, por exemplo. Pode-se demarcar, por esse subcódigo, se uma mensagem *ofende o código lingüístico básico por erro ou por projeto*, ou seja, se

o aspecto desviante está intencionalmente instalado na mensagem (ECO, 1979, p. 378). O programa humorístico “Zorra Total”, da Rede Globo de Televisão, apresenta personagens que carregam sintagmas de valor estilístico nas mensagens, os quais influenciam no sentido apreendido. Um deles é Nerson da Capitinga, retrato do típico homem do campo desconfiado. A fala irreverente e desviante da norma culta abre espaço para o espectador construir referências sobre o personagem e perceber que está diante de conteúdos irônicos e descontraídos.

3. *Código sonoro:*

Relativo aos sons da escala musical e às regras combinatórias da gramática tonal, assim como a ruídos – quando estes se referem a outros ruídos previamente conhecidos. Os sons produzidos não possuem sentidos, porém os ruídos podem tem ter valor imitativo, resgatar ruídos já ouvidos na realidade. Dentro do código sonoro estão previstos três aspectos não universalizantes:

A) *subcódigos emotivos*: relativo a músicas previamente conhecidas e convencionalmente dadas por gerar um clima de suspense, por exemplo. Em filmes de ação, os sons de uma sirene de carro geram um clima de suspense para a perseguição policial.

B) *sintagmas de valor estilístico adquirido:* músicas ligadas a valores precisos, facilmente identificáveis como camponesa, clássica, selvagem (ECO, 1979, p. 378).

C) *sintagmas de valor convencional:* toques de sentido que, posteriormente, podem assumir valores conotativos. Os rufos de tambores podem assumir, ocasionalmente, um sentido de guerra, coragem.

Eco entende que o conjunto desses códigos e subcódigos televisivos somente são aplicáveis dentro de um *quadro de referência cultural geral*. A linguagem televisiva é formulada tendo em vista o receptor, a audiência idealizada que é compreendida e retratada dentro de um conjunto de traços identificáveis como posições ideológicas, éticas, religiosas, disposições psicológicas, gostos, sistemas de valores.

Na mensagem concluída, códigos e subcódigos interagem com o quadro de referência do receptor e reverberam diversos tipos de significado, uns sobre os outros (ECO, 1979, p. 381).

A mensagem emitida pela televisão adquire sentidos diferenciados de receptor para receptor. É o quadro de referência de cada um que vai determinar o sentido a ser extraído dessa mensagem. *O quadro de referência cultural, portanto, permite a individuação dos códigos e subcódigos* (ECO, 1979, p. 378).

2.2. Importância da imagem e da palavra na comunicação televisiva

Os códigos e subcódigos que compõem a linguagem televisiva não surgem de maneira isolada. Eles se inter-relacionam e se complementam a todo instante durante a programação exibida no vídeo. A complementaridade entre eles é necessária e se torna uma ferramenta eficaz para dar corpo à mensagem que se quer transmitir.

Essa complementaridade entre os códigos não significa a isenção de prevalência de um sobre outro. A imagem adquire forma essencial dentro da comunicação pela TV. Ela é a responsável por captar, em primeira instância, a atenção e interesse do telespectador.

O poder de persuasão e impacto causados pela televisão perpassa, primeiramente, pelo código icônico. *É com a imagem que a televisão compete com o rádio e o jornal. É com a imagem que ela exerce seu poder de fascínio e prende a atenção das pessoas* (PATERNOSTRO, 1987, p. 41).

A imagem, dentro da televisão, é suporte para os demais códigos. O icônico precede o lingüístico e o sonoro. Essa precedência não significa, contudo, uma imposição da imagem sobre a palavra ou o som, no sentido de limitar a expressão desses outros códigos inter-relacionados.

No Brasil, existe uma concepção predominante de que a imagem televisiva desfruta de uma situação privilegiada na codificação das notícias. *À palavra,*

estaria reservada um lugar secundário, quase de mero complemento à informação visual (REZENDE, 2000, p. 44).

Essa noção pode estar relacionada com o ajuste do padrão norte-americano de telejornalismo para as especificidades brasileiras, determinando uma sobrevalorização da imagem sobre a palavra, ressalta Liliane Klaus (2006). Para a autora, *a palavra, ao abandonar seu papel explicativo e esclarecedor, assumiu um papel meramente ilustrativo. Manipulador em caso extremo* (KLAUS, 2006, p. 11).

Segundo esse modelo de notícia telejornalística, o lugar da palavra é determinado pelas imagens capturadas pela câmera, quanto pelo tempo de duração da matéria[11].

Irving Fang (1972) esclarece que a dinâmica de produção de uma notícia para a TV, às vezes, não permite um tratamento adequado aos acontecimentos. *A notícia televisiva não é o veículo mais adequado para a transmissão de um grande volume de pequenos detalhes de acontecimentos* (FANG, 1972, p. 124: tradução nossa)[12].

Além disso, existem diversos filtros[13] e a necessidade freqüente de "boas" imagens para a cobertura dos fatos, por vezes, acarreta em cortes no texto do repórter.

Conforme Ivete Roldão (1982), a notícia televisiva é medida em segundos. Ao analisar três telejornais brasileiros (Jornal Nacional, Jornal da Cultura e Jornal da Record), a autora observa que o tempo de duração das matérias é cerca de um minuto e 30 segundos (ROLDÃO, 1982, p. 60).

Dentro dessa dinâmica de produção, o texto jornalístico, tende a ser construído por palavras simples, curtas e claras, observa Fang. O texto segue a estrutura de roteiro, com os aspectos mais importantes abordados ao seu início,

---

[11] Entende-se por matéria o conteúdo da notícia jornalística, norteado pelo alicerce das questões: o que, quando, onde, como e por quê?

[12] Original em inglês: "Television news is not a good vehicle for carrying great volumes of little facts" (FANG, 1972, p. 124).

[13] Esses filtros estão relacionados ao operador de câmera, a problemas técnicos com a fita, ao tamanho da reportagem, ao texto do repórter, à seleção das cenas, aos cortes e adequações do editor etc.

sendo cerceado por meio de regras impostas pelos “manuais de redação”, os quais sugerem, por exemplo, *não construir frases e orações longas; em caso de sinônimo preferir palavras curtas; eliminar termos desnecessários* (COUTINHO, 2006, p.11).

O processo de produção textual jornalístico se caracterizaria como uma adaptação ao elemento visual, como um “recorte” de palavras, uma seleção dos termos mais propícios para a complementação da representação icônica.

A concepção de que a imagem tem uma situação privilegiada nas notícias não é influência somente do modelo de telejornalismo adotado no Brasil. Essa concepção é reforçada pela importância que a imagem em si tem para os indivíduos.

Francis Wolff (2005), ao realizar um estudo sobre o poder das imagens em geral, busca compreender o poder exercido pelas imagens na sociedade contemporânea, especificamente aquelas difundidas pelos meios de comunicação.

O autor entende que a imagem não se apresenta somente no vídeo. Ela está presente em todos os ambientes e sociedades. Wolff entende que toda imagem revela as mais variadas formas de expressão e sentimento humanos que a coisa que ela representa poderia suscitar: amor, ódio, desejo, crença.

A imagem se dá, a partir do momento em que o sujeito pára de ver algo *materialmente dado, para ver outra coisa, para reconhecer uma figura reconhecida* (WOLFF, 2005, p.20). Esse momento caracterizado por Wolff é como uma linha divisória entre as concepções de imagens. Existem imagens que denotam a si mesmas e as imagens que resgatam sentidos de outras formas. Um traço ou um círculo podem denotar somente a si próprios ou fazer referências a outras formas, a outros sentidos construídos socialmente (ECO, 1979, p. 375).

A imagem tem, portanto, o poder de denotar outras coisas, outros sentidos. Ela é capaz de *representar*, tornar presente aquilo que está ausente, se relacionar com uma coisa. Como explica Wolff, ao se deparar com um retrato ou estátua de Pelé, não são vistas as cores e composições dessa representação. Não se está diante da pessoa física em si, porém, os sentimentos de reconhecimento do

sujeito (“É Pelé!”) e de uma possível saudade podem emergir (WOLFF, 2005, p. 21-22).

A imagem de Pelé não pode conter todos os traços que o caracterizam, sob pena de se confundir com o mesmo. A imagem deve conter apenas algumas características daquilo que pretende representar.

> Em suma, a imagem é um ser menor do que aquele que ela representa, é um falso ser, simples imitação da aparência, é múltipla em lugar de una. De maneira que a imagem é a representação reprodutível de uma coisa ausente única, que lhe empresta alguns traços aparentes e visíveis (WOLFF, 2005, p. 23).

As imagens selecionadas e montadas em seqüência, para exibição no vídeo, potencializam o surgimento de emoções que uma fotografia, uma imagem parada, poderiam suscitar.

A televisão torna-se o meio através do qual a imagem tem seu poder exacerbado, tendo-se a impressão de que a transmissão é o real que se representa sem interferências. A sensação de estar em contato com o real e não com a sua representação ocorre pelo poder da imagem tornar presente o ausente:

> não vemos a imagem, só vemos a própria coisa representada, por transparência, se assim podemos dizer. Vemos o modelo, e não a imagem, e é ao modelo que atribuímos o poder da imagem, o de tornar presente (WOLFF, 2005, p.38).

A partir da informação transmitida “ao vivo”, tem-se a negação da representação como representação: a ilusão de que a realidade teria poder de sua própria representação, esquecendo-se que existem pessoas que selecionam o melhor enquadramento na câmera, editam as imagens e as colocam em uma seqüência mais apropriada para a idéia que se quer transmitir.

Klaus (2006) acredita que a intermediação que ocorre nas imagens televisuais não é um problema em si, pois se trata de um processo inevitável. Porém,

> o problema é usar a imagem na forma de uma representação como signo icônico, transformá-la em uma ‘cópia totalmente ilusória’, e fazer-nos acreditar que aquilo sim é o mundo, quando os poderosos bem o sabem, este é o mundo que desejam representar (KLAUS, 2006, p. 12).

Wolff esclarece que a determinação da potência da imagem, dos efeitos das imagens sobre os homens, pode ser dada pela comparação com a linguagem, extraindo-se, assim, as limitações desse sistema representativo[14].

O primeiro aspecto está relacionado à irracionalidade da imagem. Ela não possui propriedade para comparar, induzir, em suma, *explicar* nada. As explicações estão presentes no discurso. Porém, esse discurso não consegue comportar o todo representado. Nesse ponto, o autor indica que a *foto de uma única criança africana morrendo de fome não informa, não diz nada, não explica nada, mas pode provocar piedade, indignação, revolta* (WOLFF, 2005, p.26).

Outro "defeito" da imagem é o *mostrar* em um sentido afirmativo. O que está na imagem está apresentado. Não é possível negar. A negação de uma imagem ocorre mediante a oposição de uma outra imagem para determinar o que é o objeto representado.

Logo, a imagem só reconhece um modo gramatical: o indicativo. Não há a possibilidade de relativizações e questionamentos. *Pretendendo representar o real sem nuances, sem julgamentos, pondo o possível e o real no mesmo plano, ela dá esse sentimento de realidade que a linguagem não dá* (WOLFF, 2005, p.27), aumentando seu poder de persuasão.

A terceira limitação está na impossibilidade de representar o passado e o futuro. A imagem se relaciona com a situação dêitica da enunciação.

[14] Observe que o estudo de Wolff não considera a imagem como potencial veículo de transmissão de mensagens espaço-visuais geradas através das línguas de sinais. A imagem da qual fala Wolff é aquela usada para ilustrar e contextualizar uma notícia, por exemplo. Para o autor, a imagem é representativa de acontecimentos, objetos, pessoas, e não é capaz de abarcar sentidos dados a partir de sistemas lingüísticos.

> É exatamente por isso que a humanidade inventou dois sistemas de representação: a linguagem, sonora, temporal, fruto da inteligência, instrumento extremamente sutil, aperfeiçoado, que pode dizer todas as nuances do tempo, do pensamento, do julgamento, todas as modalidades da abstração e da generalidade, mas que não pode tornar verdadeiramente presentes os verdadeiros ausentes, os mortos e os deuses; e o outro sistema, a imagem, visual, espacial, fruto da imaginação, muito mais rudimentar, mas surpreendente e impressionante, e que tem o poder mágico de fazer viver os mortos e fazer existir o céu sobre a terra (WOLFF, 2005, p.29).

Muniz Sodré afirma que as significações gerais de uma notícia só podem ser extraídas através do discurso, e não narradas por imagens. O discurso analógico televisivo não é capaz de *produzir por imagens relações capazes de ordenar ou de captar aproximativamente os fenômenos* (SODRÉ, 1977, p.14-15).

Desse modo, a notícia telejornalística necessita do verbal como suporte para sua linguagem, o que contradiz a concepção do uso único e irrestrito do icônico como representação e explicação dos fatos.

A imagem é certamente o centro definidor da TV, porém, *o verbal completa a narrativa por imagens que como já dissemos por si só não se sustenta* (FRAGA ROCCO, 1991, p. 242).

Contrariamente às fotografias ou obras de arte – que podem carregar informação, transmitir mensagens, sem a presença do elemento textual – a imagem televisiva necessita de uma complementação.

No telejornal, as imagens são testemunhas dos fatos representados. Apresentam elementos que dão sensação de veracidade às informações relatadas. A forma e a velocidade com que são exibidas tornam-nas vazias, ilustrativas. Não apresentam uma informação concreta. O telespectador fica desinformado com relação a aspectos como lugar, tempo, contexto.

Na concepção de Klaus,

> a imagem, no caso do telejornal, é (quase sempre) vazia de informações específicas. Se, por não trazer consigo informações claras e concretas, torna-se passiva de infinitas interpretações, pode ser, porém capaz de transmitir mensagens bem concretas, quando for bem trabalhada através de artifícios visuais de direcionamento de significado, ou de omitir pelo silêncio (KLAUS, 2006, p. 38).

Paternostro alerta que a TV funciona a partir da relação texto/imagem, o que acarreta a necessidade de respeito à força da informação visual e de descobrir como uni-la à palavra (PATERNOSTRO, 1987, p. 41).

A relação entre texto e imagem é conturbada. A imagem *nos proporciona a visualização de um fato, podendo casualmente facilitar a compreensão* (KLAUS, 2006, p. 15), caracterizando-se, assim, de modo mais "concreto" que o texto. Porém,

> visualiza-se melhor o que se quis dizer, mas isto não quer dizer que se melhora a compreensão. Mesmo porque a imagem não corresponde necessariamente à realidade. Isto porque a imagem, no nosso caso a imagem telejornalística, tem algumas características, relativas à sua polifonia, que não percebemos (KLAUS, 2006, p. 15).

A imagem televisiva é pobre em sentido e o que "engole" o receptor é o espaço televisivo (enquanto campo de significação) e não a imagem em sua autonomia (SODRÉ, 1977, p. 59).

Nessa perspectiva, apesar de ter no código icônico o componente básico de sua linguagem, *a TV não pode prescindir da comunicação verbal, principalmente nos programas jornalísticos* (REZENDE, 2000, p. 48).

Para comprovar a eficiência do elemento verbal na transmissão da informação telejornalística, Rezende (2000) propõe a experiência de, em um dia, ouvir o telejornal sem as imagens e, no dia seguinte, ver as imagens dos fatos sem as palavras correspondentes. *Não há dúvida de que o telespectador ficará muito melhor informado no primeiro do que no segundo dia* (REZENDE, 2000, p. 51).

Klaus, com base em Weidenmann, declara que o icônico fomenta a atenção e a motivação. Ele é o mais apropriado para a informação espacial, sendo capaz de gerar impacto e prender a atenção do telespectador. Porém, o icônico aparece solto, sem informações claras e precisas.

É necessário, então, que o conteúdo seja explicitado. Klaus acredita em uma incoerência ao se utilizar imagens como informação, tendo em vista que a intenção do telejornal é informar e não emocionar.

Para a autora, as imagens de telejornal se tornam vazias e sem utilidade, *no sentido de não carregar consigo uma informação palpável, sem o que um telejornal não faz qualquer sentido* (KLAUS, 2006, p. 13).

Apesar de a imagem preceder os demais códigos da televisão, isso não significa necessariamente a prevalência da mesma sobre o lingüístico e o sonoro. Segundo Rezende (1998), não há uma hierarquia fixa de códigos na composição da mensagem jornalística. A inter-relação entre eles ocorre de modo complexo e indeterminado, variando em cada ocasião.

A imagem apresenta algumas limitações que dão margem ao verbal, como atentou Wolff (2005). No caso do telejornal, a imagem ajuda a representar um pedaço da realidade,

> mas nem tudo que importa vem acompanhado de boas imagens, e nem toda boa imagem refere-se a uma notícia relevante ou transmite a profundidade que se espera sobre um tema (KLAUS, 2006, p. 20).

Para Eduardo Coutinho (1991), a imagem jornalística não pode ser veiculada sem a palavra que exerça o comentário, sem a música que ajude a criar o contexto.

> Uma imagem muda é perigosa, porque a busca de seu sentido fica livre, o mundo pleno de significado oscila em sua base. Em conseqüência dessa compreensão, acredita-se que o espectador tende a mudar de canal ou a supor que haja uma falha técnica da emissora [...]. Isso prova um pouco, de maneira caricatural, que esse papo de 'TV é imagem' é mais uma frase feita do que outra coisa. Eu diria até que, num certo nível, a TV tal como se pratica depende tanto do som quanto da imagem, ou mais do som do que da imagem (COUTINHO, 1991, p. 281-282).

O texto jornalístico deve caminhar junto com a imagem, em busca de identificar os elementos fundamentais da notícia. O texto ou tem a ver com o que está sendo mostrado, *ou não tem razão de existir, perde a sua função. O papel da palavra é dar apoio à imagem e não brigar com ela* (PATERNOSTRO, 1987, p. 50).

O elemento verbal “ancora” o visual, esclarece as situações, bem como amplia as possibilidades narrativas da TV e comenta as ações que se desenrolam (FRAGA ROCCO, 1991, p. 242).

Rezende (1998), ao realizar um estudo comparativo entre telejornais brasileiros[15], constata que todas as matérias divulgadas nas seis edições dos três telejornais analisados utilizaram-se da expressão verbal.

Não há hierarquia fixa de códigos (icônico ou verbal) na composição da mensagem jornalística, cabe à palavra uma participação insubstituível em todas as matérias divulgadas nas seis edições estudadas (REZENDE, 1998, p. 22).

Importa considerar, entretanto, que a relação entre texto e imagem não pode ser redundante. A palavra é o suporte imprescindível ao elemento visual. O texto deve se caracterizar como uma limitação aos sentidos que podem ser extraídos pelo telespectador ao ver a imagem.

A palavra não se restringe à produção de sentido. *O verbal, dessa maneira, não serve somente como explicação da imagem. Em determinadas situações, pode ser mais rico de significados do que uma imagem* (REZENDE, 2000, p. 48).

A título de exemplificação pode-se ter, como nas coberturas de guerra, uma imagem na qual aparece a fotografia fixa do repórter enquanto ele relata a notícia via telefone.

Conforme Sodré,

> a comunicação real (a conversa, o diálogo), atribui tal importância ao elemento verbal, que este termina impondo-se, na tevê, ao visual. O verbal e o visual se repetem exaustivamente no vídeo. Por isso, até agora, a tevê tem estado mais próxima do rádio do que do cinema. É que o compromisso com o real histórico (em termos institucionais, com a informação jornalística) impele a tevê a uma lógica de demonstração, de explicação, que percorre todas as possibilidades expressivas. Ela pode mostrar qualquer coisa, mas tem de explicar, de esclarecer o que mostra. E nesta operação, a palavra, o verbo, impõe seu poder ao elemento visual (SODRÉ, 1977, p. 74).

Rezende (1998) acredita, todavia, que a precedência de um código sobre o outro ocorre em situações circunstanciais. A partir do levantamento empírico

[15] A delimitação do objeto de pesquisa consistiu na utilização de seis edições de telejornais brasileiros (Jornal da Cultura, da Rede Cultura; Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão; e Telejornal Brasil, do Sistema Brasileiro de Televisão), no período de 19 a 24 de agosto de 1996.

realizado em seu estudo, o autor verificou que algumas matérias expressaram-se mais através da imagem, enquanto nas seções opinativas dos telejornais, a palavra prevaleceu sobre o icônico. Isso demonstra que, apesar de o telejornalismo ter a imagem como precedência, há diversos modos de compor a informação.

Rezende (2000) entende que

> nada justifica que se sacrifique uma notícia importante, porque dela não se dispõe nenhuma imagem em movimento de boa qualidade. Nada justifica também que uma imagem de impacto emocional ou estético prevaleça como critério de seleção de notícias, em detrimento do valor jornalístico (REZENDE, 2000, p. 51).

2.3. Jornal Visual Minas

O Jornal Visual Minas (JVM), veiculado pela Rede Minas de Televisão, é um marco dentro do telejornalismo mineiro. É o único programa do gênero no Estado que vai além das preocupações primeiras de um telejornal: como aliar uma redação enxuta, clara, precisa e isenta, com imagens representativas e ilustrativas dos fatos retratados, em um espaço de tempo adequado para a televisão.

O programa busca fazer com que as notícias possam ser compreensíveis por surdos que se comunicam por meio da Língua Brasileira de Sinais. Durante todo o período de exibição do informativo, há a presença, na tela, de uma intérprete que traduz as informações veiculadas através do Português oral.

Criado em 1995, o intuito do telejornal era proporcionar informações para as pessoas com diferenças sensoriais em geral. O programa era dividido em "editorias", em temáticas que abordavam supostos interesses do público-alvo. O JVM era exibido diariamente pelo canal às 18h30, com duração de 15 minutos.

A apresentação era feita em Libras durante as chamadas das matérias, momento em que as notícias eram introduzidas aos telespectadores. Durante as

reportagens exibidas, a tradução da intérprete ganhava espaço em um reduzido quadro no canto da tela.

O modelo adotado tinha como referência o telejornal pioneiro em tradução para a Libras no Brasil, o Jornal Visual da Rede Educativa de Televisão (TVE), retransmitido pela Rede Minas de Televisão.

Contudo, em 2004, o Jornal Visual Minas inova no modo de exibição das reportagens. O quadro com a imagem do intérprete deixa de ocupar uma posição reduzida no canto inferior da tela, durante as reportagens, para assumir a proporção de cerca de 1/3 do vídeo. A mudança no tamanho do quadro procura dar mais visibilidade à tradução, afirma a editora-chefe do telejornal em 2006, Cristina Rocha (2006).

Os dois modos de apresentação da tradução por meio do quadro do intérprete são representados nas imagens a seguir:

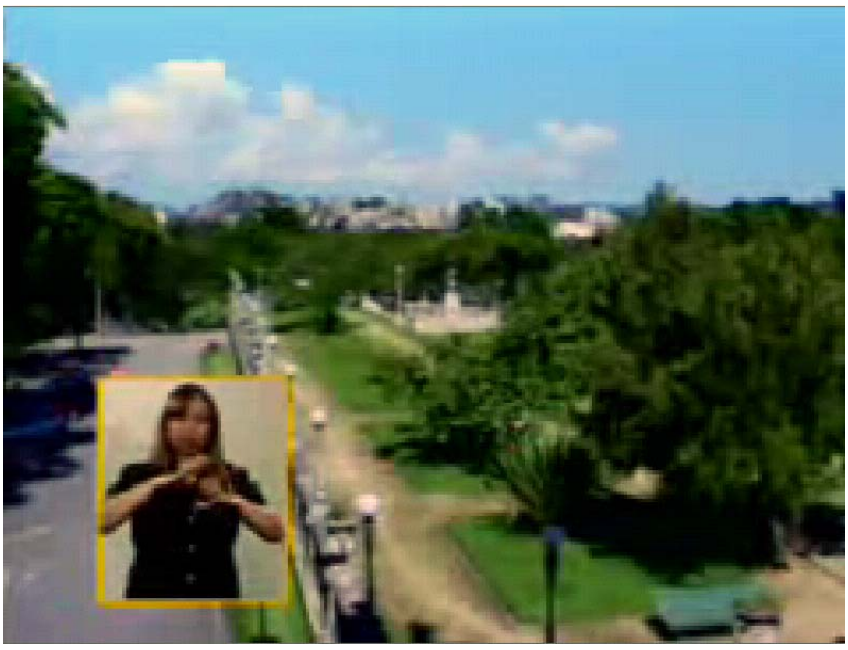


Figura 8 – Jornal Visual da TVE com quadro do intérprete no canto da tela. Modelo anteriormente utilizado pelo JVM

Figura 9 – Jornal Visual Minas e a inovação do quadro do intérprete em tamanho ampliado

As figuras 8 e 9 evidenciam a constatação de estudos de recepção das notícias traduzidas para a Libras (FIGUEIREDO; CALDAS, 2006; REICHERT, 2008): os telespectadores surdos têm dificuldade em visualizar o quadro com a tradução quando este ocupa um pequeno espaço dentro da tela. O tamanho do quadro com a imagem do intérprete influencia diretamente na apreensão das notícias veiculadas em Libras.

As alterações no Jornal Visual Minas não acontecem somente na parte visual e de composição de elementos na tela. O programa é modificado em aspectos como o conteúdo, o público-alvo, o tempo de exibição e o horário de veiculação.

O telejornal deixa de contar com equipes específicas de produção e redação jornalísticas, as quais eram responsáveis pelo desenvolvimento de conteúdos direcionados ao programa e ao público-alvo pretendido.

A redução na equipe de profissionais determina a necessidade de compor o Jornal Visual Minas através de um reaproveitamento de notícias e reportagens realizadas em outros telejornais da emissora, como o “Jornal Sete e Meia”, “Jornal Minas Primeira Edição” e o “Jornal Minas Segunda Edição”.

O programa passa a dar prioridade para a veiculação de notícias não factuais devido à estruturação da grade horária de programação. Rocha (2006)

esclarece os critérios adotados para a seleção das notícias e reportagens a serem traduzidas pelo telejornal:

> como o programa entra logo depois do Jornal Minas e em seguida o Jornal de Esportes tem determinadas matérias, mais factuais, que ficariam como se fosse reprise. Assim, optamos por não dar ou simplesmente atualizamos a informação (ROCHA, 2006).

As matérias reaproveitadas abordam assuntos de interesse local e regional. De acordo com Rocha (2006), a edição do JVM procura estabelecer relações entre os assuntos, atualizar informações com notas secas (notícias sem imagens de ilustração) e divulgar cursos voltados para as pessoas com alguma diferença sensorial, sobretudo a surdez.

A modificação na grade de programação reduz o tempo de duração do programa de 15 para 10 minutos. E o telejornal passa a ir ao ar de segunda a sexta-feira, ao meio-dia e meia. Logo após o Jornal Visual Minas, a emissora retransmite o Jornal Visual da TVE.

Desse modo, o telespectador tem a oportunidade de entrar em contato com notícias nacionais e internacionais do telejornal da TVE, bem como com notícias locais e regionais do JVM, ressalta Rocha.

A mudança na editoria-chefe do telejornal, em julho de 2007, trouxe atualização de posicionamentos para o Jornal Visual Minas em questões como a abordagem, o tratamento, o reaproveitamento de conteúdos jornalísticos do programa e audiência idealizada.

As notícias e reportagens veiculadas ainda se atêm à tradução de matérias exibidas em outros telejornais da grade de programação, porém, outros critérios de seleção das matérias foram adotados, segundo a atual editora-chefe do Jornal Visual Minas, Maria Glória Metzer,

> O JV [Jornal Visual] sempre foi montado com reportagens já veiculadas nos demais telejornais da casa, pelo fato de ser gravado, em função do uso da Libras. Além de não possuir equipes específicas, procuramos informar ao deficiente auditivo com a linguagem de sinais, sobre assuntos que ele possa ter visto nos outros telejornais, mas não pôde entender. Naturalmente, evitamos matérias que exploram música, sobe-sons, que não podem ser traduzidos na linguagem de sinais. Mantemos sob-sons curtos nos finais de algumas matérias por questões técnicas (METZER, 2008).

O JVM volta-se para uma audiência de telespectadores surdos. O conteúdo anteriormente destinado a todas as pessoas com diferença sensorial deixa de ter prioridade. E as informações de interesse dos surdos passam a ter mais ênfase.

Com novas alterações na grade horária de programação em 2008, a emissora deixa de retransmitir o Jornal Visual da TVE. Os telespectadores surdos de Minas Gerais contam agora somente com as informações locais e regionais do Jornal Visual Minas, no horário de 12h50 às 13h, de segunda a sábado.

A preferência do JVM ainda é pelas notícias e reportagens não factuais, devido à necessidade do programa ser gravado para se procurar um melhor processo de tradução para a Libras. As notas secas são utilizadas no telejornal para dar informações e fatos relacionados à área da surdez e que não contam com material jornalístico produzido em outros telejornais.

Metzer esclarece que, devido o telejornal ser gravado, não há como veicular notícias factuais. *Buscamos ser mais atuais, com as gravações sendo feitas com um dia de antecedência. Parece que está ficando melhor. A julgar pela opinião de alguns telespectadores que telefonam ou mandam e-mails* (METZER, 2008).

O novo critério adotado para seleção das matérias é a atualidade. *Se um pé de couve gigante, por exemplo, pode ser guardado para mais tarde, damos a preferência a outro assunto que precisa ser veiculado o mais rápido possível, porque pode perder a atualidade* (METZER, 2008).

De acordo com Metzer, o objetivo é tornar o telejornal mais informativo, com notícias de interesse da comunidade surda. Para a editora-chefe,

> são modificações pequenas, mas que começam a surtir bom efeito. [...] As notícias e as notas de serviço estão agradando. O público sempre telefona, pedindo detalhes das notícias divulgadas. Muitos telespectadores também enviam cumprimentos, sugestões e elogios pela internet (METZER, 2008).

Os retornos positivos da audiência do telejornal levam Metzer a planejar mais alterações, no sentido de aprimorar o conteúdo do jornal. A editora-chefe prevê a produção de matérias específicas para o Jornal Visual Minas e entrevistas de estúdio.

Diante de diversas mudanças no conteúdo e no horário de exibição, as inovações na composição visual da tela e no tamanho do quadro de intérprete foram mantidas.

A estrutura de apresentação do telejornal também se manteve e segue os moldes adotados pelos telejornais brasileiros: presença de um apresentador diante da câmera, o qual é responsável por ditar a dinâmica das notícias a serem transmitidas.

De acordo com Jean-Jaques Jespers (1998),

> a transmissão televisiva é uma transmissão de pessoa a pessoa. Mesmo se vários telespectadores estiverem reunidos em frente de um ecrã [tela], só se dirigem a um e cada um recebe a mensagem como se ela lhe fosse destinada pessoalmente (JESPERS, 1998, p. 122).

Isso implica na necessidade de um olhar direto para a câmera, naquilo que Jespers denomina de *eixo y-y*, ou seja, *olhos nos olhos*. Para o autor, é o olhar direto para a câmera que propicia uma identificação entre o espectador e apresentador. Essa tentativa de identificação com o *telespectador é uma das forças da informação televisiva: o espectador sente-se parte ativa da informação* (JESPERS, 1998, p. 123).

O JVM dispõe de uma apresentadora que direciona seu olhar constantemente para a ocular da câmera. A leitura das notícias é feita por meio do *teleprompter* – equipamento utilizado no telejornalismo para projeção do texto a ser lido em frente à ocular da câmera.

O *teleprompter* proporciona ao apresentador uma leitura do texto sem desviar o olhar da câmera, o que permite uma fixação deste olhar. Nesse processo, o locutor *fixa o olhar diretamente no olhar de cada telespectador*, *numa espécie de efeito Mona Lisa, pois, de qualquer ângulo que se olhe para a tela da TV, o olhar do locutor está ligado ao do espectador* (GLEISER, 1983, p. 35).

Essa tecnologia, segundo Jespers, aumenta a credibilidade da mensagem real. *O fato de o telespectador ver o jornalista consultar, sem parar, as suas notas pode sugerir uma falta de competência nas matérias tratadas* (JESPERS, 1998, p. 125).

No caso do Jornal Visual Minas, a apresentadora não é jornalista como se presume nos demais telejornais brasileiros. A especificidade do programa

determina que as notícias sejam repassadas por uma intérprete em Português/Libras. Rocha (2006) explica que há uma preparação prévia da intérprete antes de entrar ao ar e ler o texto por meio do *teleprompter*. A intérprete lê as laudas e assiste às matérias sempre antes das gravações para tomar conhecimento do que será traduzido para a Libras.

A intérprete adquire a função de apresentadora, de intermediária entre a notícia e o público. Na visão de Luiz Gleiser (1983), a função explícita de um apresentador é introduzir as notícias.

Gleiser identifica quatro modos de o locutor introduzir as mensagens a partir da análise realizada em edições do Jornal Nacional (JN), da Rede Globo de Televisão:

a) *locutor lê uma informação ao vivo*: são notícias que deixam de lado recursos gráficos e exibem somente o logotipo da emissora acima do ombro do apresentador. *A notícia se restringe ao texto dito pelo locutor.* Há uma incitação de um clima de atenção e urgência (GLEISER, 1983, p. 33);

b) *locutor lê uma manchete ou cabeça ao vivo ou em off*[16] *sobre o material visual estático*: recurso pouco usado em que se valoriza de elementos gráficos como mapas, dispositivos e, raramente, desenhos. O locutor também dá notícias curtas (notas) ao vivo, *com o material visual estático enquadrado na moldura sobre seu ombro, mas o off sobre o visual é cada vez mais raro* (GLEISER, 1983, p. 33-34);

c) *locutor lê uma manchete ou cabeça ao vivo e continua em off sobre material visual em movimento*: uso voltado para o noticiário internacional, o qual chega à emissora com a narração em outra língua ou com ruídos. Segundo o autor,

> só muito raramente, quando há problemas de áudio com o material nacional, é que se utiliza a narração em off do locutor, o que prejudica o intuito básico da reportagem, que é de passar a impressão de testemunho integral dos acontecimentos (GLEISER, 1983, p. 33-34).

[16] "Manchete", "cabeça" e "off" são jargões jornalísticos. Manchete pode ser entendida como o título principal de uma notícia. Cabeça é o parágrafo primeiro de uma notícia. E *off* é o texto feito pelo repórter ou editor com base nas imagens fornecidas pela equipe de reportagem, sem a imagem de um narrador no vídeo.

d) *locutor lê uma manchete ou cabeça ao vivo, passando o desenvolvimento para material visual (estático ou em movimento) de repórter ou correspondente:* é a unidade básica de narrativa do Jornal Nacional.

O Jornal Visual Minas, diferentemente do JN, não apresenta elementos gráficos variados inseridos acima do ombro do apresentador, os quais podem mudar de acordo com o assunto e que ajudam a compor a tela.

O cenário do JVM dispõe de um televisor ao fundo que mostra a mesma imagem durante as *cabeças*, com o intuito de identificar o telejornal e não de representar assuntos e temáticas variados.

Figura 10 – Imagem da leitura da cabeça para chamar uma reportagem a ser veiculada posteriormente

A apresentação é realizada frente ao fundo de um estúdio, em pé, com diferenciações de câmeras que permitem a exploração de outros ambientes do cenário.

O enquadramento da câmera utilizado de modo mais freqüente pelo telejornal é o *plano americano,* termo jornalístico para caracterizar a forma de enquadramento das imagens pela câmera. Nesse enquadramento da câmera, o apresentador ou repórter são exibidos acima da cintura até a altura da cabeça, como pode ser observado na figura 10.

Através do plano americano, busca-se retratar a amplitude dos movimentos que exigem a Libras, mas sem deixar de valorizar os detalhes, as expressões faciais e outros aspectos complementares à comunicação espaço-visual.

A disposição dos elementos no cenário, as poucas variações de câmeras e elementos visuais procuram privilegiar a execução dos sinais, gestos e expressões corporais e faciais. A intenção é proporcionar poucas interferências visuais que possam competir com a presença da apresentadora e desviar a atenção do telespectador da comunicação gestual.

A apresentadora procura utilizar vestimentas em cores que contrastem com fundo neutro e que deixem as mãos mais visíveis. Esses fatores permitem uma valorização da presença da intérprete no vídeo e um melhor acesso visual às mensagens em Libras.

A tradução das manchetes se restringe somente ao texto lido diretamente no *teleprompter*. A apresentadora não assume a posição de comentarista: comentários exteriores ao texto não são veiculados.

A estrutura de introdução das reportagens em Libras segue os moldes de apresentação do noticiário internacional do Jornal Nacional (*item c* da proposição de Gleiser), com a leitura da manchete ou cabeça ao vivo e a permanência da intérprete durante a exibição da reportagem. No entanto, a tradução para os sinais durante as matérias não se sobrepõe às imagens de ilustração. A intérprete divide o espaço visual com a reportagem.

Em um telejornal voltado para um público ouvinte, a chamada da reportagem permite que a imagem do apresentador apareça no momento de introdução das matérias e, posteriormente, sua imagem não seja mais veiculada. Abre-se, então, espaço para a exibição de imagens de cobertura aliadas ao som da narração do apresentador.

No caso de uma narração em Libras, isso não acontece. Para a comunicação espaço-visual, não ocorre o recurso sonoro que veicula o texto narrado pelo apresentador com imagens de ilustração, sem a exibição de um locutor ou repórter. A presença de um intérprete/apresentador é imprescindível em virtude do canal visual para a apropriação de mensagens em Libras.

No momento de exibição das reportagens, no entanto, o apresentador deixa de conduzir a narrativa e passa para a posição de tradutor do texto do repórter. Veja a imagem a seguir:

Figura 11 – Modo de estruturação do Jornal Visual Minas durante a exibição de reportagens

Nessa estrutura proposta pelo JVM, o *off* em Português oral permanece, assim como no JN ou em outros telejornais. A presença de um intérprete para a tradução desse "*off* sonoro" é que se faz pertinente para uma comunicação em Libras.

O som está presente em todos os momentos do Jornal Visual Minas. Nas chamadas e introduções das matérias, a locução é realizada pela jornalista e editora responsável pelo programa, afirma Rocha (2006).

Na transição das chamadas para as reportagens narradas oralmente, o Jornal Visual Minas segue a unidade básica utilizada pela Rede Globo no Jornal Nacional (item *d* da proposição de Gleiser), com a leitura da cabeça "ao vivo" ou manchete e, logo em seguida, a exibição da reportagem sem cortes ou inserções de áudio para cobrir ruídos ou problemas com áudio em outra língua oral. Em reportagens, a voz do repórter é preservada.

O JVM tem a narrativa conduzida de dois modos concomitantes: (i) execução da comunicação espaço-visual, o que necessita de imagens da

intérprete a todo instante; (ii) veiculação de som de fundo com a narrativa oral. Essa estrutura permite que ouvintes e surdos compartilhem o mesmo ambiente de recepção das notícias televisivas.

A intérprete assume dois papéis durante o telejornal. Nos momentos das chamadas, cabeças “ao vivo”, manchetes e notas secas, ela se coloca na posição de apresentadora, com a função de introduzir as notícias e reportagens que virão em seguida. Durante a exibição das matérias, a intérprete se posiciona como tradutora, sendo responsável pela tradução e transmissão dos conteúdos das notícias para a Libras.

Apesar de o JVM privilegiar o aparecimento da intérprete no vídeo, é necessário observar que a estrutura das frases, bem como as palavras e expressões, são voltadas para um público de ouvintes.

As reportagens exibidas são sempre preparadas e montadas em outros programas da emissora. Como declara Rocha (2006), os assuntos de interesse dos surdos são buscados em outros telejornais. Há também uma atualização dessas reportagens com notas secas e informações extras.

O JVM não dispõe de uma mensagem especificamente voltada para os surdos. Existe um aproveitamento do material informativo produzido em outros telejornais e a posterior tradução desse conteúdo. Os textos das chamadas e notas secas também estão pautados nos modelos implementados pelo telejornalismo oral.

A inexistência de uma equipe de produção jornalística destinada ao programa é fator preponderante para a determinação desses procedimentos constantes de tradução e não de produção de mensagens que se destinem somente à audiência do telejornal.

A intérprete adquire a função de mediadora dessas mensagens televisivas, o que acarreta a necessidade de adaptação das mensagens para o universo cultural e de conhecimento de mundo dos surdos.

Palavras que em português oral têm sentido facilmente apreendido por ouvintes, em Libras podem não ter a mesma correspondência ou sentido, ou mesmo serem desconhecidas pelos surdos. Uma palavra como *escolaridade*

pode não ser entendida pelos surdos, o que determina que a intérprete busque sinônimos durante a tradução.

A estrutura textual da notícia segue a ordem usualmente empregada em outros telejornais brasileiros. As partes mais relevantes do acontecimento em primeiro plano, norteadas pelas questões: o que, quem, quando, onde, como e porquê. Conforme Roldão (1982),

> a linguagem do telejornalismo procura buscar, nas falas cotidianas da população, expressões que dêem ao texto da notícia o caráter de linguagem falada. Entretanto, é inadequado usar, simplesmente, a expressão "coloquial" para designar o texto que é produzido no telejornalismo. De acordo com William Bonner: "o que nós buscamos é aproximar a nossa linguagem daquela linguagem falada, mais natural possível, no entanto com respeito à norma culta e sem transigir em algumas questões de regência, por exemplo, que seriam recomendadas por quem falasse coloquialmente" (ROLDÃO, 1982, p. 59).

Além disso, o repórter e/ou editor têm de se preocupar, ao pensar em apresentar a notícia, com fatores como tempo destinado à matéria, o público para o qual eles se dirigem, aliados aos interesses e normas editorais do telejornal e da emissora (ROLDÃO, 1982, p. 59).

A tradução para a Libras deve ser inserida nessa dinâmica de produção televisiva e preocupar-se com uma construção lingüística mais clara e compreensível para os surdos, o que exige uma adaptação das mensagens ao universo de conhecimento de expressões e palavras da audiência do programa.

É necessário estar atento à construção de frases com sinais e expressões corporais e faciais claras e precisas, assim como adequar essa tradução ao tempo das matérias e à linha editorial do telejornal.

3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE TELESPECTADORES SURDOS

A comunicação é um processo através do qual os sujeitos buscam a troca de informações, idéias e atitudes e que pode assumir as mais variadas formas, tais como as conversas face a face do dia-a-dia, as ligações para os serviços de emergência do Corpo de Bombeiros, ou o modo como um jornal procura persuadir os leitores.

A forma de comunicar e os processos comunicativos, envolvidos em cada caso, são essencialmente os mesmos, segundo Wilbur Schramm (1970). As diferenças entre esses processos se colocam no modo de restrição das atividades responsivas, as quais estão vinculadas aos aparatos tecnológicos que permitem a troca das mensagens sem o necessário compartilhamento do mesmo ambiente espaço-temporal.

O intermédio desses aparatos pode limitar as respostas, mas não impede a existência de um processo recíproco de troca de mensagens entre emissores e receptores.

Na comunicação televisiva, por exemplo, existem canais de interação do telespectador com o programa – endereços postais, telefonia, correio eletrônico –, os quais possibilitam a existência de um diálogo (mediado) entre emissores e receptores.

Para Schramm (1970), a comunicação pode ser compreendida como um processo pautado em três pólos essenciais e interdependentes: a fonte, a mensagem e o destinatário.

O autor entende que a *fonte* é a parte que se presta a emitir as mensagens. Ela pode ser a expressão de uma pessoa mediante a fala, escrita, gestos, discursos; ou a expressão de um grupo ou organização por meio de jornais, canais televisivos, estúdios de cinema.

A *mensagem* é um sinal capaz de ser interpretado de acordo com o sentido previsto pelo emissor. Esse sinal pode estar presente em tintas no papel, ondas sonoras no ar, impulsos na corrente elétrica, movimentos das mãos, bandeiras no

ar e qualquer outro signo que possa ser transmitido, interpretado e codificado. Em termos de comunicação humana, esses sinais são dados pela linguagem e podem adquirir a forma dos cinco sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato).

Por fim, o *destinatário* pode ser uma pessoa ou um integrante de um grupo particular caracterizado como audiência dos meios de comunicação em larga escala, como o leitor de um jornal ou um telespectador.

Para que a comunicação se estabeleça, o emissor precisa transformar suas intenções em um código capaz de ser compreensível. Depois de codificada e emitida, a mensagem deixa de estar sob o poder do emissor. O sentido da mensagem está livre para ser decodificado dentro do contexto de recepção. Para que o processo de comunicação se concretize, a mensagem precisa ser decodificada (SCHRAMM, 1970, p. 4).

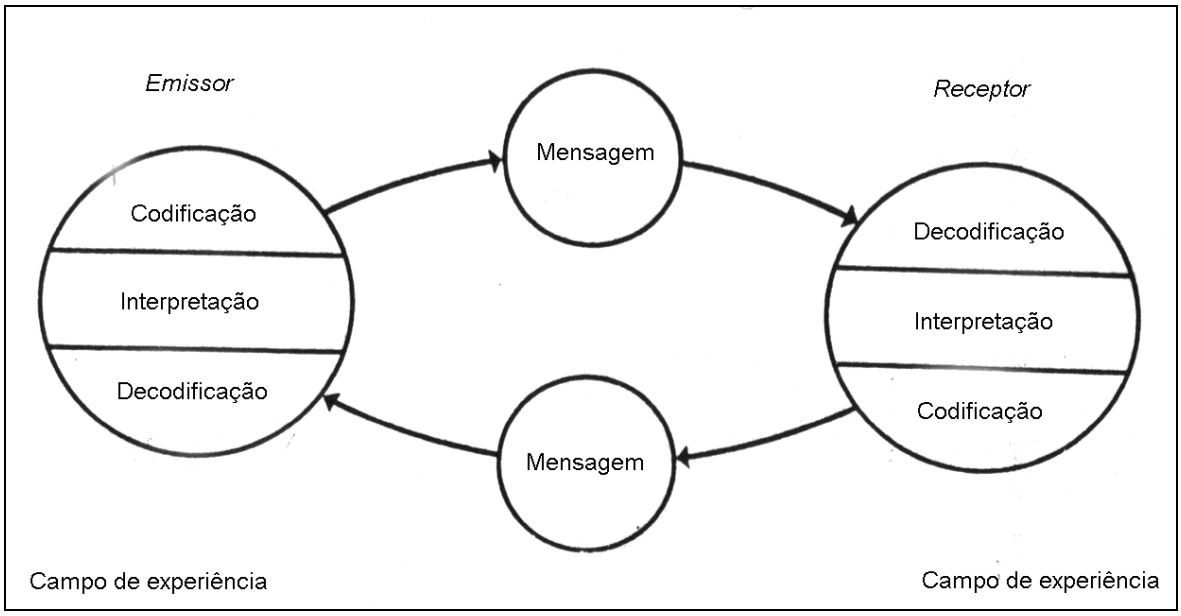
Schramm ressalta que a comunicação só ocorre no momento em que emissor e receptor estão em sintonia, ou seja, possuem experiências e conhecimentos em comum. A mensagem ganha sentido na relação interpessoal e contextual.

No processo de comunicação televisiva, o conjunto de códigos e subcódigos que compõe a linguagem do meio interage com o quadro de referência cultural do telespectador, constituindo *o patrimônio de "saber" do receptor: a sua posição ideológica, ética, religiosa, as suas disposições psicológicas, os seus gostos, os seus sistemas de valores etcetera* (ECO, 1979, p. 379).

O modo como a informação será entendida ocorre no embate entre a "mensagem nova" e os saberes construídos socialmente (que estão acessíveis no momento de recepção).

A comunicação não ocorre em via única entre emissor e receptor. Fonte e destinatário não ocupam papéis estanques no ato comunicativo. A comunicação opera de forma cíclica: emissores e receptores, numa situação de diálogo, negociam sentidos e trocam de posições constantemente.

Schramm concebe a comunicação como um constante processo de retroalimentação, marcado pela subdivisão em múltiplas etapas:



Quadro 1 – O processo de comunicação de Schramm

O autor observa que não são somente as palavras que dão corpo às mensagens.

> Está claro que, em qualquer tipo de comunicação, nós raramente emitimos mensagens por um único canal, e essa é a última consideração que devemos acrescentar ao processo comunicativo. Quando você fala comigo, o som da sua voz é a primeira mensagem. Mas existem outras: a sua expressão facial, seus gestos, as relações que faz da mensagem com mensagens anteriores. Mesmo a mensagem primária disponibiliza informações em diversos níveis. Ela me dá palavras para decodificar. Ela enfatiza certas palavras em detrimento de outras. Ela apresenta as palavras em um modelo de entonação e ritmo que contribuem para a compreensão total. A qualidade da sua voz (grave, aguda, estridente, áspera, fluída, fraca, forte, suave) carrega em si informações sobre você e o que você está dizendo.
> A situação de multiplicidade de canais também existe nos meios de comunicação de massa, nos quais os canais são, talvez, mais restritos. O significado é transmitido, não somente pelas palavras dadas na notícia, mas também pelo tamanho do título, da posição na página e da página no jornal, a associação com fotos, o uso de negrito ou outras formas tipográficas (SCHRAMM, 1970, p. 9: tradução nossa)[17].

[17] Original em ingles: “It is clear that in any kind of communication we rarely send out messages in a single channel, and this is the final element we must add to our account of communication process. When you speak to me, the sound waves from your voice are the primary message. But there are others: the expression on your face, your gestures, the relation of a given message to past messages. Even the primary message conveys information on several levels. It gives me words to decode. It emphasizes certain words above others. It presents the words in a pattern of intonation and timing which contribute to the total meaning. The quality of your voice (deep, high, shrill, rasping, rich, thin, loud, soft) itself carries information about you and what you are saying.

Dessa forma, a comunicação é composta pelo inter-relacionamento de elementos verbais e não-verbais. E no momento em que a comunicação passa a ser intermediada por aparatos tecnológicos como a televisão, os códigos e subcódigos componentes da linguagem televisiva também passam a influenciar nos sentidos a serem extraídos das mensagens.

Com relação à comunicação por língua de sinais, os sentidos das mensagens não são dados somente pelos elementos verbais, como os gestos e os sinais. Os aspectos não-verbais – como a velocidade de execução dos sinais, as expressões faciais e corporais – também auxiliam e fornecem subsídios para a decodificação.

Os programas televisivos que veiculam mensagens em língua de sinais, assim como os convencionais, estão condicionados à influência dos códigos e subcódigos da linguagem televisiva.

O modo de disponibilizar e adequar o conteúdo à linguagem da televisão carrega informações ao receptor e influencia na apreensão das mensagens, tais como a forma de apresentação das informações; o enquadramento de câmera; as cores; as vestimentas do apresentador e entrevistado; os elementos componentes do cenário; a escolha das fontes para os créditos e o posicionamento desse crédito na tela; a divisão entre imagem com tradução e imagens representativas; a seleção e encadeamento das imagens representativas durante a notícia, entre outras.

As intenções iniciais de sentido pressupostas pelo emissor da mensagem passam por uma formatação e adequação à linguagem televisiva. Os códigos e subcódigos televisivos, assim como a inter-relação entre eles, agregam novos sentidos à mensagem destinada ao receptor.

Ao subdividir os momentos de emissão e recepção em etapas, Schramm possibilita a identificação e o estudo dessa relação de complementaridade entre

---

This multiple channel situation exists even in printed mass communication, where the channels are perhaps most restricted. Meaning is conveyed, not only by the words in a news item, but also by the size of the headline, the position on the page and the page in the paper, the association with pictures, the use of boldface and other typographical devices" (SCHRAMM, 1970, p. 9).

os aspectos da linguagem em si com outras formas características do meio televisivo.

A partir do diagrama de Schramm, é possível associar e determinar a influência de cada aspecto da linguagem televisiva com os momentos de recepção (decodificação, interpretação e codificação) e compreender como o processo de comunicação televisiva opera.

A recepção se inicia com o próprio contato com a mensagem televisiva, ou seja, do telespectador estar diante da televisão e toma uma forma mais evidente a partir do momento de *decodificação*.

O telespectador sentado em frente ao televisor se depara com aspectos tecnológicos do meio televisivo que podem interferir diretamente no modo como a mensagem pode ser posteriormente interpretada. Dentre eles, estão o tamanho do quadro do intérprete, o enquadramento, as cores, a composição do cenário e o horário em que o telejornal é transmitido, por exemplo.

O terceiro estágio é demarcado pelo momento de *interpretação*, processo psicolingüístico diretamente relacionado a aspectos sócio-culturais da formação do indivíduo. É a apropriação do conteúdo com base na forma como o código da mensagem foi empregado, a relação contextual e as referências de sentido que o receptor já possui.

O quarto e último elemento da recepção é a *codificação*. Ela é responsável pela produção de sentidos baseados na formação sócio-cultural e educacional do sujeito, bem como o momento contextual de absorção da mensagem. É a resposta que o receptor dá ao emissor. Com base nessa resposta ou na suposição dessa resposta, o emissor (telejornal) pauta e orienta as intenções e mensagens a serem transmitidas.

Schramm atenta que a recepção, mesmo que seja individual, está interligada a diferentes grupos primários (por exemplo, família, amigos) e secundários (como trabalho, escola, igreja, associação, sindicato, clube).

Na audiência massiva, há vários receptores que – individualmente – decodificam, interpretam e codificam. Cada um deles está vinculado a um grupo, no qual a mensagem é re-interpretada e freqüentemente age com base nessas mensagens.

O autor entende que o centro do processo comunicativo é o próprio sujeito. Ele assume uma posição de emissor/codificador e receptor/decodificador ao mesmo tempo.

A informação é recebida por pessoas e não por canais, o que determina a necessidade de compreender como o receptor se relaciona com a mensagem, que significado atribui a esta. Os efeitos dos meios de comunicação de massa em uma audiência não são previsíveis. Esses efeitos são perceptíveis somente nos indivíduos.

Pode-se ter uma previsão dos efeitos de uma mensagem em uma audiência massiva se houver a tentativa de determinar os efeitos de uma outra comunicação, a qual está vinculada aos modos de interação do sujeito com a mensagem, a situação, a personalidade e o grupo (SCHRAMM, 1970, p. 23).

Existem diversas combinações de personalidade, situação e grupo nas mais variadas audiências, o que acarreta no surgimento de distintos efeitos. Para Schramm, é nítido o desconhecimento dos meios de comunicação de massa sobre os indivíduos que compõem a audiência presumida. Determinar os efeitos das mensagens torna-se, então, uma tarefa extremamente difícil.

O conteúdo das mensagens, os códigos empregados, as referências culturais e outros aspectos componentes da mensagem dos meios de comunicação de massa são presumidos para uma audiência idealizada. Determina-se um público-alvo que se quer atingir com as mensagens, mas não se pode definir precisamente o grau de abrangência do programa televisivo.

A comunicação como um processo cíclico, como um sistema, não garante a eficácia de entendimento das mensagens de acordo com as intenções do emissor. Segundo Schramm, a comunicação como sistema pode não ser perfeita,

> [...] se a fonte não disponibilizar uma informação adequada e clara; se a mensagem não está codificada inteiramente, precisamente e efetivamente enquadrada para ser transmitida em sinais; se a transmissão foi rápida demais para ser compreendida; se a mensagem não foi decodificada dentro dos termos previstos pelo emissor; e finalmente, se o destinatário não está apto a decodificar a mensagem sendo capaz de produzir a resposta desejada. Desse modo, o sistema comunicacional está operando abaixo das potencialidades (SCHRAMM, 1970, p. 4-5: tradução nossa)[18].

Stuart Hall (2003a, p. 400-401) esclarece que decodificar a mensagem não significa, necessariamente, codificar uma nova mensagem segundo as expectativas do emissor. Segundo Hall, existem três possibilidades para o momento de recepção:

a) leitura dominante: o receptor reconhece o código (que aparenta naturalidade e transparência), aceita e reproduz o significado preferido pela mídia (significado este que não precisa ser intencional por parte do autor);

b) leitura negociada: o receptor resiste parcialmente às intenções do emissor, porém, modifica o significado da mensagem de acordo o campo de experiência e interesses;

c) leitura oposicional ou contra-hegemônica: o receptor, cuja situação social o coloca em direta oposição ao código dominante, entende o significado preferido, mas o rejeita.

Diante de uma mensagem, o receptor pode tomar caminhos distintos dos pressupostos pelo emissor. O processo de recepção perpassa diversas instâncias e embates e não tem os efeitos controlados por quem codificou a mensagem.

Ao se pensar em uma comunicação televisiva voltada para surdos, a intérprete tenta direcionar o olhar e a compreensão das mensagens pelos receptores de acordo com os anseios e expectativas dados no momento de codificação das notícias.

---

[18] Original em inglês: “[...] if the source does not have adequate or clear information; if the message is not encoded fully, accurately, effectively in transmittable signs; if these are not transmitted fast enough and accurately enough, despite interference and competition, to the desired receiver; if the message is not decoded in a pattern that corresponds to the encoding; and finally, if the destination is unable to handle the decoded message so as to produce the desired response – then, obviously, the system is working at less than top efficiency” (SCHRAMM, 1970, p. 4-5).

As intenções da intérprete para os sentidos das mensagens podem não corresponder, no entanto, ao que foi apreendido, interpretado e codificado pelos receptores.

3.1. Entrevistas e discussões

Em uma comunicação televisiva convencional, as respostas dos telespectadores nem sempre são conhecidas pelos emissores. O diálogo e a constante troca de papéis entre emissores e receptores ficam restritos a artefatos tecnológicos, como cartas, correio eletrônico, fax e telefone.

Os sentidos emitidos pelos telespectadores nem sempre chegam até os emissores do telejornal. Isso não determina, contudo, que as respostas e sentidos dos telespectadores não sejam emitidos.

As sessões de entrevistas e discussões realizadas nesta pesquisa foram em busca de captar as respostas de parte da audiência do Jornal Visual Minas, durante os diálogos que esses sujeitos realizam com o emissor/receptor televisivo.

As questões voltadas aos entrevistados tiveram como base o conteúdo de cinco edições gravadas do telejornal no período de 11 a 15 de fevereiro de 2008[19]. Essas questões foram direcionadas e divididas de acordo com o modo de compreensão do processo comunicativo dado por Schramm: os momentos de codificação e interpretação tiveram perguntas individuais a fim de perceber como cada sujeito se relaciona com os aspectos envolvidos nesses momentos; e o momento de codificação foi marcado por discussões em grupo para o retrato das representações sociais[20].

[19] O conteúdo das cinco edições do Jornal Visual Minas foi decupado, transcrito, integralmente e está disponível no Anexo 1.
[20] Vide Apêndice C.

A teorização proposta por Schramm – em subdividir as instâncias de emissão e recepção em momentos de decodificação, interpretação e codificação – é uma opção metodológica adotada neste estudo com vistas a facilitar a compreensão de cada etapa e o funcionamento da comunicação como um processo complexo.

O posicionamento metodológico desta pesquisa analisa as entrevistas e discussões dos participantes com base na teorização de Schramm e os momentos específicos de recepção, em separado.

O intuito é facilitar a identificação e a compreensão de como os aspectos relacionados a cada momento da recepção podem influenciar na produção de sentidos dos telespectadores a partir das notícias assistidas.

É necessário ressaltar que, apesar da ênfase nos destinatários e nos momentos de recepção, o processo comunicativo deve ser encarado como um todo, o que também não isenta a participação dos emissores neste. Os momentos de emissão e recepção, assim como a troca de mensagens entre emissores e receptores, não ocorrem de modo isolado, mas, concomitantemente e, por vezes, interseccionados.

Os critérios para a determinação dos entrevistados estão em consonância com o público-alvo idealizado do Jornal Visual Minas:

a) surdos que estejam dentro da área de cobertura da Rede Minas de Televisão, especificamente, residentes em Minas Gerais, sejam eles mineiros ou não;

b) surdos que tenham possibilidade de acesso ao programa em ambientes do qual fazem parte no cotidiano, como domicílio, trabalho e afins;

c) dentre eles, jovens e/ou adultos que possuam conhecimentos em Língua Brasileira de Sinais e que sejam capazes de compreender as notícias traduzidas em Libras.

Para a realização da pesquisa, a cidade de Belo Horizonte/MG foi escolhida em virtude da necessidade de intérprete durante as sessões de entrevistas e discussões, tendo em vista que a cidade possui curso superior para formação de intérpretes em Libras.

A escolha dos participantes e as sessões foram intermediadas pelas intérpretes Cibele da Penha Raris e Elaine Cristina Alves Amancio, estudantes do curso de graduação tecnológica *Comunicação Assistiva (Libras e BRAILLE)* da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Ambas possuem experiências com tradução em Libras/Português, anteriores ao ingresso no curso de graduação[21].

Quatro surdos residentes na região metropolitana de Belo Horizonte/MG foram escolhidos dentro das características determinadas para o público-alvo do telejornal. Os entrevistados são freqüentadores da entidade de ações assistenciais aos surdos da Igreja Batista da Lagoinha, Ministério Ephatá, localizada na região central de Belo Horizonte/MG. As sessões de entrevistas e debates ocorreram no mesmo local.

Segundo Jorge Pedro Sousa (2007, p. 727), o número ideal de participantes de um grupo focal está em torno de quatro a seis, devido à dificuldade de gerenciamento de um grupo com mais participantes, além do prolongamento das sessões tornarem-nas cansativas.

Entende-se que a escolha de quatro pessoas dentro das características acima compreende uma amostra representativa para analisar qualitativamente os processos de recepção das mensagens do telejornal, assim como o modo como essas supostas apropriações do conteúdo são levadas para o cotidiano.

Nos encontros foram simuladas as situações cotidianas de recepção do telejornal com versões gravadas em DVD. Os participantes assistiram ao telejornal em um ambiente reservado, exclusivo para as sessões.

O grupo foi reunido e as sessões ocorreram em três dias, de acordo com a disponibilidade das intérpretes e dos surdos participantes.

[21] Reconhece-se a existência de um filtro nos diálogos entre pesquisador e entrevistados, evidenciado pela necessidade de intérpretes para a tradução das perguntas, respostas e discussões dadas no grupo. Esse filtro limita, em certo sentido, a condição do olhar do pesquisador sobre o material a ser analisado por se trabalhar com um conteúdo traduzido da Libras para o Português, porém não retira a relevância do estudo do processo comunicativo entre televisão e surdos.

A primeira sessão ocorreu em 4 de março de 2008. Os entrevistados foram questionados sobre profissão, modo como foram educados e aprenderam a Libras, hábitos em assistir televisão e telejornais.

Após a exibição da edição de segunda-feira, 11 de fevereiro de 2008, do Jornal Visual Minas, os participantes foram argüidos individualmente sobre questões relativas à compreensão e entendimento das mensagens. A sessão contou com a participação de quatro surdos, porém, um deles não compareceu ao segundo dia de entrevistas, determinando a necessidade de incorporação de um novo participante ao grupo de discussões.

A segunda sessão foi realizada no dia 6 de março de 2008. Os participantes assistiram duas edições do telejornal (de terça e quarta-feira, 12 e 13 de fevereiro de 2008). Após a exibição, eles discutiram em grupo sobre as expectativas com relação ao telejornal e que conhecimentos são trazidos para o cotidiano.

A última sessão ocorreu em 7 de março de 2008, na qual os surdos assistiram a mais duas edições do JVM (referentes a quinta e sexta-feira, 14 e 15 de fevereiro de 2008). Os entrevistados discutiram sobre como os conhecimentos dados a partir do telejornal poderiam estar relacionados ao dia-a-dia desses sujeitos e que possíveis mudanças o telejornal poderia sofrer.

3.1.1. Recepção do Jornal Visual Minas

Em todo discurso, o sujeito se posiciona, fala de algum lugar. Quando se trata de sujeitos surdos, é preciso conhecer de que lugar eles proferem seus dizeres, como lidam com a relação entre a Libras e a Língua Portuguesa, como se relacionam com aspectos de uma cultura surda que é perpassada e, por vezes, condicionada pela cultura oral.

Como abordado, anteriormente, o quadro de referência cultural de cada sujeito interfere no modo de compreensão e interpretação das notícias.

Através de questões individuais, buscou-se determinar o lugar de onde fala cada sujeito entrevistado[22]:

a) E.F.S., 38 anos, mineiro. Trabalha como instrutor de Libras para ouvintes.

Questionado sobre essa opção educacional, ele declara ter aprendido o Português em clínica de fonoaudiologia, pois na época não existia a Libras. De acordo com Cárnio, Couto e Lickting (2000), a mudança de perspectiva na educação de surdos passa a ocorrer na década de 1970, quando se reconhece a importância do aprendizado da língua de sinais como primeira língua para a constituição do sujeito. E.F.S. teve contato pela primeira vez com a Libras somente aos 11 anos.

O Ensino Fundamental foi em escola voltada para ouvintes, sem qualquer tradução ou adaptação para a Libras. Devido à falta de um ensino capaz de atender as necessidades e peculiaridades dos surdos, E.F.S. declara que se já se sentiu desmotivado nos estudos.

Atualmente, ele cursa o Ensino Médio também em escola para ouvintes, porém, com auxílio de intérprete em sala de aula. A estrutura para os estudos não é adequada, em sua visão. *Existe intérprete na sala de aula, mas ela falta muito. Quando chego em casa, leio e estudo sozinho* (E.F.S.). Através da leitura do Português, E.F.S. busca no dicionário conhecer o significado de palavras desconhecidas.

Com relação aos hábitos em assistir televisão, E.F.S. destaca preferência pelos jogos de futebol em detrimento dos programas sem intérprete.

Ele ressalta que os telejornais que apresentam o recurso de legenda (*closed caption)* – como o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão – tornam a recepção conturbada. *Fico confuso com a legenda dos jornais. É muito rápido* (E.F.S.).

[22] A possibilidade de sigilo referente às identidades foi ofertada aos surdos entrevistados. Os participantes optaram em ter os nomes omitidos nesta pesquisa.

Dos telejornais, E.F.S. prefere o “Jornal da Alterosa 2ª. Edição”, do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). *Vejo as imagens dos telejornais. Se é acidente de carro, presto atenção nas imagens para entender a notícia* (E.F.S.).

O tempo que destina para assistir televisão é, em média, 30 minutos por dia, quatro vezes na semana. O pouco tempo diante do vídeo se deve à falta de adequação da programação à Língua Brasileira de Sinais e à cultura surda, declara E.F.S.

O instrutor de Libras afirma conhecer a tradução por meio de intérprete em programas televisivos, bem como o Jornal Visual Minas. Ressalta que *deveria ser obrigado todo telejornal ter intérprete* (E.F.S.).

b) I.A.L., 25 anos, mineiro, estudante.

O aprendizado da Libras começou quando criança com o auxílio de fonoaudióloga. O Ensino Fundamental foi em clínica de fonoaudiologia, onde aprendeu a Libras. Aos 12 anos começou a praticar com mais freqüência a Libras com os amigos.

Atualmente, cursa o Ensino Médio em escola para ouvintes, espaço que começou a ter contato com o Português. *Conheço português mais ou menos. Antes não gostava do português* (I.A.L.).

Dentre os programas televisivos prediletos estão os jogos de futebol, telejornais, novelas e desenhos. Ele procura se informar através do Jornal Visual Minas e dos telejornais da Rede Record, Sistema Brasileiro de Televisão e Rede Bandeirantes de Televisão.

O hábito de assistir televisão é diário, por cerca de meia hora.

c) M.A.A., 29 anos, carioca, atua como arquivista.

Ela aprendeu a Libras com professor surdo no Ministério Ephatá, entidade de assistência aos surdos da Igreja Evangélica da Lagoinha de Belo Horizonte/MG. M.A.A. observa que, antes de aprender Libras, sua comunicação era difícil, pois fazia mais gestos do que Libras. *Só depois do curso de Libras que aprendi de verdade* (M.A.A.).

O processo educacional de M.A.A. foi marcado pela freqüência em escola voltada para ouvintes, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

Ela afirma que não entendia muito bem o Português quando criança. Somente na quinta série do Ensino Médio, começou a aprender um pouco do Português.

Mesmo sem a presença de intérprete para a tradução do conteúdo televisivo, M.A.A. prefere assistir o *Jornal da Globo*. Diariamente, à noite, M.A.A. senta-se diante da televisão, para assistir telejornais de modo em geral.

Ela diz conhecer o recurso de tradução por meio do quadro de intérprete e o Jornal Visual Minas, antes da realização da pesquisa.

d) R.S.N., 34 anos, mineiro, pastor.

Quando criança, ele aprendeu a Libras antes do Português, em clínica de fonoaudiologia. Durante o Ensino Fundamental e Médio, R.S.N. passou a freqüentar escola para ouvintes. Ele observa que não havia intérpretes, em sala de aula, para auxiliar no processo de aprendizado, o que exigia dele um esforço para realizar a leitura labial e entender o que era ensinado.

O Português foi aprendido na escola para ouvintes. As diferenças entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa trouxeram problemas no processo educacional de R.S.N., que *sentia dificuldade porque em Libras o uso de verbos é diferente do português* (R.S.N.).

Quando retorna do trabalho, à noite, ele fica diante da televisão por cerca de quatro a cinco horas por dia. Não tem preferência por um telejornal específico. Assiste a todos. Gosta também dos jogos de futebol e das propagandas.

O pastor diz já ter conhecimento da tradução para a Libras na comunicação televisiva. O Jornal Visual Minas também era conhecido, antes da realização desta pesquisa.

3.1.2. Decodificação

O momento de decodificação é marcado pela presença de aspectos tecnológicos que podem interferir no conteúdo, apropriação das mensagens e

criação de novos sentidos. Sem uma decodificação adequada, os outros momentos de recepção ficam comprometidos.

A qualidade do sinal televisivo é ponto fundamental para que a comunicação pretendida pelo Jornal Visual Minas se estabeleça, pois é através de imagens “portadoras de discursos” que a Libras é veiculada. Sem um sinal de qualidade – em que as imagens possam ser vistas com nitidez e sem interferências – os outros momentos de recepção propostos por Schramm ficam comprometidos.

Durante a exibição das edições do Jornal Visual Minas, a preferência foi por disponibilizar aos entrevistados uma qualidade digital, para as imagens do telejornal, em virtude de se pretender ir além de um possível impedimento devido a ruídos e sinal sem qualidade.

Evidentemente, essa situação não se aplica à realidade da audiência pretendida pelo programa. O sinal digital ainda não atinge a todos os telespectadores e as freqüências convencionais de transmissão televisiva (VHS e UHF) não comportam uma definição considerável de imagem para uma comunicação estritamente visual.

Dependendo da localidade, do poder de alcance do sinal da emissora, da antena receptora e do tipo de televisor, a qualidade do sinal pode e interfere na apropriação do conteúdo veiculado em Libras.

O segundo aspecto determinante para o momento de decodificação das mensagens televisivas é o horário em que o telejornal é veiculado. No caso do Jornal Visual Minas (transmitido de segunda a sábado, de 12h50 às 13h), o horário dificulta o contato dos surdos entrevistados com as notícias locais e regionais veiculadas pelo telejornal. Muitos deles estão no trabalho no momento de exibição do JVM.

M.A.A afirma que não consegue assistir ao Jornal Visual Minas com muita freqüência porque está no trabalho, no momento em que o programa é transmitido. Com E.F.S. e R.S.N. também ocorre a impossibilidade de ter contato com as notícias diariamente, devido ao exercício profissional. Somente I.A.L., estudante, tem a possibilidade de estar em casa no horário do telejornal. Ele diz que acompanha diariamente o noticiário.

A divisão da tela da televisão, realizada em transmissões com o quadro de intérprete, gera divergência de opiniões entre os entrevistados. Para M.A.A., o tamanho do quadro com a imagem da intérprete é adequado. *Está certo. É bom porque a imagem da intérprete é grande* (M.A.A.). E.F.S. afirma que o *tamanho que a intérprete ocupa é correto, perfeito* (E.F.S.).

I.A.L. considera que a imagem da intérprete deveria ser maior para evidenciar a transmissão da Libras. Ele declara sentir dificuldade na visualização dos sinais que a intérprete executa.

Por outro lado, R.S.N. acredita que o quadro à direita da tela, que transmite imagens ilustrativas e representativas, deveria ser maior para possibilitar ver o que se passa no contexto da notícia.

A discussão em torno do tamanho dos quadros componentes do telejornal não pode ser desvinculada de aspectos como a distância telespectador/televisor e o tamanho (polegadas) do aparelho.

Para a simulação de um ambiente de recepção convencional, procurou-se manter uma distância média de 1,5 metros entre telespectadores e tela. As edições do Jornal Visual Minas foram exibidas em um aparelho televisor de 14 polegadas. Obviamente, caso fosse reduzida a distância entre telespectador e televisor e/ou disponibilizada a imagem em um televisor com polegadas superiores, maior a facilidade em visualizar as imagens da tela e maior a tendência dos entrevistados em considerarem apropriado o tamanho do quadro com a imagem da intérprete.

A partir dos depoimentos, percebe-se, contudo, uma divergência de ponto-de-vista entre os entrevistados, sobre o que é relevante para se compreender uma notícia: as palavras ou as imagens ilustrativas e representativas.

No momento de decodificação da mensagem, do primeiro contato com a notícia, R.S.N. acionou os conhecimentos previamente adquiridos (e mais acessíveis no instante de recepção) sobre a linguagem televisiva. O depoimento e o comportamento diante do telejornal em Libras evidenciam um aprendizado em ver televisão com conteúdo para ouvintes, em que a compreensão das mensagens ocorre por meio da visualização das imagens ilustrativas e não do elemento textual.

A preferência de R.S.N. por imagens ilustrativas maiores pode estar relacionada ao hábito de assistir programas televisivos por várias horas ao dia. Os programas assistidos por R.S.N. não possuem recurso de tradução, o que determina a necessidade de ele buscar nas imagens contextuais os sentidos para as notícias.

Esse condicionamento do olhar para as imagens ilustrativas pode ter levado R.S.N. a procurar, intuitivamente, nas imagens ao lado do quadro da intérprete, o entendimento da mensagem, assim como faz nos programas convencionais sem a Libras.

A preferência pelas imagens ilustrativas não ocorre com os demais entrevistados e também pode estar relacionada ao aprendizado e hábito em ver televisão. Eles não ficam por muito tempo diante da tela e assistem mais aos programas traduzidos do que aos voltados para ouvintes.

A tela dividida em dois quadros no Jornal Visual Minas, nos momentos em que as reportagens e notícias são traduzidas, gera relativo estranhamento em parte dos entrevistados.

Apesar de já terem tido contato com o telejornal anteriormente, três dos quatro participantes da pesquisa não são telespectadores assíduos do Jornal Visual Minas. A falta de hábito em assistir ao JVM pode influenciar na etapa posterior de recepção, a interpretação.

O não conhecimento pleno do modo de funcionamento dos códigos televisivos e da estrutura como se apresenta a notícia em Libras, por exemplo, se revela no desconforto declarado por E.F.S., M.A.A. e R.S.N. diante do telejornal e causa um desinteresse ao acompanhar o telejornal, evidenciado pela constante saída de E.F.S., durante as sessões de exibição do telejornal.

3.1.3. Interpretação

Perpassado o momento de decodificação, é na interpretação que fica evidenciado o embate cultural ocorrido no processo de comunicação do Jornal

Visual Minas.

Como observa Schramm, a comunicação televisiva requer um campo de experiências em comum. Intérprete (emissor) e receptores precisam estar em sintonia para que a comunicação se efetive.

Essa sintonia está relacionada com a necessidade de o emissor compartilhar de elementos culturais comuns ao receptor, de a intérprete conhecer e fazer parte da cultura surda, para que haja um campo de conhecimentos em comum, que possibilite que as intenções iniciais do emissor estejam em concordância com os conhecimentos de mundo e anseios dos receptores.

A necessidade de sintonia entre emissor e receptor determina que a escolha das pautas a serem abordadas, a seleção dos sinais mais adequados para a notícia e o modo de estruturação dos enunciados, por exemplo, não podem ser realizados de maneira aleatória ou somente com base em aspectos lingüísticos provindos da Libras.

Um ouvinte que apenas se utiliza da Libras para traduzir o conteúdo do telejornal, sem fazer parte da cultura surda, pode não conseguir se comunicar plenamente com a audiência pretendida. Do mesmo modo, uma intérprete ouvinte que traduz conteúdos jornalísticos pensados e formatados para telespectadores ouvintes pode não tornar a comunicação eficaz.

Em ambos os casos, na posição de receptores, encontram-se telespectadores surdos que, por vezes, não compartilham e não fazem parte da cultura do emissor e do universo retratado nas notícias traduzidas. Estabelece-se, assim, um embate cultural no processo comunicativo.

A transmissão televisiva é uma transmissão de pessoa para pessoa. Sem uma identificação entre emissor e receptor, no *eixo y-y*, a comunicação fica comprometida. Jespers (1998) denomina o *eixo y-y* como uma estratégia na comunicação televisiva para aproximar emissores e receptores: é o “olho no olho”, o olhar do apresentador direto para a câmera, o que gera a sensação de um olhar direto do emissor ao receptor no contexto de recepção.

Somente o *eixo y-y* não basta para a determinação de um senso de identificação por parte do receptor. O telespectador precisa enxergar no emissor traços comuns da cultura que o receptor faz parte, sentir que o emissor fala

exclusivamente para ele, que direciona o conteúdo da mensagem ao mundo do receptor, que entende as peculiaridades, anseios e expectativas.

No Jornal Visual Minas, a presença de um emissor não-surdo, intérprete de conteúdos voltados para ouvintes, pode comprometer a identificação entre emissor e receptor.

A presença de uma apresentadora não-surda no telejornal, com notícias traduzidas, gera desconforto entre os entrevistados. Segundo R.S.N., a intérprete atrapalha na identificação do telespectador, assim como na apropriação das mensagens.

R.S.N. declara o não compartilhamento de experiências comuns entre intérprete e telespectadores surdos nas mensagens exibidas no telejornal.

> Faltam temas próprios para os surdos, notícias especiais para surdos. Precisa de uma reforma. É sempre a mesma coisa. Importante passar pessoas surdas como repórteres. Reportagens com pessoas surdas sobre os temas. Libras é própria do surdo e precisa haver substituição. [...] Melhor é o surdo interpretar. Haverá mais identificação dos surdos com o apresentador surdo. [...] Intérprete é muito rápida, nervosa. [...] Quando surdo é quem fala, [surdos] prestam mais atenção (R.S.N.).

O comentário de R.S.N. evidencia a rotina produtiva do Jornal Visual Minas: a falta de uma equipe específica para a produção das notícias e o reaproveitamento de conteúdos desenvolvidos em outros telejornais da emissora. O conteúdo do JVM não é pensado e elaborado exclusivamente para a audiência pretendida pelo programa.

A intérprete denota não estar em sintonia com os receptores. Entretanto, a função de tradutora de conteúdos voltados para ouvintes, a adaptação do texto jornalístico para a Libras, a necessidade de adequação da tradução dentro do tempo das matérias e do telejornal, limitam a ação da apresentadora tendo em vista uma comunicação mais adequada, mais atenta às particularidades da Libras e da audiência.

E.F.S. concorda com o posicionamento de R.S.N. Para ele, a Libras combina com o surdo, pois este conhece a Libras desde que nasce, tendo mais expressão na execução dos sinais. *Até os ouvintes iriam admirar-se com surdo na televisão* (E.F.S.).

De acordo com E.F.S., a intérprete fala muito e executa os sinais muito

rapidamente, o que dificulta no entendimento das notícias.

A forma de transmissão das mensagens em Libras pela intérprete causa desconforto em E.F.S., que se ausenta da sala de exibição dos telejornais a todo instante. Ele parece não concordar com a forma de realização do telejornal, evidenciado posteriormente nas declarações.

A este fato pode estar aliado a falta de familiaridade com a forma através da qual a narrativa jornalística é conduzida, tendo em vista que não possui a oportunidade de assistir o Jornal Visual Minas no horário em que é veiculado.

A dinâmica da narrativa, a forma de traduzir o conteúdo, a presença de um ouvinte como narrador, são aspectos que causam interferências na identificação de E.F.S. com o telejornal.

Para determinar a leitura de cada entrevistado segundo as proposições de Hall (2003a), os surdos tiveram contato com duas edições do Jornal Visual Minas, de 11 e 12 de fevereiro de 2008.

E.F.S., I.A.L. e R.S.N. acompanharam essas edições. Outro entrevistado não pode participar das demais sessões de entrevistas e M.A.A. colocou-se à disposição para participar da pesquisa.

Como as edições de segunda e terça-feira já tinham sido exibidas na sessão em que M.A.A. não havia participado, ela teve contato com as notícias das edições de quarta e quinta-feira, 13 e 14 de fevereiro de 2008.

A edição de segunda-feira, 11 de fevereiro de 2008, apresentou as notícias da seguinte forma: nota seca sobre a escala de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS depois da alteração nas datas em dezembro do ano passado; reportagem sobre o mercado de trabalho para deficientes; reportagem sobre inundações e enchentes, com risco de contaminação da população.

A edição de terça-feira, 12 de fevereiro de 2008, trouxe uma reportagem sobre a reprodução de filhotes de jibóia em cativeiro; nota seca sobre vagas de emprego para deficientes; reportagem com personagens que aderiram planos de previdência privada para ter uma renda complementar na aposentadoria; nota seca sobre eventos esportivos para atletas surdos em 2008.

Questionado sobre quais notícias se lembrava e o que elas diziam, E.F.S. diz se recordar da notícia sobre a aposentadoria do INSS, mas não aborda o

conteúdo em detalhes. Relata ainda a notícia sobre a *água da chuva que traz doenças. É preciso ir ao médico por causa das inundações* (E.F.S.).

Por fim, declara se lembrar da reportagem sobre trabalho de pessoas com deficiência. Ele acrescenta que as *pessoas precisam tentar conseguir o salário, buscar os direitos. Por isso, é importante ter o Jornal Visual* (E.F.S.).

I.A.L. descreve a notícia do INSS. Segundo ele, *os benefícios serão recebidos do dia um a cinco. Datas vão ser melhores. Em dezembro que mudou* (I.A.L.). Entretanto, o comentário de I.A.L. não corresponde à informação transmitida pela notícia. O texto da nota seca veiculada dizia:

> O INSS paga hoje aos aposentados e pensionistas que ganham até um salário mínimo e que têm cartão com final nove. Amanhã, terça-feira, serão pagos os benefícios dos cartões de final zero. Também recebe hoje quem ganha acima de um salário mínimo com cartão de final quatro e nove. Amanhã, recebem os portadores de cartões de final cinco e zero. Só para lembrar, em dezembro do ano passado, o INSS alterou a escala de pagamento dos aposentados e pensionistas. Agora, quem ganha até um salário mínimo começa a receber a partir do dia 25 de cada mês (JORNAL VISUAL MINAS, 2008a).

I.A.L. codificou novos sentidos para a mensagem, os quais não condizem com a mensagem pretendida pelo telejornal. R.S.N. também se confunde ao narrar a notícia do INSS. Ele diz que viu que *vai mudar o salário do INSS*, o que não corresponde com a nota seca apresentada.

Saber se os receptores operam ou não dentro do código previsto pelo telejornal não é relevante neste ponto. Interessa a presença de um ruído comunicativo entre receptores que apresentam graus diferenciados de domínio da Libras.

R.S.N. é fluente e possui boa comunicação com os demais. Já I.A.L. tem dificuldade em se expressar em sinais e as perguntas dirigidas a ele pelas intérpretes precisam ser, quase sempre, repetidas e explicadas de outras formas.

Essa diferenciação no domínio da Libras pelos receptores reforça a constatação de excesso de informação (principalmente, de datas e números), que ao ser traduzido para a Libras, pode ter confundido I.A.L. e R.S.N. Associa-se a isso a rapidez na execução do sinais pela intérprete ressaltada pelos entrevistados.

Além disso, assistir telejornal em Libras exige um olhar constante do

telespectador para a tela. O telespectador surdo que se distrai por um instante, ou desvia o olhar da tela, perde a seqüência da mensagem veiculada e a apreensão do conteúdo fica comprometida. Essa especificidade não ocorre nos programas convencionais, nos quais o receptor pode desviar o olhar e continuar a prestar atenção com o auxílio sonoro.

Deve-se considerar, entretanto, a individualidade no contexto de recepção. Cada telespectador tem interesses próprios diante da televisão, presta mais atenção a determinados assuntos em detrimento de outros.

Ao assistir um telejornal, o receptor escolhe e seleciona as notícias que mais lhe interessam. A atenção do telespectador nunca é plena durante a recepção. Podem existir instantes de distração, desinteresse e/ou ruídos comunicativos.

Durante o relato das notícias exibidas, a reportagem sobre o mercado de trabalho parece chamar mais a atenção de I.A.L. De acordo com o estudante, *moça trabalhava no telemarketing, agora trabalha nos arquivos. Trabalho bem melhor.* E comenta: a*gora está melhor o trabalho das pessoas com necessidades especiais* (I.A.L.)*.*

O telejornal retratou a rotina de pessoas no exercício da função de embalador de indústria de velas, faxineiro de hospital, arquivista de hospital e outra arquivista de loja de informática.

A escolha dos personagens para a reportagem leva a R.S.N. observar que o *trabalho de pessoas com necessidade especiais é mais calmo e mais tranqüilo* (R.S.N.).

R.S.N. comenta ainda sobre outra reportagem. Ele ressalta, a partir das informações sobre inundações e enchentes, que é preciso ter c*uidado com a água suja e possibilidade de contrair doenças. Isso acontece mais nas favelas. Chuvas causam doenças* (R.S.N.)*.*

O pastor vai além do conteúdo veiculado na reportagem, sobre os perigos de contrair doenças no contato com águas da chuva, apontando outros hábitos que podem predispor à proliferação de doenças, como o uso de água suja para cozinhar e preparar os alimentos.

Para a determinação do grau de apreensão das notícias veiculadas pelo Jornal Visual Minas, foi necessário que M.A.A. respondesse às mesmas questões que os demais participantes, porém, com edições diferenciadas.

M.A.A. teve contato, então, com as edições da segunda sessão de entrevistas, a saber, de 13 e 14 de fevereiro de 2008.

A edição de quarta-feira, 13 de fevereiro de 2008, foi veiculada com o seguinte formato: reportagem sobre o fechamento de avenida à beira da Lagoa da Pampulha, para a prática de esportes aos domingos; nota seca sobre oportunidades de emprego para deficientes; reportagem sobre a mudança de local da escola municipal “Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis” (IMACO), na qual muitos surdos estudam; reportagem sobre a demolição do centro esportivo de Mariana para a construção de um centro de convenções com o intuito de contribuir para que a cidade conquiste o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Unesco.

Já a edição de quinta-feira, 14 de fevereiro de 2008, apresentou os seguintes temas: reportagem sobre vôo inaugural entre Portugal e Belo Horizonte; nota seca sobre inscrições abertas para curso de Libras da Organização Não-Governamental Crepúsculo; reportagem sobre projeto de formação de pequenos guias turísticos em Itabira/MG.

Questionada sobre quais notícias se lembrava mais e sobre o que estas diziam, M.A.A., traz uma nova notícia, não abordada no Jornal Visual Minas. Ela narra o desmoronamento de uma casa com a chuva, onde 20 pessoas morreram no local.

Realizada novamente a mesma pergunta, M.A.A. volta-se para o conteúdo do telejornal e diz se lembrar da escola Imaco, observando que os alunos matavam aula. Ela ainda fala sobre a outra notícia acerca do *aposentado que vai ter salário maior*.

Com base nos relatos e observações sobre os entrevistados, percebe-se que os entrevistados não estão bem acostumados com a formatação e os códigos empregados no Jornal Visual Minas, não estão “alfabetizados” para linguagem televisiva do telejornal, colaborando para o surgimento de dificuldades na interpretação das mensagens.

Existe ainda uma dificuldade na identificação entre emissor e receptores, que compromete o interesse pelo telejornal e a interpretação das notícias. Intérprete e entrevistados não compartilham de conhecimentos, vivências e experiências em comum, os quais poderiam propiciar uma melhor comunicação entre as partes.

O modo de traduzir o texto jornalístico voltado para ouvintes e adequá-lo ao tempo destinado à notícia original não é eficaz para os entrevistados. Os gestos e sinais tornam-se rápidos demais para um olhar que ainda não está tão acostumado com o modo de exibição das informações na tela.

3.1.4. Codificação

Na busca por conhecer os sentidos que os surdos produzem ao estarem diante de um telejornal voltado para ouvintes, o grupo de entrevistados passou a discutir sobre a relevância da informação na orientação e conhecimento de mundo.

Os entrevistados são questionados sobre as expectativas com relação ao Jornal Visual Minas e sobre o sentimento de estar informado através das notícias do telejornal.

Segundo R.S.N., um telejornal para surdos, como o Jornal Visual Minas, *deve mostrar tudo o que acontece no mundo, desde futebol, educação, salários e empregos. As notícias ajudam a desenvolver os surdos* (R.S.N.).

E.F.S., em consonância com R.S.N., acredita que muitos surdos não entendem a televisão. *Aqui [no Jornal Visual Minas] é diferente. Aqui é diferente porque tem profissional. Vendo o jornal, surdo tem informação. Em casa, não tem informação* (E.F.S.).

Para I.A.L., o telejornal deve noticiar sobre acidentes, emprego, salário, estudo, programas do governo e de prefeitura voltados para surdos.

M.A.A. acredita que as reportagens passadas no programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, têm mais informação, porém não têm intérprete. Para ela, *falta intérprete nos telejornais* (M.A.A.).

A arquivista ressalta que o *Globo Repórter* também é um programa que gostaria de assistir, pois tem informações importantes.

Assim como M.A.A., R.S.N. também gostaria de ter mais programas televisivos traduzidos.

> Surdo precisa ter informação para ter conhecimento. Com intérprete é mais tranqüilo. Quando tem intérprete no Jornal, entendo as notícias com mais facilidade. Precisa de notícias de surdo, banco de sangue, quem foi atropelado (R.S.N.).

R.S.N. acrescenta que o Jornal Visual Minas deveria ter mais tempo para as informações veiculadas. As reportagens são muito resumidas e o tempo destinado a cada uma delas é muito rápido, afirma R.S.N.

Ele sugere que o telejornal deveria ter uma hora de duração para que as notícias tenham explicações e contextualizações melhores para os surdos; e ser exibido à noite, horário em que os surdos que trabalham podem acompanhar o telejornal.

Segundo M.A.A., as notícias do Jornal Visual Minas ajudam a conhecer melhor o mundo em que vive, porque o *surdo precisa ter conhecimento sobre a cidade* (M.A.A.).

E.F.S. exemplifica como o surdo pode utilizar a informação que o telejornal veicula. Ele narra um caso particular em que soube através do Jornal Visual Minas que os surdos tinham direito ao transporte gratuito nas linhas de ônibus urbanos de Belo Horizonte/MG.

O instrutor de Libras dirigiu-se ao guichê da empresa para obter o passe-livre, porém a comunicação com a atendente foi conturbada por ela não conhecer a Libras. E.F.S. voltou ao guichê da empresa com o auxílio de um intérprete e conseguiu o cartão que dá direito ao passe-livre nos ônibus.

Após narrativa da história, E.F.S. avalia o telejornal. Ele relata a falta de melhores explicações para as informações veiculadas. Observa que é necessário contextualizar melhor as informações e trazer as notícias para a realidade dos surdos, é uma função do telejornal. *Precisa explicar melhor o acesso, como*

chegar aos lugares que o telejornal fala (E.F.S.). No momento em que o telejornal fala de um endereço, por exemplo, E.F.S. acredita ser necessário explicar como chegar a esse endereço, qual linha de ônibus é a mais adequada para chegar ao local.

Apesar de afirmar que o Jornal Visual Minas auxilia no conhecimento de mundo, R.S.N. indica a necessidade de notícias nacionais e internacionais.

> Precisa ter notícia de outras cidades, como furacão nos EUA, sobre a África, guerras, Israel. Falta informação. Não fala como está o tempo aqui e em outras cidades. Não mostra o que acontece nos outros países, as novas tecnologias do Japão como o relógio que fala as horas. Falta intérprete para informar sobre os avanços tecnológicos, carros (R.S.N.).

De acordo com os entrevistados, as notícias veiculadas pelo Jornal Visual Minas não trazem o dia-a-dia dos surdos. M.A.A. ressalta ter visto notícia sobre surdos em outro telejornal, da Rede Globo de Televisão, na sexta-feira anterior à sessão de entrevistas (29 de fevereiro de 2008). Ela não soube relatar a notícia por não entender muito bem o conteúdo desta devido à falta de intérprete na tela.

Os entrevistados discutem sobre a relevância da veiculação de uma notícia sobre a criação de cobras em detrimento de uma notícia sobre política. Eles entendem que as notícias não factuais deveriam dar lugar a outras mais importantes.

Questionado sobre quais conhecimentos adquiriu com o Jornal Visual Minas, R.S.N. avalia a *reportagem do aeroporto, sobre avião,* como *muito simples. Gostaria de saber mais sobre a informação de reconhecimento da Libras* (R.S.N.). A notícia sobre o aeroporto citada por R.S.N. retrata o vôo inaugural de uma nova linha aérea entre Belo Horizonte e Lisboa (Portugal). A reportagem narra a festividade na recepção do avião no aeroporto mineiro.

Na mesma edição, o telejornal traz uma nota seca, sem informação visual auxiliar, sobre um curso de Libras. R.S.N. gostaria que o assunto da nota seca fosse mais aprofundado.

Acerca da notícia do vôo inaugural entre Belo Horizonte e Portugal, M.A.A. questiona a relevância dessa notícia. Para ela, a reportagem sobre produtos transgênicos é mais importante, pois tem a ver com a saúde.

Por outro lado, I.A.L. se identifica com a notícia do vôo inaugural entre Belo Horizonte e Portugal. Ele tem vontade de conhecer e aprender sobre outros países. Além disso, a música e dança apresentadas na notícia trouxeram elementos os quais I.A.L. admira.

E.F.S. relaciona os conhecimentos adquiridos no Jornal Visual Minas com outras informações obtidas no cotidiano. A notícia sobre a construção da rodoviária de Belo Horizonte no bairro Calafate é exemplo disso.

E.F.S. considera que a *construção da nova rodoviária vai mudar a vida das pessoas*, apesar da necessidade de *investigação para saber se é o ponto certo para a rodoviária.* Ele aponta essa necessidade de investigação em virtude dos protestos de moradores contra a construção da obra, principalmente, com relação ao aumento da violência no local e o possível trânsito tumultuado.

Acrescenta, entretanto, outra informação não abordada na notícia. Belo Horizonte tem projeto de expansão das linhas de metrô para diversas localidades da cidade e região metropolitana até 2014. Uma delas, segundo E.F.S., chegará até o local previsto para a rodoviária nova. *Em 2011, estará pronta. Ficará melhor com o metrô. Trânsito confuso. Ficará melhor* (E.F.S.).

As considerações de E.F.S. minimizam as preocupações dos moradores do bairro Calafate apresentadas no telejornal com relação ao possível trânsito lento nos arredores da nova rodoviária.

Na visão de R.S.N., a notícia sobre a construção da rodoviária *foi boa para informar*, no sentido de estar adequada aos fatos que os telespectadores surdos querem ver retratados no telejornal.

Contudo, ainda considera a abordagem do Jornal Visual Minas muito simples. *Falta mais explicação. Eles cortam muito a reportagem. Precisa mais clareza.* (R.S.N.).

R.S.N. acredita que a reportagem seja cortada, fragmentada, sem nexo entre as partes, necessitando de uma melhor explicação para os fatos abordados. Esses fatores podem estar associados à própria estruturação proposta pelo Jornal Visual Minas para as notícias e reportagens.

A relação entre os códigos componentes da linguagem televisiva e da prática do telejornalismo pode não estar adequada para abarcar uma tradução em Libras.

A dinâmica de montagem do texto e da associação entre as imagens, aliada à tradução sobre a reportagem finalizada, sugerem uma falta de sintonia entre emissor e receptor.

R.S.N. avalia ainda que o Jornal Visual Minas apresenta informações desnecessárias para ele. *Tem informação sem importância. Coisas importantes têm pouco espaço* (R.S.N.). A organização, seleção e exposição das notícias e reportagens não atendem aos anseios dos telespectadores surdos, afirma R.S.N.

3.2. Apontamentos para análise do Jornal Visual Minas

A proposta deste estudo foi mapear e conhecer a forma de estruturação do processo de comunicação entre telespectadores surdos e Jornal Visual Minas, mais especificamente, em compreender o processo comunicativo empregado em um telejornal voltado para surdos.

Como observa Itânia Maria Mota Gomes (2008),

> o que questionamos é se o desenvolvimento recente dos estudos de recepção está contribuindo para os próprios objetivos dos estudos de recepção - pelo menos como o pensaram Hall, Morley, Barbero, de recusa do modelo matemático; questionamos se as etnografias estão contribuindo para a compreensão do processo receptivo. Em grande medida já afastados da proposta inicial apontada por Stuart Hall e David Morley e sua ênfase na relação entre texto e leitor, os estudos de recepção atualmente configuram-se como pesquisa empírica qualitativa de audiência e dizem, portanto, mais respeito aos modos de se conhecer a audiência do que à capacidade de compreender os processos receptivos. Perdeu-se de vista a relação texto/leitor. A questão crucial, do ponto de vista da recepção, não deveria ser propriamente saber quem é a audiência, nem deveria ser descrever seu comportamento, mas compreender o processo comunicativo. Em outros termos, compreender o próprio processo que institui uma audiência (GOMES, 2008, p. 2).

Uma análise que se prenda especificamente à produção de sentidos da recepção chegaria à constatação de que os receptores podem ter uma

multiplicidade de leituras possíveis a partir de uma mesma mensagem, variando os sentidos de acordo com os contextos de recepção.

Isso ocorre porque a compreensão da mensagem exige constante atenção e interesse do receptor em: (a) perceber as marcas lingüísticas mais relevantes; (b) selecionar os significados necessários em função de suas ligações possíveis dentro dos sistemas lexicais; (c) reunir esses dados em um novo todo significativo que se aproxime, tanto quanto possível, do sentido que o emissor pretendeu.

Esse grau de atenção e interesse varia de emissor para emissor, pois cada um tem informações e conhecimentos que estão mais acessíveis no momento de recepção. Essas informações influenciam no momento de entender a mensagem.

É no confronto entre o quadro de referências culturais do emissor e dos receptores, em um contexto particular, que se dá a formação dos sentidos para a mensagem recebida.

Ao se propor a experiência de expor um telespectador à mesma mensagem seguidamente, os contextos de recepção não serão os mesmos e a produção de sentidos também não: as construções de sentidos e as respostas do telespectador tenderiam a se diferenciar, pois o receptor passaria a incorporar novos conhecimentos e informações através do primeiro contato com a mensagem.

Ao assistir a mesma notícia novamente, o contexto de recepção e os conhecimentos do receptor não seriam idênticos ao primeiro contexto de recepção. Os saberes incorporados poderiam ser úteis para a compreensão da mensagem (re) exibida e os olhos do telespectador se voltariam para aspectos que passaram despercebidos durante a primeira recepção.

Segundo Gomes,

> [...] em geral, postular a atividade do receptor significa postular que: 1) os receptores são sujeitos sociais; 2) os receptores "carregam" para o seu encontro com os *media* toda a sua cultura [...], e o contexto particular de sua inserção na sociedade, descrito em relação a fatores sociais tais como gênero, etnia, idade; 3) esses elementos extralingüísticos determinam os códigos que os receptores usarão para interpretar as mensagens; 4) como há uma enorme variedade de *contextos* sociais e culturais, há uma equivalente multiplicidade de leituras possíveis (GOMES, 2008, p. 2: grifos da autora).

Uma análise dos sentidos produzidos pelos surdos durante as sessões vai além das pretensões desta pesquisa. Evidentemente, a análise dos sentidos codificados pelos entrevistados se faz pertinente para uma investigação futura.

A proposta neste estudo de recepção não é retirar a centralidade e mudar o foco nos agentes emissores e repassá-los aos receptores. É preciso trabalhar a questão da comunicação como um ciclo, um processo de constante negociação de sentidos, nos quais emissores e receptores trocam de papéis a todo instante. Apesar da interação ser limitada na televisão, a resposta e o diálogo não deixam de existir.

Para entender a relação entre mídia e sociedade, não se pode negligenciar a esfera da produção e seu modo de funcionamento. A partir dos depoimentos dos surdos entrevistados, percebe-se que o modo de formatação e veiculação das mensagens influi diretamente na apropriação e codificação de sentidos. A relação de empatia que o receptor estabelece com o emissor não pode ser desprezada.

Considerar a comunicação como um processo restrito ao diagrama “emissor – mensagem – receptor” é desconsiderar a dinâmica cultural que envolve a construção de sentidos das mensagens e das relações entre os sujeitos. O diálogo entre produção e recepção é complexo e se realiza em diferentes níveis.

O processo de recepção das mensagens do Jornal Visual Minas apresenta-se conturbado para os telespectadores surdos entrevistados. Como visto, a dificuldade se coloca nos três momentos do processo comunicativo previstas por Schramm.

As condições e contextos de recepção das notícias evidenciam um embate cultural entre os pólos emissores e receptores, no qual a tradução de conteúdos telejornalísticos não abarca as necessidades, anseios e expectativas de telespectadores surdos.

A partir dos depoimentos, é perceptível a produção de ruídos em virtude da tradução. Diversos questionamentos são levantados e abre-se espaço para um estudo dos problemas teóricos relativos à tradução entre Português/Libras dentro da linguagem televisiva.

Um desses questionamentos refere-se ao modo de tradução dos enunciados em Português para a Libras. As notícias convencionais em português tendem a adotar a estrutura “sujeito-verbo-objeto” para a construção dos enunciados. A tradução para a Libras também tende a seguir essa estrutura “sujeito-verbo-objeto”.

Como ressaltado por Ferreira-Brito (2007), no entanto, a preferência na Libras é pela estrutura “tópico-comentário” nas frases, na “topicalização” e o verbo no final da sentença.

Nesse sentido, é pertinente investigar se o modo de tradução atual das notícias do Jornal Visual Minas do Português para a Libras abrange as necessidades dos surdos receptores, ou seja, se o modo de construção dos enunciados no telejornalismo convencional está em sintonia com as particularidades de construção de enunciados em Libras.

A discussão sobre a tradução perpassa pelo campo da empatia, do *eixo y-y* de Jespers, entre receptor e emissor. A presença de um intérprete ouvinte como apresentador parece incomodar os surdos entrevistados. Em que sentido um apresentador surdo possibilitaria um maior interesse do telespectador com relação ao telejornal e uma melhor apropriação das mensagens? Como é refletida na recepção a presença de um apresentador surdo apenas traduzindo as notícias para a Libras?

Os problemas relativos à tradução também estão vinculados a outros apontamentos, como a oferta de conteúdos voltados para ouvintes, com apenas, a adaptação lingüística para os surdos.

Pressupostos e expectativas do emissor são completamente diferentes daqueles do receptor. É possível observar que nem sempre o sujeito está apto a produzir os sentidos da notícia de acordo com os anseios do emissor.

Um caminho é adotar uma nova postura frente à produção telejornalística para surdos, determinar a construção de enunciados próprios e em consonância com o universo cultural dos receptores.

As notícias veiculadas não incorporam visões de mundo “ouvintistas” nos telespectadores entrevistados, muito, em virtude da falta de condições de decodificação e interpretação das mensagens.

Na reportagem do dia 11 de fevereiro de 2008, sobre o mercado de trabalho de pessoas com necessidades especiais, o repórter realiza entrevista com um surdo que é faxineiro.

Ele pergunta ao surdo sobre a experiência de trabalho no hospital. A comunicação é conturbada. O repórter obriga o surdo a olhar-se e narrar-se como ouvinte. A resposta do entrevistado se dá também por meio da fala e não através da Libras. A fala é confusa, precária. É nítida a inaptidão para a emissão de sons, mas a entrevista continua para cumprir a obrigatoriedade da *sonora,* do depoimento, dentro da estrutura da reportagem.

Os telespectadores entrevistados tiveram contato com a reportagem, mas este fato não foi notado. Porém, não retira a importância da discussão de formação de representações sociais sobre a surdez e os surdos, como observa Skliar (1998).

Um telejornal voltado para surdos precisa se adaptar às especificidades da Libras, da surdez e da audiência pretendida. Não há como existir entrevistas com surdos sem o repórter conhecer a Libras ou, pelo menos, contar com o auxílio de um intérprete. Os surdos entrevistados defendem ainda a experiência de surdos como repórteres.

Em outros momentos, o Jornal Visual Minas se refere aos surdos como “deficientes auditivos”. O emprego dessa denominação carrega representações sociais que ajudam a difundir uma imagem equivocada sobre a surdez.

Os surdos entrevistados possuem pouco hábito em assistir televisão, principalmente, uma programação destinada para surdos. Isso determina um desconforto devido à falta de “letramento” para linguagem televisiva específica para a veiculação de conteúdos em Libras.

A televisão exige um aprendizado constante para saber articular, trabalhar, e interpretar os códigos empregados. Os códigos televisivos e os modos de funcionamento da narrativa jornalística parecem estranhos aos olhos dos telespectadores entrevistados.

Diante do exposto, observa-se a existência de ruídos entre emissor e receptores entrevistados. Tais ruídos podem estar associados às esferas de produção, mensagem e/ou recepção do Jornal Visual Minas.

Essa associação não determina a responsabilidade pelos ruídos somente a uma esfera. Os fatores que levam a uma falha na comunicação encontram-se imbricados nas diferentes fases da comunicação.

A produção, a mensagem e a recepção possuem uma responsabilidade parcial no processo comunicativo e nos ruídos que dele podem surgir. Esse conjunto de possibilidades leva a repensar a comunicação entre o Jornal Visual Minas e a audiência pretendida dentro de três perspectivas, a saber:

(a) (re) construção do telejornalismo voltado para surdos;

(b) os surdos precisam aprender a ver televisão criticamente;

(c) a televisão não é o meio de comunicação mais adequado para estabelecer comunicação com os surdos[23].

A primeira perspectiva culmina na necessidade de (re) construção da linguagem telejornalística para informar os surdos. O modo de construção da notícia precisaria ser reformulado, adaptado às necessidades dos surdos.

A linguagem televisiva necessitaria de uma adequação para veicular o lingüístico em Libras: a estrutura do texto, a forma das frases, o modo de abordagem dos fatos retratados, a dinâmica de exibição das imagens representativas e o tempo destinado às matérias precisam ser revistos.

Nesse posicionamento, um telejornal para surdos precisaria ser realizado por sujeitos que compartilhem e façam parte do universo cultural dos surdos. Apresentadores e repórteres precisam dominar a Libras e participar de elementos da cultura surda.

Uma tradução de conteúdos prontos e voltados para ouvintes, como no Jornal Visual Minas, não comportaria essa perspectiva. O conteúdo do telejornal deveria ser desenvolvido efetivamente para surdos, contando, se possível, com o auxílio de surdos para a elaboração do telejornal.

Seria necessária uma (re) invenção do telejornalismo para comportar a comunicação espaço-visual atenta à audiência pretendida.

---

[23] Esses posicionamentos acerca dos ruídos identificados nesse estudo têm como base as observações realizadas pela consultora externa profª. Drª. Margarethe Born Steinberger-Elias, durante a apresentação do andamento dessa dissertação no “Seminário dos Alunos de Mestrado da Turma de 2006”, do Programa de Mestrado em Letras (Promel) da Universidade Federal de São João Del-Rei, realizado em 25 de abril de 2008.

Outra forma de se pensar nos ruídos comunicativos evidenciados entre o Jornal Visual Minas e os telespectadores entrevistados é considerar que os receptores não estão aptos a entender o conteúdo veiculado.

Os telespectadores surdos não estariam “alfabetizados” para ver televisão. Não estariam acostumados com os códigos e subcódigos empregados na linguagem televisiva, com o modo de encadeamento dos textos, a forma de abordagem das matérias e a dinâmica de exibição das imagens representativas.

A estrutura adotada pelo Jornal Visual Minas seria considerada adequada para uma boa comunicação, sendo a problemática instaurada no contexto de recepção. A forma de abordagem das matérias, a tradução e o tempo destinado a elas não precisariam ser modificados.

Por fim, pode-se considerar que a televisão não é o meio mais adequado para que os surdos sejam informados. A rapidez e a dinâmica de articulação dos códigos empregados na linguagem telejornalística não estariam em consonância com as especificidades dos surdos e da Libras, tendo em vista que o telejornalismo em Libras exige do telespectador surdo uma constante atenção frente à tela.

A ausência de mecanismos de interação entre receptores e aparelhos televisores, como funções de “pause ao vivo”, por exemplo, contribuiriam para a constatação de uma ineficiência da televisão para comunicar com os surdos.

Meios mais interativos, como a *internet*, possibilitariam ao surdo assistir ao telejornal, gravar, pausar e voltar ao ponto em que não entendeu a notícia ou não reconheceu um sinal que compromete a interpretação das mensagens.

Um exemplo dessa proposta inovadora é o “TeleLibras”, telejornal veiculado na internet pela ONG Vez da Voz, que traz notícias nacionais e internacionais voltadas especificamente para os surdos[24].

É necessário considerar que a *internet* ainda não está disponível em grande parte dos lares brasileiros, como a televisão. Além disso, o surdo necessitaria de um aprendizado para a linguagem audiovisual.

Uma comunicação audiovisual veiculada pela rede exigiria novos

[24] Para saber mais a respeito do projeto, acesse <http://www.vezdavoz.com.br>.

aprendizados e habilidades referentes à estrutura e funcionamento dos computadores e da navegação *web*.

Relevada a questão do acesso e da necessidade de conhecimentos sobre a utilização dos computadores, a possibilidade de interação proporcionada pela *internet* coloca novas perspectivas a serem trabalhadas na televisão brasileira no momento em que a TV Digital se tornar realidade no país.

A televisão com programas para surdos pode se utilizar da interatividade como um instrumento, para que os surdos se acostumem com os códigos televisivos, tendo em vista facilitar a recepção dos conteúdos veiculados.

Essas três perspectivas levantam a discussão de que os ruídos comunicativos evidenciados nesta pesquisa não estão centralizados e localizados em uma esfera do processo de comunicação.

Diversos fatores contribuem para que a falha na comunicação ocorra, o que não isenta a responsabilidade e o esforço de cada parte envolvida na busca por melhorar a comunicação e a informação televisiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse estudo abre espaço para o estabelecimento de reflexões acerca das potencialidades da linguagem, das relações culturais e sociais presentes na sociedade, das assimetrias de poder localizadas no campo discursivo, assim como dos processos comunicativos decorrentes da transmissão de conteúdos televisivos em língua de sinais.

A presença de um telejornal voltado para surdos – como o Jornal Visual Minas – determina, primeiramente, uma releitura das teorias do telejornalismo, com base nas potencialidades trazidas pela comunicação espaço-visual no vídeo.

A difusão de mensagens em língua de sinais aponta para novos desdobramentos na inter-relação e na disputa de espaço na hierarquia entre os códigos televisivos, tendo em vista a quebra de paradigmas no âmbito das relações entre as imagens representativas e as palavras dentro dos telejornais.

A relação entre a imagem e a palavra, consumadas no telejornalismo convencional, se coloca como uma problemática no momento em que se considera uma audiência de surdos, pois os canais de produção e recepção dos sentidos não são os mesmos entre emissores e receptores. A apropriação das palavras, dos elementos verbais presentes nas notícias, não ocorre.

Os surdos, diante de programas sem tradução, se deparam com imagens sem explicação e a recepção fica dissociada de uma complementaridade necessária entre o todo representado pelo icônico e as palavras. Os telespectadores passam a inferir o que se passa na TV através da observação das imagens ilustrativas e representativas das notícias.

Diante de uma audiência que se comunica espaço-visualmente, a narrativa oral com complementação de imagens não adquire a função informativa pretendida pelo telejornal. A impossibilidade de acesso ao verbal dificulta o entendimento das notícias pelos surdos.

Segundo André Reichert (2008), assistir uma programação televisiva sem a presença de intérprete não exclui os surdos, pois eles conseguem, através das imagens e dos movimentos das cenas, codificarem sentidos sobre o que se passa

na televisão. O que não permite afirmar que os telespectadores surdos estejam operando dentro dos códigos previstos pelo emissor, ou seja, entendam o conteúdo das matérias.

A veiculação de notícias sem tradução reitera os discursos dominantes a respeito da surdez e posiciona os sujeitos surdos, perifericamente, dentro dos sistemas culturais e da sociedade. Elas colocam os sujeitos à parte do processo comunicativo do meio televisivo, não oferecendo a plena possibilidade de participação no conhecimento dos fatos e acontecimentos retratados no cotidiano.

A abstração dos conteúdos das notícias somente por imagens ilustrativas, sem o auxílio do elemento verbal, atua como uma espécie de mecanismo de punição e retaliação pela existência de um corpo desviante que não se comunica pelo canal oral-auditivo.

Esse quadro começa a se inverter com a tradução das notícias para a Libras. A forma como a linguagem da TV se apresenta em uma transmissão convencional não condiz com as potencialidades e particularidades visuais da comunicação espaço-visual.

Dentro do meio televisivo, a veiculação de mensagens em língua de sinais exige uma releitura da inter-relação e estruturação dos códigos componentes da linguagem televisiva, previstos por Eco (1979).

O exercício de repensar a teoria de Eco começa na base da comunicação televisiva: o icônico. As imagens deixam de comportar somente aspectos referentes à percepção visual e passam a adquirir uma função verbal evidente.

A comunicação por línguas de sinais exige que as imagens da TV tenham também o papel de representar os dizeres percebidos pelo canal visual dos sujeitos. Sem a imagem do discurso do intérprete em Libras, a comunicação por sinais não se efetiva.

A veiculação de elementos verbais, através da imagem do intérprete, permite o estabelecimento de duas possibilidades e estatutos para as imagens: “imagens representativas e ilustrativas” e “imagens portadoras de discursos”.

As “imagens portadoras de discursos” veiculam a tradução para Libras. Elas vão além das funções primeiras de uma imagem e passam ter um caráter

discursivo nítido, no sentido de exibir e possibilitar a comunicação por língua de sinais.

Já as “imagens representativas e ilustrativas” continuam com a função de captar, ilustrar e prender a atenção do telespectador. Elas, como representações da realidade, permitem uma sensação de presença, o que gera um tom de veracidade à narrativa jornalística.

Isso não significa que as imagens representativas e ilustrativas também não carreguem sentidos. Elas comunicam, porém, através de aspectos referentes à linguagem não-verbal.

Nas transmissões telejornalísticas convencionais, as imagens representativas trabalham em conjunto com a linguagem verbal. Elas fornecem informações ao receptor que estão além dos conteúdos expressos nas mensagens em si.

Por meio das imagens representativas, os telespectadores podem ser contextualizados na notícia e estabelecerem, por exemplo, relações de empatia com o apresentador dentro do *eixo y-y* de Jespers (1998).

Pensar nas imagens enquanto “portadoras de discursos” é reconhecer a associação da função da imagem como reprodutora do real com o potencial de transmissão de uma língua que se faz e se percebe somente por meio do canal visual.

A dicotomia entre verbal (palavras) e não-verbal (imagens) é minimizada nas “imagens portadoras de discursos”, em virtude da fusão das funções da imagem e da palavra em prol de um modo de comunicação que ocorre por sinais, gestos e expressões corporais e faciais.

A “imagem portadora de discursos” carrega e representa visualmente elementos da comunicação verbal em língua de sinais. Isso não significa que nessa imagem circulem somente aspectos considerados verbais na Libras, como configuração de mãos, ponto de articulação, movimento, disposição das mãos, orientação das mãos, região de contato.

A “função de comunicação verbal” aqui determinada para esse tipo de imagem comporta elementos complementares, como expressões faciais e corporais, os quais, em alguns casos, transitam entre a função de

complementaridade comunicativa e aspecto verbal. Em suma, a “imagem portadora de discursos” representa a comunicação em Libras como um todo.

As imagens televisivas que transmitem a comunicação em língua de sinais não deixam de possuir as características das outras imagens, como aspectos contextuais e ilustrativos.

Essas imagens ainda se constituem como representações da realidade. Existe a seleção e enquadramento do discurso veiculado pela intérprete. Recebem, porém, um elemento a mais: a possibilidade de comunicar através de uma língua.

As “imagens portadoras de discursos” se tornam indispensáveis e essenciais, no momento em que se tornam instrumento único para abarcar e transmitir discursos em língua de sinais.

Na composição de uma “imagem portadora de discursos” dentro do Jornal Visual Minas, estão presentes elementos que vão além da presença da intérprete e a efetiva comunicação espaço-visual, tais como composições de cenário, posicionamento e enquadramento de câmera, vestimentas, cores, entre outros.

A transmissão de um discurso em Língua Brasileira de Sinais interfere diretamente na complexa relação texto/imagem na televisão. As imagens de ilustração não circulam mais livres, soltas, podendo ter sentidos extraídos de qualquer modo. As imagens ilustrativas e representativas concorrem espacial e visualmente com as imagens que transmitem a intérprete.

Durante a reportagem traduzida para a Libras, a tela fica dividida entre a “imagem portadora de discursos” (o quadro de intérprete) e as “imagens representativas e ilustrativas” (os recortes visuais do jornalismo convencional com a intenção de contextualizar e dar uma noção de presença ao fato retratado).

Os surdos, ao assistirem o Jornal Visual Minas, ou qualquer outro programa que contenha o quadro de intérprete, têm os olhares e sentidos influenciados pelas “imagens portadoras de discursos”. A interpretação desses sujeitos sobre as imagens ilustrativas não se faz mais livre e sem interferências.

A inter-relação entre lingüístico e icônico se torna mais evidente. A presença do discurso da Libras na tela possibilita que a complementaridade entre

verbal e não-verbal se concretize. “Imagem ilustrativa” e “imagem portadora de discursos” interpelam o espectador simultaneamente.

Desse modo, lingüístico e icônico se apresentam indissociáveis para o sujeito em frente ao vídeo. A construção de sentidos nas notícias do JVM passa a ser direcionada por meio da presença do quadro de intérprete.

A mensagem visual ganha a presença de palavras e a apropriação das imagens ilustrativas não se faz de modo indiferenciado do discurso. As palavras em Libras apresentam as nuances não comportadas pelas imagens ilustrativas, como a temporalidade, o pensamento e o julgamento.

Concomitantemente, a comunicação espaço-visual ganha o suporte da imagem representativa. A complementaridade entre os códigos se torna mais nítida e necessária.

O código sonoro, como músicas e ruídos, presentes em transmissões televisivas convencionais e que auxiliam na construção de referenciais e sentidos para as notícias, pode ser também traduzido para a Libras, por meio de explicações visuais do contexto durante a tradução.

Quando há música de fundo na reportagem, existem sinais indicativos, que o intérprete pode realizar, para que o surdo tome conhecimento da existência de um som em conjunto com as imagens ilustrativas exibidas na tela.

A linguagem televisiva empregada em programas que comunicam por língua de sinais apresenta uma dissociação referente ao quadro teórico projetado anteriormente.

Na estrutura de apresentação proposta pelo Jornal Visual Minas, concorrem de modo concomitante emissões verbais (representadas pelas narrativas orais de fundo) e emissões visuais (abarcadas pela presença da intérprete e a comunicação espaço-visual).

No telejornal, estão presentes duas formas de se conceber a linguagem televisiva nos parâmetros dos códigos propostos por Eco (1979). Na forma de transmissão oral, permanece a estrutura dos códigos icônico, lingüístico e sonoro, juntamente com os respectivos subcódigos. Com relação às mensagens contendo a presença da intérprete, existem alterações nesse modelo.

A comunicação televisiva por língua de sinais necessita levar em consideração as peculiaridades comunicativas dessas línguas. O olhar do receptor precisa estar direcionado ao emissor que comunica por língua de sinais, tendo em vista que o canal visual é o único modo de percepção das mensagens em língua de sinais.

A primeira modificação ocorre, portanto, no código icônico. Como exposto, este deixa de comportar somente aspectos referentes à percepção visual: a imagem adquire outra função, a lingüística. Sem a imagem da narração realizada pelo intérprete, a comunicação televisiva por sinais não se efetiva.

A transmissão do quadro do intérprete exige que a imagem represente visualmente a língua de sinais. A comunicação entre sujeitos, em uma transmissão televisiva, pode ser realizada tanto pelo som quanto pelos gestos e sinais.

A “imagem portadora de discurso” não está isenta ou livre de influências dos demais subcódigos componentes do código icônico, como o iconológico, o estético, o erótico e da montagem, conforme a esquematização proposta por Eco (1979).

A veiculação de conteúdos audiovisuais em Libras determina uma nova configuração para o código icônico, o qual incorpora novos subcódigos. O icônico passa a ser representado, então, como composto por:

a) subcódigo iconológico;

b) subcódigo estético;

c) subcódigo erótico;

d) subcódigo da montagem;

e) subcódigo lingüístico (este pode ser influenciado pelos itens acima).

O subcódigo lingüístico (enquanto representante da comunicação espaço-visual) toma forma independente da imagem; porém, ele necessita da imagem para que seja veiculado.

Eco, ao analisar o código lingüístico, não identifica este código somente com emissões verbais orais. Essa perspectiva abre a possibilidade de compreender as línguas de sinais como potenciais emissoras de conteúdo dentro da televisão.

Durante a transmissão televisiva, o lingüístico se associa às imagens, mas não perde as características vinculadas à língua que se fala ou às formulações verbais necessárias para uma veiculação de mensagens.

O lingüístico, contudo, passa a ser determinado pelas características e processos dados nas imagens televisivas, tais como corte, seleção, montagem e representações que as imagens podem suscitar.

A Libras, como qualquer outra língua gestual ou oral, também apresenta os subcódigos lingüísticos retratados por Eco:

(item e.1) jargões especializados;

(item e.2) sintagmas de valor estilístico adquirido.

O código sonoro, responsável pela transmissão de músicas e ruídos por meio do canal auditivo em transmissões convencionais, não se aplica do mesmo modo em uma audiência de sujeitos surdos. O som não é referencial de mundo para os surdos. Ele não imprime sentido a esse público[25].

A terminologia "código sonoro" é inadequada quando se refere à comunicação dada através do quadro do intérprete, o que não descarta a possibilidade de músicas e ruídos serem transmitidos pelo canal visual.

A comunicação por língua de sinais comporta todas as funcionalidades que os sons apresentam, sejam elas ruídos e/ou músicas. A Libras, como as demais línguas de sinais, veicula os sentidos que esses sons perpassam por meio de gestos e expressões corporais/visuais.

A melodia, o ritmo e outros aspectos característicos de uma música transmitida oralmente estão presentes em sinais. As diferenciações encontram-se nos canais de percepção dos sujeitos. Através da Libras, por exemplo, é possível contextualizar um ambiente, dizer o que se passa além da narrativa da intérprete e suscitar emoções.

Assim como ocorre com o lingüístico, esse "código sonoro dado pelo canal visual" prescinde da imagem para ser veiculado e, com isso, passa a ser influenciado pelas características e processos de produção da imagem televisiva.

---

[25] Existem surdos que conseguem ouvir parcialmente, mas, em diversos casos, as músicas e ruídos não possuem referenciais anteriores, perdendo, assim, o caráter de agregar sentido ao conjunto da mensagem televisiva.

O “código sonoro” atrelado à imagem, passa a ser considerado como subcódigo (item f) desta. Os subitens *emotivos; sintagmas de valor estilístico adquirido* e *sintagmas de valor convencional* continuam a existir.

Em suma, com a comunicação espaço-visual representada no Jornal Visual Minas, as imagens ilustrativas e representativas não circulam mais livres. Texto e imagem se associam, sendo veiculados pelo mesmo canal de percepção, o visual.

A presença da imagem com o quadro do intérprete na tela da TV supre as características e potencialidades comunicativas presentes na comunicação oral empregada nos tradicionais telejornais brasileiros, desde narrativas às músicas componentes da reportagem.

A complementaridade do verbal em Libras e do visual ilustrativo oferece, ao surdo, a possibilidade de receber informações de modo mais acessível e condizente com as particularidades comunicativas da surdez.

As novas potencialidades dentro da relação entre os códigos televisivos não se colocam somente como uma adaptação dos conteúdos audiovisuais para a comunicação espaço-visual.

A presença do Jornal Visual Minas, com veiculação de informações em Libras, coloca em questão o modo como a sociedade ainda lida com a diferença, com os processos sociais e culturais decorrentes das concepções e visões a respeito do outro, o surdo.

O JVM se apresenta como um primeiro passo para a mudança na maneira de representar, entender e encarar a surdez. O telejornal se insere dentro das características dos meios de comunicação de massa e passa a modificar as relações e os modos de ver e analisar o mundo, a partir do momento em que ele mediatiza, seleciona e filtra o conhecimento das realidades que os indivíduos podem, por vezes, não conhecer.

O discurso jornalístico atinge as mais distintas esferas do plano social e os mais variados sujeitos, podendo influenciar e modificar as visões que se têm a respeito da surdez.

O Jornal Visual Minas contribui, então, para a formação de representações sociais sobre a surdez devido (i) ao reconhecimento da existência de diferenças

comunicativas na sociedade através da veiculação de discursos em Libras; assim como (ii) à abrangência e poder de difusão das mensagens; (iii) e à linguagem simples, clara, objetiva, dotada de um ideário/crença de veracidade e credibilidade.

O telejornal se estabelece como um referencial para os surdos, os quais, como quaisquer sujeitos, buscam o conhecimento da realidade e o acesso às novidades e notícias. Como ressalta Ana Carolina Temer (2007), as relações nas sociedades se estabelecem por meio do contato com outros sujeitos, das notícias, informações, acontecimentos e outros conhecimentos que levam o sujeito a se sentir parte da comunidade.

Os surdos que assistem ao JVM têm a oportunidade de participar de elementos da cultura da qual fazem parte, tomar conhecimento dos fatos e acontecimentos, a fim de estabelecer noções e referenciais de mundo.

A tradução de notícias para a Libras dentro do telejornal implica em um reconhecimento da presença de diferenças nas sociedades, de que existem grupos lingüísticos e comunicativos minoritários que, por vezes, se tornam excluídos de processos informativos empregados em telejornais orais.

O Jornal Visual Minas permite o reconhecimento da existência de outras formas de comunicar além da sonoridade. O contato com as notícias do telejornal reafirma a concepção de que os diálogos entre os sujeitos podem ser realizados por quaisquer sentidos humanos, desde que emissores e receptores estejam em sintonia, compartilhem experiências e conhecimentos em comum.

A maneira como a surdez é entendida é influenciada por discursos que não consideram a surdez, não em termos culturais, sociais e comunicativos, ou seja, as representações sociais procuram, nos traços biológicos, afirmações “exatas”, “científicas”, que comprovem a inaptidão do diferente para comunicar.

As explicações verbais dos acontecimentos por parte dos telejornais mineiros – que antes não eram disponibilizadas em Libras aos surdos – passam a adquirir papel fundamental com o JVM: a de referentes para a construção de representações sociais acerca da realidade da qual fazem parte.

No processo de construção de retratos dos acontecimentos e na busca por explicações e argumentações em outras instituições sociais, o Jornal Visual Minas

dissemina, para a audiência de surdos, representações sociais que se dão na sociedade e que tomam forma por meio das notícias.

Essas representações transmitidas aos telespectadores surdos refletem os processos sociais e culturais que atravessam a surdez. Os surdos passam a conhecer um mundo do qual são, freqüentemente, excluídos devido às noções que se estabelecem acerca das diferenças comunicativas.

As percepções e visões de mundo passadas aos surdos pelas reportagens traduzidas para a Libras não condizem com o que eles vivenciam no dia-a-dia. Os surdos passam a conhecer uma realidade da qual não fazem parte.

A recepção de notícias voltadas a um outro público leva a um embate cultural no processo de comunicação entre o Jornal Visual Minas e parte da audiência entrevistada.

Os ruídos decorrentes desse embate cultural estão associados, tanto na emissão, na mensagem, quanto na recepção. A teorização de Schramm (1970), sobre o processo de comunicação, utilizada para analisar os depoimentos e entrevistas nos momentos de recepção (decodificação, interpretação e codificação), permite visualizar melhor em quais esferas estão localizados esses ruídos e a que se devem.

O modo como o telejornal é produzido, com uma tradução de conteúdos voltados para um outro público, direciona para uma falta de sintonia entre emissor e receptores. Os depoimentos e relatos dos participantes dessa pesquisa demonstram que a comunicação com o Jornal Visual Minas é conturbada.

O momento de decodificação do processo de recepção das mensagens traduzidas do JVM permite identificar a falta de hábito dos telespectadores em assistir aos programas televisivos em geral e, especificamente, ao telejornal, em virtude do horário em que é veiculado.

A oferta reduzida de outros programas em Libras, em conjunto com o pouco contato dos participantes com os códigos televisivos empregados no JVM, levam os entrevistados a estranharem a forma como o telejornal exibe as reportagens: “imagens portadoras de discursos” do lado esquerdo da tela e, do lado direito, as “imagens ilustrativas e representativas”.

Os surdos parecem não estar familiarizados com a inter-relação entre os

códigos televisivos proposta pelo programa, com o modo de transmissão das notícias em Libras.

Os olhares dos participantes do grupo focal se dividem entre as imagens em que devem buscar o apoio, para entender o que se passa na notícia. O processo de construção de referenciais gerado em notícias não traduzidas leva alguns dos participantes a preferirem à exibição das imagens ilustrativas e representativas em detrimento do quadro de intérprete.

Para outros, telespectadores menos assíduos da programação sem tradução e mais acostumados com o JVM, a preferência está em tomar conhecimento das notícias somente através do elemento verbal exibido ao lado das imagens da reportagem.

Por fim, existe ainda dentre os surdos entrevistados, aqueles que direcionam o olhar para a intérprete e, no momento em que não compreendem a notícia, voltam-se para as imagens ilustrativas, que servem como uma ilustração do contexto da notícia.

A tradução de conteúdos televisivos para a Libras dentro da dinâmica de confluência e inter-relação dos códigos da linguagem televisiva convencional, voltada para a sonoridade, não está adequada para as potencialidades visuais dos surdos.

Um novo posicionamento frente à surdez coloca a necessidade de se repensar, como exposto, as relações entre os códigos televisivos para abarcar a comunicação espaço-visual.

Não se pode esperar que os surdos reajam e trabalhem com os códigos televisivos de forma semelhante aos ouvintes. Uma “adaptação” da linguagem televisiva para surdez não soluciona a problemática da recepção de conteúdos audiovisuais por telespectadores surdos.

É necessário o desenvolvimento de estudos que aprofundem a investigação do comportamento dos surdos diante da televisão, para onde os olhares são direcionados e fixados na tela, como articulam e percebem os códigos da linguagem televisiva, obviamente, tendo em vista a comunicação espaço-visual e a cultura surda.

Os relatos do grupo focal revelam que a identificação entre emissor e receptores é comprometida. Os telespectadores se queixam da velocidade de execução dos sinais, da forma de traduzir a mensagem, do pouco aprofundamento no conteúdo das matérias, da falta de assuntos relacionados à comunidade surda.

O embate cultural entre emissor e receptores fica evidente, determinando a necessidade de uma investigação sobre os processos de tradução de conteúdos televisivos, com base na construção de novos referenciais entre linguagem telejornalística e cultura surda. Em suma, um repensar sobre o modo mais coerente e condizente de se escrever o texto telejornalístico para surdos, conduzir a narrativa, abordar os fatos, montar imagens e texto.

O momento de codificação coloca em pauta os contrastes, as percepções, as visões e representações sociais dos participantes acerca das notícias que tiveram contato e sobre o telejornal em si, e permite perceber que a sociedade ainda não encara a integração social a partir da ótica da diferença, de oferecer espaço e oportunidades para os surdos se desenvolverem e se estabelecerem enquanto sujeitos críticos.

O Jornal Visual Minas resgata, sim, a importância de se discutir e se desconstruir as representações sociais dominantes sobre a surdez, a Libras, os surdos e a cultura surda, mas mostra que as concepções relativas à surdez estão mais arraigadas nos planos discursivos e sociais do que se pode imaginar.

A tradução de notícias para a Libras reflete a lógica da “ordem do discurso do meio televisivo”: fala-se pelo e para o surdo, mas não são modificadas as estruturas e relações de poder sobre os saberes. Por meio de ações que consideram as diferenças através do respeito pela diversidade, são obscurecidas práticas “ouvintistas” que ainda negam a existência plena do diferente.

Na “ordem do discurso televisivo”, os surdos ainda não estão autorizados a proferirem seus dizeres, não podem participar das instâncias restritas de produção de discursos na sociedade. A veiculação de conteúdos informativos traduzidos para surdos mascara, desse modo, práticas de controle e poder sobre os dizeres dos surdos.

As notícias e reportagens em Libras permitem reconhecer as diferenças comunicativas presentes na sociedade, através da criação de um espaço para o conhecimento do cotidiano atento a uma comunicação mais adequada e às funções sociais dos telejornais, porém, retiram a possibilidade de participação na produção desses discursos.

Os ruídos e embates culturais decorrentes da tradução de conteúdo televisivos para a Libras, percebidos nos depoimentos dos entrevistados, levam à proposição de apontamentos que visam mapear e indicar caminhos para solucionar os problemas relativos a cada esfera, seja na produção, na mensagem e/ou na recepção. Essas perspectivas levantadas devem, no entanto, estar dissociadas de um olhar tendencioso.

As análises das entrevistas e depoimentos indicam que os surdos podem não estar “alfabetizados” para ver televisão, não estão acostumados com o modo de encadeamento dos códigos televisivos, ou seja, não estão familiarizados com a dinâmica de exposição e montagem das imagens ilustrativas, com a forma de apresentação dos textos, de tratamento das notícias e reportagens.

Será que, ao se propor que os surdos não estão aptos a ver televisão criticamente, não se espera da relação estabelecida entre eles e o meio televisivo os mesmos modelos e referenciais construídos da relação entre televisão e público ouvinte? Em que medida o olhar sobre a comunicação entre a TV e os surdos não está influenciado pelas representações sociais sobre a surdez? Seriam os surdos incapazes de ver e apreender os conteúdos audiovisuais convencionais? Ou seriam os não-surdos os incapazes de perceber novas potencialidades na linguagem televisiva a partir veiculação da comunicação espaço-visual?

De modo semelhante, a busca por uma comunicação efetiva com os surdos em outras mídias, se apresenta como uma transferência de responsabilidades do meio televisivo, mas que não isentam um novo posicionamento diante dos códigos televisivos, já que estes seriam somente veiculados de outra forma.

Começa-se a discutir problemáticas mais amplas instauradas na esfera social, as quais se iniciam na formação e apropriação de discursos

preconceituosos e se refletem em outras instâncias, como as práticas corretivas, educacionais e antropológicas, a lógica do sistema dos meios jornalísticos e culminam na falta de uma estrutura eficaz para a integração social dos surdos.

A simples tradução de informações televisivas não abarca as necessidades e anseios dos surdos. Os entrevistados declaram a urgência de se produzir conteúdos efetivamente por surdos e para eles, de se repensar as práticas jornalísticas para uma audiência ainda ofuscada por discursos curativos e assistencialistas.

No momento em que se propõe uma reinvenção do telejornalismo para estar atento à surdez, são colocadas em xeque as estruturas e discursos dominantes que circulam no meio televisivo.

A linguagem televisiva precisaria, então, se (re) inventar para poder comunicar efetivamente com os surdos e romper com as barreiras impostas pelas representações sociais dominantes acerca da surdez.

Os ruídos encontrados no processo comunicativo do Jornal Visual Minas e as tentativas de se conceber alternativas para “sanar” esses ruídos evidenciam um despreparo da sociedade marcada majoritariamente pela comunicação oral para trabalhar e pensar a surdez.

Estabelecer um outro olhar sobre a surdez é, primeiramente, desconstruir os consensos equivocados sobre a surdez, mas é também permitir e garantir que os surdos tenham espaço e oportunidade para se assumirem enquanto sujeitos no plano discursivo, que possam emitir as próprias visões e concepções de mundo mais isentas de influências e de mecanismos de controle e poder.

Uma mudança de visão e de postura com relação à surdez começa na desconstrução de representações sociais equivocadas e dominantes e perpassa pela tentativa de aproximação, conhecimento e diálogo com o outro, em partilhar de experiências e traços culturais, a fim de se conhecer e conviver melhor com os surdos.

No processo de discussão sobre a televisão, sobre as novas possibilidades de configuração dos códigos da linguagem televisiva, devem ser previstas a participação efetiva dos surdos nesse processo.

A surdez é diferença comunicativa que precisa ser reconhecida politicamente. Ações isoladas, como a oferta de conteúdos jornalísticos para surdos, não geram os efeitos esperados se mudanças na esfera social não ocorrerem.

Propor uma nova linguagem televisiva para comportar as notícias em Libras, desenvolver um telejornalismo eficaz para comunicar com telespectadores surdos, inclui a quebra de paradigmas, preconceitos e o estabelecimento de novas relações de poder no campo discursivo, além de práticas efetivas que possibilitem a integração e participação ativa dos surdos na esfera social.

É necessário investigar mais profundamente o modo como os surdos se relacionam com a linguagem televisiva, tendo em vista as potencialidades e particularidades visuais que os “falantes naturais” mal começaram a imaginar.

A televisão para surdos, influenciada pela comunicação espaço-visual e pela cultura surda, deve dialogar com os processos televisivos já consolidados, pois as culturas não se estabelecem e convivem de forma isolada.

As experiências obtidas pelos processos comunicativos da televisão dentro das culturas orais não podem ser descartadas. Elas podem servir como base para esse exercício de reflexão da função e atuação da televisão, dentro de outras culturas presentes em um mesmo ambiente social, como a cultura surda.

Cabe ressaltar que a problemática discutida nesse estudo está localizada nas representações sociais dominantes sobre a surdez, que estão arraigadas dentro da dinâmica de produção televisiva, bem como da linguagem do meio. O Jornal Visual Minas e a intérprete do telejornal configuram a exemplificação do esforço empreendido na busca de uma nova postura em relação à surdez, a qual ainda é perpassada pelos discursos dominantes sobre a surdez, ajudando a reforçar, refletir e reproduzir as relações de forças estabelecidas entre certos grupos sociais.

Além disso, esse estudo investiga a recepção entre surdos que tiveram uma condição considerada “privilegiada” dentro da cultura surda, de ter acesso ao ensino, seja do português em primeiro plano ou da Libras.

Muitos surdos sequer conhecem a existência da Libras e/ou não possuem acesso a programas educacionais. Eles desenvolvem uma comunicação

marginal, não reconhecida e restrita a grupos ou à família, a qual impede uma participação efetiva na sociedade, a comunicação com outros sujeitos e a apropriação de traços culturais, assim como influencia no modo de ver e representar socialmente o mundo.

Seria necessário investigar como os surdos não dominantes da Libras se relacionam, compreendem e codificam sentidos, a partir do contato com um telejornal que traduz notícias para surdos, como o Jornal Visual Minas.

Por fim, a surdez é ainda atravessada e influenciada por questões que ultrapassam a comunicação espaço-visual. Como observa Skliar (2005), é um equívoco conceber os surdos como uma massa, um grupo, homogêneo, uniforme, dentro do qual se estabelecem sólidos processos de identificação pautados pela comunicação espaço-visual.

Dentro da surdez, também existem surdos que não sabem que são surdos, surdos moradores de rua, surdos das classes populares, surdos que não tiveram acesso ao aprendizado da Libras e da Língua Portuguesa, surdos indígenas, surdos negros, mulheres surdas. E entre os surdos também existem as assimetrias de poder, os privilégios, a falta de compromisso com as reivindicações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença, 1980.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. A legendagem para surdos no Brasil. In: **Questões de Lingüística Aplicada**. Fortaleza: Eduece, 2005.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; FRANCO, Eliana. Reading television: checking deaf people's reactions to closed subtitling in Fortaleza, Brazil. In: **The Translator**. Manchester: St. Jerome, 2003.

ASSUNÇÃO, Antônio Luiz. **O poder do discurso e o discurso do poder**: a construção do consenso nas falas do presidente Fernando Henrique Cardoso. 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BERNARDINO, Elidéia Lúcia. **Programa elaborado pela equipe técnica da Clínica Escola Fono**: Aquisição e Desenvolvimento da Língua de Sinais. v. 4. SEGRAC, p. 15-24, 1997.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 24 abr. 2002.

CÁRNIO, Maria Silvia; COUTO, Maria Inês;LICHTIG, Ida. Linguagem e surdez. In: LACERDA, Cristina B. F. de; LIMA, Maria Cecília; NAKAMURA, Helenice (org.). **Fonoaudiologia, surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus Editora, 2000.

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: Senac, 2005.

COUTINHO, Eduardo. A astúcia. In: NOVAES, Adauto (org.). **Rede Imaginária**. São Paulo: Cia. das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

COUTINHO, Iluska. **Telejornalismo no Brasil**: um olhar sobre os reflexos do padrão americano. Disponível em: <http:// reposcom.portcom.intercom.org.br/ dspace/bitstream/1904/17406/1/R0647-2.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2006.

DORZIAT, Ana. **Metodologias específicas ao Ensino de Surdos**: análise crítica. Disponível em: <http://www.ines.org.br/ines_livros/13/13_PRINCIPAL. HTM>.

Acesso em: 2 nov. 2007.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Unesp: Boitempo, 1997.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FANG, Irving E. **Television News**. New York: Hasting House Publishes, 1972.

FELIPE, Tanya. **Introdução à gramática de Libras. In: Educação especial: deficiência auditiva**. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/ines_livros/37/37_PRINCIPAL.HTM>. Acesso em: 17 dez. 2007.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e Surdez**. São Paulo: Artmed, 2003.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. A Língua Brasileira de Sinais. In: **Educação especial**: deficiência auditiva. Disponível em: <http://www.ines.org.br/ines_livros/SUMARIO.HTM>. Acesso em: 14 dez. 2007.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Antônio Luiz. Discurso, poder e representações: o dizer oficial sobre a surdez. In: VIII Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não-Verbal e II Simpósio de Análise Crítica do Discurso, 2007, São Paulo. **Anais VIII Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não-Verbal e II Simpósio de Análise Crítica do Discurso**. São Paulo: USP, 2007.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos; CALDAS, Ludmila Vieira de Sousa. **Sentidos**: uma busca interdisciplinar pela valorização da cultura surda. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos; REZENDE, Guilherme Jorge de. A inter-relação entre a imagem e a palavra nas notícias telejornalísticas com o advento do closed caption. In: XII Congresso da Comunicação na Região Sudeste - Intercom Sudeste, 2007, Juiz de Fora. **Anais XII Congresso da Comunicação na Região Sudeste - Intercom Sudeste**. Juiz de Fora: Facom, UFJF, 2007. CD-ROM.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRAGA ROCCO, Maria Thereza. As palavras na TV: um exercício autoritário? In: NOVAES, Adauto (org.). **Rede Imaginária**. São Paulo: Cia. das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

FRANCISCO, Celso de Carvalho. **Excluídos da informação**: como os surdos entendem as notícias?. Barra Mansa: 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Centro Universitário de Barra Mansa.

GLEISER, Luiz. **Além da notícia**: o Jornal Nacional e a televisão brasileira. Rio de Janeiro: 1983. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

GOMES, Itânia Maria Mota**. Televisão, telejornalismo e recepção**: o que a investigação sobre recepção pode ganhar no diálogo com os cultural studies e a semiótica. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP1gomes.pdf>. Acesso em: 14 maio 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora, identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003a.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b.

IBGE. **Censo demográfico**: 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia_Censo2000.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** - PNAD 2006. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/sintesepnad2006.pdf>. Acesso em: 19 set. 2007.

JESPERS, Jean-Jaques. **Jornalismo televisivo**. Coimbra: Minerva, 1998.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVICHT, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999.

JORNAL VISUAL MINAS. Belo Horizonte: Rede Minas de Televisão, 11 fev. 2008a. Programa de TV.

JORNAL VISUAL MINAS. Belo Horizonte: Rede Minas de Televisão, 12 fev. 2008b. Programa de TV.

JORNAL VISUAL MINAS. Belo Horizonte: Rede Minas de Televisão, 13 fev. 2008c. Programa de TV.

JORNAL VISUAL MINAS. Belo Horizonte: Rede Minas de Televisão, 14 fev. 2008d. Programa de TV.

JORNAL VISUAL MINAS. Belo Horizonte: Rede Minas de Televisão, 15 fev. 2008e. Programa de TV.

KLAUS, Liliane. **Recepção das imagens telejornalísticas no Brasil ou o poder das emissoras**. 2004. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Viadrina Frankfurt, Frankfurt. Disponível em: <http://deposit.ddb.de/cgi-bin/dokserv?idn=973901179&dok_var=d1&dok_ext=pdf&filename=973901179.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2006.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MACHADO, Grazielle. **Caixa lança programa de atendimento a deficientes auditivos por telefone**. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/12/27/materia.2006-12-27.4672205045/view>. Acesso em: 2 dez. 2006.

METZER, Maria Glória. Entrevista concedida à Ivan Vasconcelos Figueiredo. Depoimento por correio eletrônico [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ivanfigueiredo@gmail.com> em 21 mar. 2008.

MORGAN, David. **Focus Groups as qualitative research**. London: Sage, 1997.

NEVES, Josélia. **Audiovisual translation**: subtitling for the deaf and hard-of-hearing. 2005. Tese (Pós-doutorado em Artes) – Universidade de Surrey, Surrey.

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Deaf in America**: voices from a culture. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV** – manual de telejornalismo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. **Telejornalismo**: conhecimento do cotidiano. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2005/alfredovizeu2005.doc >. Acesso em: 25 jan. 2008.

PEREIRA, Maria Cristina. A língua de sinais na educação de surdos. In: LACERDA, Cristina B. F. de; LIMA, Maria Cecília; NAKAMURA, Helenice. (org.). **Fonoaudiologia, surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus Editora, 2000.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos lingüísticos. São Paulo: Artmed, 2004.

REICHERT, André Ribeiro. **Mídia televisiva sem som**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=60448&co_midia=2>. Acesso em: 10 jan. 2008.

REZENDE, Guilherme Jorge. **O lugar da palavra no telejornalismo brasileiro**. In: Vertentes. São João Del-Rei: n. 15, p. 36-42, jan./jun. 2000.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Perfil editorial do telejornalismo brasileiro**. 1998. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Bernardo do Campo, São Bernardo do Campo.

ROCHA, Cristina. Entrevista concedida à Ivan Vasconcelos Figueiredo. Depoimento por correio eletrônico [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ivanfigueiredo@gmail.com> em 17 fev. 2008.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. Que linguagem é essa? Um estudo da linguagem oral em três dos principais telejornais brasileiros. In: **Comunicarte**, v. 1, n.1, Campinas, 1982.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Ufam, 2002.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma jornada mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1988.

SCHRAMM, Wilbur. **The process and effects of mass comunication**. 8 ed. Urbana: Univ. Illinois, 1970.

SKLIAR, Carlos. Bilingüismo e biculturalismo. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: n.8, p. 44-57, maio/ago. 1998.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKLIAR, Carlos; SOUZA, Regina. **O debate sobre as diferenças e os caminhos para se (re)pensar a educação**. Disponível em: <http://virtual.udesc.br/Midiateca/Publicacoes_Educacao_de_Surdos/artigo09.doc>. Acesso em: 14 dez. 2007.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. São Paulo: Vozes, 1977.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>. Acesso em: 3 set. 2007.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. **Sensacionalismo sem sangue** - uma análise do telejornalismo ao vivo. Disponível em: <http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=4&s=9&a=36>. Acesso em: 4 set. 2007.

THOMA, Adriana da S. **Surdo**: esse “outro” que fala a mídia. In: SKLIAR, Carlos (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação humana**: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. São Paulo: Cultrix, 1989.

WOLFF, Francis. **Por trás do espetáculo**: o poder das imagens. In: NOVAES, Adauto (org.). Muito além do espetáculo. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

ANEXOS

Anexo 1

Decupagem das edições do Jornal Visual Minas no período de 11 a 15 de fevereiro de 2008.

Edição: 11 de fevereiro de 2008 (segunda-feira)

[Nota seca]

Olá, voltamos hoje com o Jornal Visual Minas, na Língua Brasileira de Sinais.

[Nota seca]

O INSS paga hoje aos aposentados e pensionistas que ganham até um salário mínimo e que têm cartão com final nove. Amanhã, terça-feira, serão pagos os benefícios dos cartões de final zero. Também recebe hoje quem ganha acima de um salário mínimo com cartão de final quatro e nove. Amanhã, recebem os portadores de cartões de final cinco e zero.

Só para lembrar, em dezembro do ano passado, o INSS alterou a escala de pagamento dos aposentados e pensionistas. Agora, quem ganha até um salário mínimo começa a receber a partir do dia 25 de cada mês.

[Chamada reportagem]

As pessoas com deficiência estão ganhando cada vez mais espaço no mercado de trabalho. Em dois anos, a contratação dessas pessoas quase dobrou em Minas.

[Off reportagem]

Agilidade na linha de produção de uma das maiores indústrias de velas e ceras do país. O ritmo de trabalho de Claudencie impressiona. A cada hora, ele costuma embalar uma média de 360 caixas do produto.

[Sonora Claudencie Sales, embalador indústria de velas]

No início, a gente fica meio devagar, né! Mas, à medida que a gente vai embalando a vela, vai pegando o ritmo, vai pegando a noção de quantas velas você tem na mão. Aí, já vai facilitando porque na hora que a gente acostuma, aí, é a mesma coisa que você fazer outra coisa, como dirigir. Você acostuma.

[Pergunta repórter]

Como você conseguiu esse emprego?

[Sonora Claudencie]

Correndo atrás, né, porque na época eu sabia que precisava de trabalho. Então, eu vim aqui e trouxe, como qualquer uma outra pessoa, fiz uma inscrição. Depois eles mandaram telegrama me chamando.

[Off reportagem]

Marcelo é portador de deficiência auditiva. Está há oito meses no emprego. Todos os dias ele é responsável por deixar tudo bem limpinho nesse hospital em Belo Horizonte.

[Sonora Marcelo Dias, faxineiro hospital]

Duas escadas. Depois é o vidro. A outra portaria. Varrer.

[Off reportagem]

No mesmo hospital, trabalha Raquel. Ela é responsável pelo arquivamento dos formulários médicos, fichas dos pacientes e de documentos administrativos. Está no emprego desde julho do ano passado. Uma rotina bem diferente da de atendente de telemarketing, trabalho anterior.

[Sonora Raquel Marques, arquivista hospital]

Aqui é mais tranqüilo em comparação com a outra empresa, que era assim, como se diz, mais estressante um pouco. Porque meu serviço anteriormente era de telefonista e era mais cobrado. Você tinha tempo de atendimento, você não podia ultrapassar. Você tinha meta lá e tinha essas coisas. Aqui não. Aqui é mais tranqüilo.

[Sonora Mauro Serpa Lima, coordenador RH hospital]

O quadro tem aumentado muito, de funcionários. Nós temos que cobrir a cota do governo. E estamos sempre abertos.

[Off reportagem]

Nos últimos dois anos, a inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho, segundo levantamento feito pela Caade (Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência), praticamente dobrou em Minas. Em 2005, 128 pessoas conseguiram um emprego. Em 2007, o número saltou 246.

[Passagem repórter Carlos Augusto Soares]

Inclusão que está diretamente associada ao crescimento das empresas nos últimos anos. Como elas aumentaram o quadro de funcionários, passaram a empregar também um número maior de pessoas com deficiência, como determina a lei que garante a inclusão.

[Off reportagem]

O aumento no número de oportunidades também vem acompanhado de uma maior qualificação.

[Sonora Flávio Oliveira, consultor Caade]

O mercado tem sido mais cada vez mais exigente não só para com as pessoas com deficiência como com qualquer tipo de trabalhador. A qualificação profissional, o aumento da escolaridade, tudo isso são fatores essenciais para que essa inserção no mercado possa ser feita com sucesso.

[Off reportagem]

Vida nova também para Dulcilene. Há um ano ela era caixa de supermercado. Agora trabalha numa empresa de informática.

[Sonora Dulcilene Santos, arquivista]

Separo documento, junto. Tiro grampo. Abro as caixinhas. Coloco em caixinhas. Passo para eles digitarem.

[Sonora Lúcia Barros, diretora adjunta da empresa]

Aqui, a gente faz um processo de capacitação, de treinamento. E eles passam por todas as atividades aqui na empresa para identificar quais atividades eles se adaptam mais. A partir desse ponto, eles são tratados iguais aos outros funcionários da empresa, no sentido das mesmas exigências e tudo mais.

[Chamada reportagem]

Além do transtorno, as enchentes e inundações trazem também os riscos de contaminação. São as chamadas doenças hídricas.

[Off reportagem]

No ribeirão da Pampulha, as pessoas pescam e nadam alheias aos riscos de contrair doenças. Um problema que se agrava com a chegada das chuvas fortes e contínuas. Quando o ribeirão transborda e a água toma conta dos becos e invade as casas, os moradores da Vila São Tomaz ficam ainda mais vulneráveis.

[Passagem repórter Jane Saldanha]

O maior perigo que as populações ribeirinhas enfrentam com as enchentes é o contato prolongado com a água contaminada, que pode provocar uma série de doenças, como diarréias, hepatites e, principalmente, a Leptospirose.

[Sonora]

Me preocupo muito com os ratos, as baratas. Só que não tem outro jeito.

[Off]

Das chamadas doenças de veiculação híbrida, provocadas pela água contaminada por vírus, bactérias e outros agentes infecciosos, a Leptospirose é a mais grave. A urina do rato contamina a água, que, em contato a pele, transmite a doença para o homem.

É importante ficar atento aos sintomas para facilitar o diagnóstico.

[Sonora Estevão Urbano, médico]

A Leptospirose pode levar a desconforto respiratório e, nos casos potencialmente fatais, há uma insuficiência renal, uma insuficiência respiratória. A hepatite, por exemplo, pode evoluir como uma cor amarelada na face, nos olhos e, inclusive, no restante do corpo. Dor da região do fígado. Uma urina mais escura, com umas vezes bem clarinhas. E, por outro lado, as diarréias levando, principalmente em idosos e criancinhas mais novas, à desidratação.

[Off]

Medidas simples como impedir o acúmulo de lixo, que favorece a proliferação de ratos e, principalmente, evitar o contato com a água, são orientações básicas dos serviços de saúde.

[Sonora Flávio Amaral, médico]

A gente orienta bastante as pessoas. Às vezes não tem como calçar uma bota. Pelo menos, um saco plástico nas mãos e nos pés para evitar contato. Porque essas doenças podem ser veiculadas por feridas na pele ou pela mucosa, pelo olho, pela boca.

[Fim da reportagem. Nota pé seca]

Além dos riscos de doenças, o período é de alerta para os acidentes com a rede elétrica, as picadas de cobras e escorpiões, e os afogamentos. Em caso de emergência, ligue para o Corpo de Bombeiros: 193.

[Nota seca]

O Jornal Visual fica por aqui. Entre em contato com a gente. O nosso e-mail é jvisual@redeminas.mg.gov.br. Até amanhã.

Edição: 12 de fevereiro de 2008 (terça-feira)

[Nota seca]

Começa agora o Jornal Visual Minas na Língua Brasileira de Sinais.

[Chamada reportagem]

Biólogos do Centro de Biodiversidade da Usipa, em Ipatinga, comemoram a reprodução de filhotes de jibóia em cativeiro. O local é modelo em Minas na preservação de animais em extinção e na educação ambiental.

[Off]

Ao nascerem, os filhotes já são considerados prontos a enfrentarem a vida de forma independente.

[Sonora Cláudia Coelho, bióloga]

Elas se reproduzem através de ovos. Porém, esses ovos, eles são incubados no organismo do próprio animal. Então, ela só vai pôr esses ovos no momento em que os filhotes estão prontos para eclodir. A gente só fica sabendo que elas vão ter filhotes na véspera, no momento em que ela está expelindo os ovos.

[Off]

O nascimento dos nove filhotes de jibóia foi acompanhado pelos profissionais da Usipa, que tiveram que fazer algumas intervenções para que a sobrevivência dos animais não fosse comprometida.

[Sonora Cláudia]

A gente faz um acompanhamento. E caso ocorra de algum filhote não romper essa casca, a gente dá uma colaborada.

[Off]

As cobras atingem a idade adulta entre o sétimo e o oitavo ano de vida, podendo sobreviver por até 25 anos.

[Passagem repórter Gustavo Coura]

Um dos objetivos do Centro de Biodiversidade da Usipa é a reprodução em cativeiro. Uma iniciativa de preservação ambiental que já livrou várias espécies da extinção.

[Off]

O Cebos é considerado hoje um dos poucos grupos do Brasil, fundadores de colônias de felinos em cativeiro, o que faz com que ele seja integrante de uma rede de banco de dados genético em nível mundial. Com mais de 350 animais em seu zoológico, o Centro de Biodiversidade da Usipa é o segundo maior de Minas Gerais, chegando a ser recomendado pelo Ibama como instituição modelo em educação ambiental.

[Sonora Cláudia]

Nós temos conseguido manter um índice reprodutivo relativamente alto no zoológico.

[Nota seca]

Veja agora as vagas de emprego oferecidas pelo SINE/Caade para pessoas com deficiência. Três vagas para jardineiro em Belo Horizonte. Idade acima de 18 anos. Salário R$580. Para trabalhar em horário comercial. É preciso ter segundo grau completo e experiência de um ano.

Cinco vagas para auxiliar de operações em Venda Nova, para trabalhar conferência, separação e expedição de mercadorias. O salário é de R$432. As vagas são para maiores de 18 anos, de ambos os sexos, com primeiro grau completo.

Os interessados devem entrar em contato com SINE/Caade na Rua da Bahia, 2200. no bairro de Lourdes. O telefone é 3292-7754.

[Chamada reportagem]

Quem pensa em investir para o futuro, precisa começar a fazer bem cedo um planejamento. Hoje, a previdência complementar ou privada é uma alternativa.

[Off]

José Horta tem 66 anos. Está aposentado desde 2001. O plano de previdência privada serviu para reforçar em dobro o rendimento da aposentadoria. Garantia de um futuro melhor que ele usufrui hoje.

[Sonora José Horta, aposentado]

Me deu a tranqüilidade que hoje eu posso sobreviver sozinho. Independente de qualquer coisa, até eu morrer, eu estou garantido, a minha sobrevivência.

[Passagem repórter Carlos Augusto Soares]

De janeiro até novembro de 2006, 19 milhões de pessoas em todo o país adquiriram plano de previdência privada. Em 2007, no mesmo período, esse número subiu para 24 milhões de pessoas. Um aumento de 25%. O destaque ficou por conta dos planos de previdência privada para menores de idade, que, nessa faixa, cresceram 64%.

A consultora de previdência, Isabela Campolina, cita como exemplo uma contribuição de R$200 por mês por um período de 30 anos. No caso, o cliente começou a investir aos 20 anos de idade.

[Sonora Isabela Campolina, consultora]

Uma contribuição de R$200, ela seria responsável pela acumulação de R$600 mil, que daria, então, uma renda mensal de R$2.500 aproximadamente, a partir dos 50 anos. E seria uma renda mensal vitalícia.

[Off]

O comerciante Décimo aprendeu a economizar desde cedo. Há 15 anos ele investe em planos de previdência privada. E faz planos quando for resgatar a aplicação, que, para ele, vai significar uma aposentadoria mais segura.

[Sonora Décimo Teodoro, comerciante]

E esse plano é quando chegar aos 50 anos, começar a resgatar os rendimentos deles. Não em forma de renda. Resgatar o rendimento, sendo que o montante seria patrimônio.

[Nota seca]

O ano de 2008 começou cheio de novidades para os atletas surdos brasileiros. A partir desse ano, eles poderão participar de jogos mundiais. A

primeira competição internacional prevista é o Campeonato Mundial de Artes Marciais, em Toulouse, na França. E que começa no dia 21 de maio.

Mas antes, aqui em Belo Horizonte, no mês de março, será realizada a primeira Copa Minas-São Paulo de Futsal.

E vem mais atividade esportiva por aí. A gente vai informar tudo para você. É só aguardar.

[Nota seca]

O Jornal Visual termina aqui. Se você tem alguma sugestão de reportagem, entre em contato com a gente. O nosso e-mail é jvisual@redeminas.mg.gov.br. Até amanhã.

Edição: 13 de fevereiro de 2008 (quarta-feira)

[Nota seca]

Começa agora o Jornal Visual Minas, na Língua Brasileira de Sinais.

[Chamada reportagem]

Quem costuma freqüentar a orla da Lagoa da Pampulha já conta com um novo espaço de lazer. O trecho entre as avenidas Novara e Cremona passou a ser fechado todo domingo das oito da manhã às cinco da tarde.

[Off]

Bela paisagem. Um lugar cheio de atrações. A orla da Lagoa da Pampulha já é um espaço perfeito para lazer e diversão. Como fazer uma caminhada ou andar de bicicleta. Mas tem hora que disputar espaço com os carros fica difícil.

[Sonora Alisson Machado, vendedor]

Tem que ficar esperto porque tem muita gente que não respeita o pessoal que está fazendo esporte no final de semana. Eu acho que, se não tomar cuidado, acontece um acidente.

[Passagem repórter Ana Carla Mourão]

Por isso esse trecho de 1.500 metros da orla está interditado todo domingo durante nove horas. Uma forma de proporcionar lazer sem a preocupação com o trânsito.

[Off]

Das oito horas da manhã às cinco da tarde, os motoristas precisam usar o desvio. A preferência é para os pedestres e ciclistas. Mais espaço para praticar esportes e passear pela orla no fim-de-semana.

[Sonora Carla Luppinari]

Agora é bom porque o pessoal agora está andando nas ruas e libera mais espaço nas ciclovias. Com certeza tem mais espaço.

[Sonora Roberta Franca]

A gente fica mais à vontade. Até para criança, quando vem com criança, para andar de bicicleta o pai fica mais despreocupado.

[Sonora crianças]

Quando tinha carro, não podia ir para a rua. Só podia no passeio.

É bem legal porque a gente pode andar tranqüilo.

[Sonora Paulo Bressane, empresário]

A cidade tem esse tipo de carência. Quando a gente família grande assim, a gente fica mais despreocupado quando cedem espaço para eles.

[Off]

Teve gente que aproveitou a tranqüilidade do local para trabalho voluntário. O estudante de medicina mediu a pressão de quem passava pela orla. E Lizete aproveitou para saber como vai a saúde.

[Sonora Lizete Lago, bancária]

Eu acho ótimo porque a gente faz uma reciclagem, de saber como é que anda.

[Off]

A cada domingo, a expectativa é de ampliar os atrativos no local, segundo a prefeitura.

[sonora Lessandro Lessa, sec. Adm. Regional Pampulha]

Cada vez mais, em todas as cidades do mundo, o que a gente percebe é que a população está reclamando o espaço público para ela novamente. Então, essa é uma iniciativa da prefeitura de Belo Horizonte, no sentido de referendar esse desejo popular.

[Off]

A iniciativa ganhou aprovação de quem só tem o fim-de-semana para esquecer as preocupações do dia-a-dia e relaxar.

[Sonora Marcos Abílio, corretor de seguros]

Acho muito bom, muito importante, porque a gente trabalha tanto e precisa de um momento de lazer mais seguro.

[Nota seca]

Veja agora as oportunidades de emprego oferecidas pelo SINE/Caade. Três vagas atendente de telemarketing, em Belo Horizonte, para pessoas com deficiência física parcial. A jornada de trabalho é de seis horas e o dia é à combinar. Salário R$492. Os requisitos: segundo grau completo ou em andamento e informática básica; idade 18 a 35 anos. Não precisa ter experiência.

Oito vagas de despachante para pessoas com deficiência física parcial. A atividade é despachar, por telefone, serviços de reparos e instalação de aparelhos. O horário é comercial. Salário: à partir de R$400. Local de trabalho: Belo Horizonte. Idade mínima 18 anos. Segundo grau completo. Também não precisa ter experiência.

Os interessados podem procurar a sede do Caade na rua da Bahia, 2.200, no bairro de Lourdes. O telefone para outras informações é 3292-7754.

[Chamada reportagem]

Na volta às aulas, surpresa para os alunos do Imaco. O instituto, que funcionava dentro do Parque Municipal de Belo Horizonte há 54 anos, mudou de endereço.

[Off]

Os alunos do Imaco iniciaram o ano letivo de casa nova. As aulas estão no bairro Funcionários.

[Sonora]

Ficou pior por questões de trabalho. Aqui é mais longe que o Parque.

[Sonora]

A localização não está tão ruim, mas ficou muito longe do meu serviço.

[Sonora]

Para mim, melhorou. Mais fácil de chegar. Perto do serviço.

[Off]

No pátio, os alunos receberam as primeiras orientações e foram para as salas de aula. Na entrada, adaptação ao novo espaço.

[sonora Tristão Macedo, professor]

Essa semana agora a gente vai mostrar as dependências para os alunos. A gente vai construir regras de disciplina com eles. Nós vamos estudar o programa, o plano curricular da Rede Municipal de Belo Horizonte. E adaptar da melhor maneira possível como que a gente vai trabalhar com os alunos.

[Off]

Para o diretor da escola, a mudança foi brusca. Mas os 1.100 alunos que estudam nos três turnos vão estar melhor acomodados.

[Sonora Cleyton Eduardo, diretor do Imaco]

Em relação ao espaço, nós acreditamos que, para funcionamento e segurança, esta aqui é superior à anterior.

[Passagem repórter Frances Salvador]

O Imaco começou a funcionar em 1954 neste prédio que fica dentro do Parque Municipal de Belo Horizonte. Os alunos eram preparados para o vestibular, além de receberem aulas sobre administração.

João Bosco é o funcionário mais antigo da escola. São 38 anos de dedicação. Segundo ele, o Parque era o lugar ideal para que os alunos matassem aula.

[Sonora João Bosco, secretário do Imaco]

A gente comunicava com os pais. Avisava os pais. Os pais, muitos deles, não estavam nem aí, não vinham na escola. Alguns vinham, outros não.

[Off]

O prédio antigo da escola tem os dias contados. Em dois meses, será demolido.

[sonora Luiz Gustavo Fortini, pres. Fund. Parques Municipais]

Todos os eventos que acontecem no Parque, que estão espalhados no Parque, alguns até causam transtornos tanto na questão ambiental quanto na questão do entorno. Então, nós vamos estar concentrando todos os eventos que acontecem no Parque nesse espaço.

[Nota pé – seca]

A nova sede do Imaco (Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis) fica na rua Gonçalves Dias, 1.088, no bairro Funcionários.

[Chamada reportagem]

O ginásio poliesportivo de Mariana está sendo desmontado para dar lugar a um centro de convenções. A obra deverá ter as mesmas características arquitetônicas do Centro Histórico. A medida vai contribuir para que a cidade conquiste o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Unesco.

[Off]

As obras de desmonte do ginásio poliesportivo de Mariana começaram.

[sonora Eduardo Ernane, encarregado da obra]

Demolição das quadras de skate e depois a quadra exterior.

[Off]

As estruturas que serão utilizadas para montar o novo prédio, no bairro Nossa Senhora Aparecida, também estão sendo retiradas. Mas a população continua apreensiva quanto à mudança do ginásio.

[Sonora morador]

Deveriam ser feitas coisas melhores, tipo um shopping, um mini-shopping por aqui. Era bem melhor.

[Sonora moradora]

Acredito que seja para melhorar.

[Off]

A preocupação de Ademilson é quanto à pista de atletismo. A antiga, no campo municipal, também já está em obras para receber o complexo esportivo.

[sonora Ademilson Silva, atleta]

Sempre a gente sai prejudicado, de tirarem a pista de lá.

[Off]

O prefeito Celso Cota garante que os atletas não ficarão sem local para treinamento. E ressalta ainda a importância dessa obra no processo para que a cidade consiga o reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade.

[Sonora Celso Cota, prefeito de Mariana]

Desenvolver todo o potencial e vocação nossa para que a gente possa ser uma cidade considerada dentro daquelas com a melhor qualidade de vida e, assim sendo, nós vamos conseguir esse reconhecimento da Unesco.

[Nota pé – seca]

O novo ginásio será construído no bairro Vila Aparecida, região Norte de Mariana, a 1 km do centro da cidade.

[Nota seca]

O Jornal Visual termina aqui. Voltaremos amanhã. Até lá.

Edição: 14 de fevereiro de 2008 (quinta-feira)

[Nota seca]

Começa aqui o Jornal Visual Minas.

[Chamada reportagem]

Nove horas de vôo e a Europa acaba de ficar mais perto dos mineiros. A inauguração da nova rota Minas-Portugal foi marcada por uma festa luso-brasileira no Aeroporto Internacional de Confins.

[Off]

O pouso em Confins foi tranqüilo e sem atraso. Por volta das cinco e quarenta e cinco da tarde, ainda no pátio, o avião Airbus A330 recebeu uma espécie de batismo. Enquanto os passageiros se preparavam para desembarcar, o saguão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves se transformou em um cenário circense. A dramatização das festas mineiras ganhou como pano de fundo os tradicionais tapetes feitos de serragem. Nas paisagens que lembram os cartões postais do Estado, o colorido que também estampava o painel

permanente, inaugurado na ala de embarque nacional. Já no desembarque, a comitiva que veio no vôo recebeu cortejo de um grupo de artistas mineiros.

Tudo para festejar o vôo direto entre Minas e o Velho Continente.

[Sonora Raquel Correia, jornalista]

Não estava a contar com esta festa toda e fiquei logo fascinada.

[Off]

A relação entre Minas e Portugal é forte desde os tempos das colônias. O estilo arquitetônico europeu marca a paisagem barroca das cidades mais conhecidas do Estado.

Hoje, Portugal é o terceiro país em número de turistas que viajam para Minas.

[Passagem repórter Nelyzeth Lisboa]

A nova rota vai possibilitar aos mineiros o que os cariocas e os paulistas já usufruem há décadas: vôos diretos, sem escala, para a Europa. A tranqüilidade de cruzar o oceano em apenas nove horas é uma garantia de incrementar novos negócios entre mineiros e europeus. Além de ser um estímulo a mais para desenvolver o turismo no Estado.

[Sonora Antônio Augusto Anastásia, governador em exercício MG]

Um porta fundamental para o turismo mineiro, na medida em que receberemos turistas não só de Portugal, mas também de outros países da Europa, que farão conexão em Lisboa e aqui virão. Servirá também, e muito, para os mineiros e brasileiros que seguirão para seus compromissos e, inclusive, turismo também na Europa.

[Sonora Érica Drumond, sec. de Estado de Turismo/ MG]

É o início de um trabalho, que um aeroporto internacional, que destino e Estado como o nosso, com a pujança econômica que nós temos, precisa.

[Off]

O presidente da Companhia não esconde o interesse no potencial que a região metropolitana oferece também para o transporte de cargas.

[Sonora Fernando Pinto, presidente Tap]

Aqui é um pólo industrial. Não só no entorno de Confins, mas o Estado é muito industrializado. Então, é perfeitamente possível fazer transporte até aqui de caminhão em uma noite e, no outro dia, ele sai e já vai estar na Europa no dia subseqüente.

[Off]

Enquanto os portugueses fazem planos no desembarque, no saguão do Aeroporto, este brasileiro não escondia a expectativa de embarcar num vôo direto. Joaquim é caminhoneiro na Europa e mora em Portugal. Pelo menos duas vezes ao ano, ele vem ao Brasil visitar os parentes que moram em Belo Horizonte. Animado, ele garante que, quando voltar, vai usar a nova rota para ter mais tempo livre com a família.

[Sonora Joaquim Filho, caminhoneiro]

É mais segurança que a gente vai ter. É mais rapidez. Vou ganhar mais um dia com a família aqui. É bem melhor.

[Nota pé – seca]

No vôo inaugural, dez jornalistas portugueses vieram fazer um levantamento sobre as cidades mineiras com potencial turístico para divulgação

no exterior. A nova rota da Tap (Transportes Aéreos Portugueses) não tem vôos nem às terças e nem às sextas-feiras. Outras informações no site da empresa.

[Nota seca]

A Libras (Língua Brasileira de Sinais) é um dos principais instrumentos de inclusão do deficiente auditivo. Reconhecida pelo Ministério da Educação como um recurso fundamental, a Libras é uma alternativa de trabalho e de renda. Se você se interessa em aprender a linguagem de sinais, a Organização Não-governamental Crepúsculo vai oferecer um curso em dois módulos, a partir de março. O primeiro módulo, às segundas e quartas, de sete às nove da noite. Ou aos sábados, de uma às cinco da tarde. O segundo módulo somente aos sábados, no mesmo horário. O preço do curso é de R$300, em cinco parcelas de R$60. A taxa de matrícula é de R$20. Outras informações pelos telefones 3225-0040 e 3223-1146. Você pode também mandar um e-mail. O endereço é crepusculobh@yahoo.com.br ou crepusculobh@click21.com.br.

[Chamada reportagem]

Em Itabira, na região central do Estado, um projeto revela a pequenos guias turísticos, a riqueza da obra de Carlos Drummond de Andrade. Além das informações sobre a cidade, eles agora vão poder declamar os poemas e falar aos turistas sobre a obra de um dos maiores poetas brasileiros.

[Off]

Os treinamentos estão sendo realizados desde dezembro do ano passado e têm um ano de duração. Aqui, eles passam por uma maratona semanal de estudos da vida e obra do poeta, além de aulas de expressão corporal e canto.

[Sonora Alexsandra Borges, instrutora]

Esse trabalho que a gente faz aqui é essa valorização mesmo para que Drummond seja reconhecido e valorizado dentro da própria cidade.

[Off]

Esta é a primeira reformulação do curso criado pela Fundação Cultural em 2001.

[Sonora Gabriel Fernandes, estudante]

Cada poema mostra coisas diferentes sobre a vida de Drummond, as formas que ele escreveu e tudo que ele falou.

[Off]

O Programa Drummonzinhos vai além da divulgação da obra do poeta. O Projeto tem sido uma forma de capacitar os adolescentes da cidade, despertando, ao mesmo tempo, o interesse pela literatura.

[Sonora Doracy Camargo, estudante]

É o resultado de quanto esse projeto hoje é importante para nossa cidade.

[Nota seca]

E, por hoje, é só. Voltaremos amanhã.

Edição: 15 de fevereiro de 2008 (sexta-feira)

[Nota seca]

Começa agora o Jornal Visual Minas, na Língua Brasileira de Sinais.

[Chamada reportagem]

Em meio a protestos de moradores e depois de muita discussão, a Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovou a construção da nova rodoviária no bairro Calafate, região oeste da capital.

[Off]

Foram 26 votos a favor e dez contra. Moradores e comerciantes da região acompanharam a votação com cartazes de protestos.

Das 28 emendas apresentadas pelos vereadores, apenas a que permite o embarque e desembarque de passageiros fora da rodoviária, em pontos previamente determinados, foi aceita.

O terreno que vai receber o novo terminal rodoviário tem 27 mil m^2 e fica nesta área, próxima às avenidas Silva Lobo e Teresa Cristina. Os moradores temem perder suas casas e muitos acreditam que o trânsito vai ficar mais tumultuado. E a região mais violenta.

A previsão é de que sejam gastos R$50 milhões nos dois anos de execução da obra.

[Chamada reportagem]

O Conselho Nacional de Biosegurança liberou a venda, em todo o país, de um tipo de milho modificado geneticamente. O milho liberado foi proibido recentemente em países como a França, a Áustria e a Hungria.

A técnica da transgenia, em estudo nos mais renomados laboratórios, entre eles o da UFMG, promete uma evolução científica que muita gente teme e desconhece.

[Off]

O Brasil é o maior produtor de soja no mundo. 60% da produção é transgênica e vai para o exterior. Entre os aspectos positivos dos transgênicos, estão a melhoria da produção, a maior resistência às pragas e, conseqüentemente, maior prazo de validade para os produtos.

A técnica da transgenia também está em estudo no laboratório do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG para a produção de vacinas.

[Sonora Vasco de Azevedo, pesquisador/UFMG]

A vacina transgênica você tira um gene ou dois genes dela, coloca dentro de uma receptora, no caso, dentro de uma bactéria de intestino, faz ela produzir aquela proteína e você injeta só uma proteína ou um gene dessa vacina de DNA que nós chamamos, desse organismo. Com isso, você nunca vai poder produzir a doença.

[Off]

Está em fase final de testes uma vacina transgênica contra Leishmaniose, doença que ataca cães e homens. A descoberta pode significar a imunização definitiva contra a doença.

[Sonora Vasco]

Vacinas transgênicas você nunca vai desenvolver a doença. Nunca vai ter um efeito colateral de apresentar essa doença. Você pode ter febre, inflação, algumas coisas assim são efeitos normais das outras vacinas. Mas tem maior segurança do que em relação às vacinas clássicas.

[Off]

Mas mesmo com todos os avanços, será que as pessoas sabem o que são transgênicos?

[Sonora “povo fala”]

Transgênicos? Não sei, não.

Um alimento modificado, mas não sei exatamente o que é.

[Passagem repórter Carlos Augusto Soares]

Existe uma corrente de especialistas, principalmente, de ambientalistas, que acredita que os alimentos geneticamente modificados pode trazer conseqüências negativas à saúde. Isso porque a cultura de alguns alimentos transgênicos contém genes que resistem aos antibióticos.

[Off]

Bem ou mal, o certo é que os transgênicos já entraram na composição de alguns alimentos que estão nas prateleiras dos supermercados. Identificados com este símbolo, ainda não conquistaram definitivamente o mercado. Na dúvida, tem gente que prefere não consumir.

[Sonora cidadão]

Hoje, eu acho que ainda resta muita dúvida porque não foi muito bem esclarecido para a população a respeito do alimento transgênico. Essa dúvida que leva as pessoas, às vezes, a não consumir. Ou alguns até a consumir. No meu caso, eu não consumo.

[Sonora cidadão]

Não está ainda totalmente esclarecido tudo. Ainda precisa de estudos em cima disso.

[Nota seca]

Confira agora as oportunidades de trabalho oferecidas pelo SINE/Caade para pessoas com deficiência. Dez vagas de auxiliar administrativo para quem tem deficiência física parcial e foi reabilitado pelo INSS. É para trabalhar em Belo Horizonte, no horário de oito da manhã às duas da tarde. Requisitos: 18 a 35 anos, segundo grau completo e experiência de um ano. O salário: R$484.

Dez vagas de carpinteiro para trabalhar em obras, fazendo estacas e andaimes, na capital. Horário comercial. Salário de R$717. As vagas são para sexo masculino, com idade entre 18 e 35 anos, primeiro grau (mesmo incompleto) e experiência de um ano. As vagas são também para deficientes físicos parciais reabilitados pelo INSS.

Os interessados devem comparecer à sede do Caade na rua da Bahia, 2.200, no bairro de Lourdes. Outras informações pelo telefone 3292-7754.

[Chamada reportagem]

O mundo em uma garrafa. Uma viagem que começou no sul da França, correu o mundo e estacionou em Belo Horizonte. O artista francês, Angel François, além de criar obras de rara delicadeza, contribui para reciclar o lixo.

[Off]

Uma paixão que começou cedo, na pequena cidade de Mansur-sturmer, no sul da França. Angel François precisou de poucos segundos para aprender a arte de fazer miniaturas.

[Sonora Angel François, artista plástico]

Eu vi um senhor, pescador, dos antigos que já fazia isso. E eu vi o gesto dele uns 30 segundos quando colocou dentro do vidro. 30 segundos e após eu lembrei. E estou mexendo até hoje.

[Off]

Depois de 60 anos dedicados a esse minucioso trabalho, Angel apresenta suas obras exposição “O mundo em uma garrafa”. Uma arte complexa, mas que usa materiais simples. Esta embarcação, típica da Europa, demorou quatro meses para ficar pronta. E boa parte do material foi encontrada no lixo.

[Sonora Angel]

O que está na rua, prego, arame, pego e faz muita coisa com isso. Sucata.

[Off]

Entre barcos e caravelas, momentos vividos pelo artista também foram retratados.

[Sonora Angel]

Eu tenho muita lembrança de um africano que se chama Zepelin, que está aqui. É muito difícil para falar. É tanta coisa. Carroceiro, meu vizinho, fiz também. De repente, é muito difícil para lembrar.

[Off]

Nenhum dos três filhos desse marinheiro aposentado com alma de artista seguiu seus passos. Mas a esperança dele está na neta.

[Sonora Angel]

Ela, aos domingos, bagunça a oficina. Pintura, lixa. Já mexe com pintar barco, corta. Acho que vai dar certo sim.

[Chamada reportagem]

Muitas pessoas aproveitam cada pedacinho que tem de terra em casa para cultivar plantas, flores e verduras. Em Itabira, na região central do Estado, a natureza retribui a um aposentado toda a dedicação e carinho. Ele é dono de um pé de couve com mais de cinco metros de altura.

[Off]

O quintal é pequeno, mas, aos poucos, Seu José Teixeira foi superando as limitações do espaço com muita criatividade. Cada canto foi aproveitado. Primeiro, vieram as flores. Logo em seguida, surgiram os pomares, as verduras e, até mesmo, as plantas medicinais.

[Sonora José Teixeira, aposentado]

Eu tenho minha couve, pé de goiaba, laranja, acerola. Eu tenho pitanga. Eu cuidei desse pedacinho aqui como se tivesse cuidando da minha mãe, da minha família. Você entendeu?

[Passagem repórter Rafael Oliver]

Além de toda esta variedade que Seu José Teixeira cultiva aqui neste pequeno espaço no quintal da casa dele, o que chama atenção mesmo são os pés de couve, principalmente, este que tem quase cinco metros de altura.

O pé é tão grande que, para subir nele, só mesmo com a ajuda de uma escada. Apesar de todo esse trabalho, ainda é preciso dobrar a ponta da planta

para conseguir cortar as folhas do pé de couve. Folhas essas que chegam a medir até 50cm.

[Sonora José Teixeira]

Você tem que colocar esterco constantemente, limpar, não deixar as mudas saírem. Só deixo as mudas saírem, às vezes, quando um vizinho pede, então, eu tenho as mudas para dar.

[Off]

O solo fértil e a espécie da planta ajudam no desenvolvimento. Seu José Teixeira é hoje conhecido por toda a vizinhança como “rei da couve gigante”. Só para se ter uma idéia, duas folhas desta couve dão para fazer uma porção para alimentar até cinco pessoas. Depois de picar tudo bem fininho e refogar no alho, é só aproveitar para degustar essa comida caseira e, principalmente, colhida no quintal de casa.

[Nota seca]

E por hoje é só. Voltaremos amanhã.

APÊNDICES

Apêndice A

Jornal Visual Minas – entrevista com Cristina Rocha

Entrevista concedida por Cristina Mara Rocha, jornalista, editora e locutora do Jornal Visual Minas, da Rede Minas de Televisão, no ano de 2006.

As perguntas foram enviadas por correio eletrônico em 22 de janeiro de 2006. Após contato por telefone e mais explicações acerca do assunto a ser tratado, o retorno foi dado, também por correio eletrônico, em 17 de fevereiro de 2006. As respostas abaixo estão transcritas integralmente.

1. Ivan Figueiredo (IF): *Quando o "Jornal Visual Minas" foi criado? Com qual finalidade? Como era a configuração das notícias (tamanho do quadro de intérprete, matérias selecionadas etc)? Qual o horário antigo de exibição e o tempo do mesmo? Porque o Jornal Visual da TVE é retransmitido logo após?*

Cristina Rocha (CR): O Jornal Visual foi criado em outubro de 1995. O objetivo era ser um jornal voltado para os portadores de deficiência em geral. Um trabalho contínuo de informações importantes para este público. Informações que iam da saúde ao serviço. O Jornal tinha 15 minutos, era diário e apresentado no horário de 18:30. A apresentação era feita por Daisy Garcia que além de fazer a locução das cabeças das matérias também fazia a interpretação por Libras (Língua Brasileira de Sinais). Quando a matéria era exibida a imagem dela era reduzida para um pequeno quadrado no canto direito da tela. Hoje exibimos o Jornal Visual da TVE por ser um Jornal que traz notícias nacionais e internacionais. Ele tem mais abrangência que o nosso que é local. Assim, o telespectador (portador de deficiência auditiva) tem informações mais abrangentes já que o nosso Jornal é mais voltado para as notícias do Estado.

2. IF: *Porque houve uma modificação no tamanho do quadro do intérprete para 2/3 da tela? Desde quando essa mudança foi implementada?*

CR: O tamanho do quadro do intérprete mudou para dar mais visibilidade na interpretação. Assim, o telespectador tem uma boa imagem da intérprete e também da reportagem que está sendo exibida. A mudança foi feita há dois anos.

3. IF: *Quem é a apresentadora atual? Desde quando assumiu? Por quê?*

CR: A apresentadora atual é Rosane Lucas. Ela está com a gente há um ano. Os pais de Rosane são surdos. Na família tem outros casos de surdez. Ela foi criada e educada neste ambiente e quando adulta se interessou em se profissionalizar como intérprete. Ela tem cursos de Libras e além da Emissora atua na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como intérprete de

professores em sala de aula tanto no caso de alunos que são surdos quanto agora com a implantação da disciplina de Libras onde o professor é surdo.

4. IF: *Existe algum retorno da comunidade surda a respeito do jornal?*

CR: Muitas pessoas ligam para a redação e para o Teleminas buscando informações divulgadas no Jornal. Temos mais procura quando divulgamos cursos de Libras e outros voltados para os deficientes.

5. IF: *Qual o grau de aceitação do telejornal? Quantos telespectadores ele possui? E os demais programas jornalísticos da emissora? Qual a área de cobertura do telejornal?*

CR: O Jornal Visual, como disse antes, exibe reportagens sobre o Estado de Minas Gerais. Hoje, diferente de quando o Jornal foi criado, não temos uma produção ou equipe na redação, voltada só para o Visual. O que exibimos já foi veiculado nos outros Telejornais da Emissora. Neste caso, o Jornal Sete e Meia (segunda a sexta 7:30); O Jornal Minas Primeira Edição (segunda a sexta, 12h); e o Jornal Minas Segunda Edição (segunda a sexta, 19:30). Temos hoje, uma editora responsável pelo Jornal. A jornalista Cristina Rocha edita e também faz a locução. A Rosane fica por conta da interpretação. Pra isso, ela lê as laudas e assiste as matérias sempre antes das gravações. A edição do Jornal procura estabelecer relações entre os assuntos, atualizando informações com notas secas e sempre divulgando cursos voltados para as pessoas com deficiência com maior foco no auditivo. A comunidade surda através das entidades públicas sempre manifestam satisfação com o Jornal. Mas, não temos uma relação onde eles emitem opiniões.

6. IF: *Os telespectadores emitem opinião a respeito do telejornal? Os surdos o que sinalizam?*

CR: Na sua pergunta anterior acabei respondendo parte das questões 6 e 7. Volto só na questão das matérias frias. Como o Jornal Visual entra logo depois do Jornal Minas e em seguida entra o Jornal de Esportes tem determinadas matérias, mais factuais, que ficariam como se fosse reprise. Assim, optamos por não dar ou simplesmente atualizamos a informação.

7. IF: *Por que se dá preferência por matérias "frias"? Qual a dificuldade de noticiar fatos recentes?*

CR: (resposta emitida nas questões anteriores)

8. IF: *Existe perspectiva de mais programas da emissora receberem a tradução simultânea em Libras? Por que tal medida será (ou não) adotada?*

CR: Existe um projeto na Emissora do Programa Brasil das Gerais ser apresentado com uma intérprete no canto direito da tela.

Apêndice B

Jornal Visual Minas – entrevista com Maria Glória Metzer

Entrevista concedida pela atual editora do Jornal Visual Minas, Maria Glória Metzer.

As perguntas foram enviadas por correio eletrônico no dia 15 de fevereiro de 2008. As respostas foram dadas, pelo mesmo canal, no dia 21 de março de 2008. Abaixo, seguem as respostas integralmente.

1. Ivan Figueiredo (IF): *Por que houve alteração no horário de exibição do telejornal de 12h30 para 12h50 e a exibição também aos sábados (o que não ocorria anteriormente)?*

Maria Glória Metzer (GM): Periodicamente, a TV faz modificações na grade de programação, em função de vários fatores. Nesse caso, o motivo foi a reprise do programa Emprego & Renda, logo depois do Jornal Minas 1a. Edição. E aos sábados, para manter a fidelidade do horário.

2. IF: *O tempo do Jornal Visual também foi alterado de 15 para 10 minutos? Quais seriam os motivos para essa modificação?*

GM: De acordo com a Diretoria de Programação, o JV sempre teve 10 minutos. Chegou a ser reduzido para 5 minutos, há alguns anos, e agora voltou ao tempo de 10 minutos. Pode ser que algumas edições ultrapassaram o tempo normal.

3. IF: *Por que o Jornal Visual da TVE deixou de ser veiculado em conjunto com o Jornal Visual Minas?*

GM: Devido a mudanças na grade de programação da TVE.

4. IF: *Percebe-se que ocorreram mudanças com relação à composição das notícias do telejornal. Anteriormente, o Jornal Visual Minas era marcado predominantemente por matérias frias reaproveitadas de outros telejornais da emissora. Porém, agora há mais espaço para notícias de interesse da audiência do programa, bem como relacionadas ao cotidiano da região de Belo Horizonte. Exemplo disso são as notas sobre empregos para pessoas com diferença sensorial e matérias relacionadas à aposentadoria, problemas da cidade de BH etc. Houve uma modificação na linha editorial do Jornal Visual Minas? O que se busca noticiar agora? Ou a redução no tempo das edições que buscou balancear de modo mais adequado notícias de utilidade pública com matérias frias?*

GM: Desde o mês de julho/2007, quando passei a editora-chefe do JV, tenho tentado fazê-lo mais informativo, com notícias de interesse da comunidade surda. São modificações pequenas, mas que começam a surtir bom efeito.

6. IF: *A que se deve a preferência por matérias frias ao invés de notícias factuais? O programa já conta com uma equipe de produção/reportagem específica?*

GM:O JV sempre foi montado com reportagens já veiculadas nos demais telejornais da casa, pelo fato de ser gravado, em função do uso da LIBRAS. Além de não possuir equipes específicas, procuramos informar ao deficiente auditivo com a linguagem de sinais, sobre assuntos que ele possa ter visto nos outros telejornais, mas não pôde entender.

Naturalmente, evitamos matérias que exploram música, sobe-sons, que não podem ser traduzidos na linguagem de sinais. Mantemos sobe-sons curtos nos finais de algumas matérias por questões técnicas.

7. IF: *As reportagens são, normalmente, reaproveitadas de outros programas Rede Minas. Uma delas (sobre um pé de couve de cinco metros) foi veiculada na terça-feira pelo Jornal Minas 1ª. Edição e somente hoje (15/02/08) foi transmitida pelo Jornal Visual Minas. Por que há esse "atraso" na re-exibição dessas matérias?*

GM: Mesmo as matérias frias obedecem ao critério de periodicidade. Se um pé de couve gigante, por exemplo, pode ser guardado para mais tarde, damos a preferência a outro assunto que precisa ser veiculado o mais rápido possível, porque pode perder a atualidade.

8. IF: *Qual seria a audiência pretendida pelo telejornal?*

GM: A expectativa é que o JV seja assistido em todo o Estado.

9. IF: *No que se refere às notícias, como é montado o Jornal Visual Minas? Quais são os critérios de seleção dessas notícias?*

GM: Não podemos ser factuais, pelo fato do jornal ser gravado. Buscamos ser mais atuais, com as gravações sendo feitas com um dia de antecedência. Parece que está ficando melhor. A julgar pela opinião de alguns telespectadores que telefonam ou mandam e-mails.

10. IF: *Qual seria a abrangência do telejornal?*

GM: A TV ainda não possui pesquisa sobre essa abrangência.

11. IF: *Existe retorno dos telespectadores? Eles influenciam na formatação do programa?*

GM: O retorno existe quanto ao conteúdo. As notícias e as notas de serviço estão agradando. O público sempre telefona, pedindo detalhes das notícias divulgadas. Muitos telespectadores também enviam cumprimentos, sugestões e elogios pela internet. No final do ano passado, o Jornal Visual foi premiado com um troféu na categoria mídia para deficientes, depois de ser indicado e, posteriormente, observado durante três meses, pela comissão responsável. O Prêmio foi criado por 22 Organizações Não-Governamentais para homenagear as diversas áreas que contribuem com a inclusão de deficientes, como: saúde, educação, tecnologia, etc. Em função disso, já estamos planejando algumas mudanças no sentido de aprimorar o conteúdo do jornal, tais como produção de

matérias específicas para o jornal, entrevistas de estúdio, mas que demandam mais recursos.

Apêndice C

QUESTIONÁRIO 1 – DADOS PESSOAIS

Data:_____ Local: _____
Aplicador do questionário:
_____
Intérprete (s):
_____

1) Dados pessoais do entrevistado
Nome:_____
_____
Idade: _____
Profissão/ocupação:_____
Cidade (de origem/ onde reside/onde trabalha):
_____
_____

2) Como aprendeu a Libras?
_____
_____
_____
_____
_____
_____

3) Como você foi educado? Freqüentou escola especial (por exemplo, APAE, INES)? Por quanto tempo?
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

4) Você sabe Português? Como aprendeu?
_____
_____
_____
_____

_____
_____
_____
_____

4.1) Se sim, você aprendeu a Libras antes do Português?

_____
_____

5) Você tem o hábito de assistir TV?

□ Sim □ Não

Se sim, quais programas você mais assiste?

_____
_____

6) Você assiste a telejornais?

□ Sim □ Não

Se sim, quais telejornais você assiste mais?

_____
_____

6.1) Quantas vezes na semana você assiste aos telejornais?

_____

6.2) Quanto tempo por dia você assiste aos telejornais?

_____

7) Você conhece a tradução por meio da intérprete na TV?

□ Sim □ Não

9) Você já assistiu o Jornal Visual Minas, da Rede Minas?

□ Sim □ Não

QUESTIONÁRIO 1.1 – ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

* Primeira sessão de entrevistas. Questões relativas à edição de segunda-feira, 11 de fevereiro de 2008, do Jornal Visual Minas

Nome do entrevistado:
_____
Data: _____ Local:
_____
Aplicador do questionário:
_____
Intérprete:
_____

1) Você assiste o Jornal Visual na hora em que ele é passado (de segunda a sexta, às 12h50)? Por quê?
_____
_____
_____
_____
_____

2) O que você acha da divisão da tela da televisão que o Jornal Visual faz? O tamanho da imagem que aparece a intérprete é adequado?
_____
_____
_____
_____
_____

3) Você se lembra quais notícias que passaram no telejornal? O que elas diziam? Se não se lembra, por quê?
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

4) Você conhece os gestos/sinais que a intérprete fez? Quais sinais você não conhecia? Por quê?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

5) Você aprendeu sinais novos ao assistir o Jornal Visual Minas? Se sim, quais sinais aprendeu? Como soube o que os sinais significavam?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

6) As imagens que passam ao lado da intérprete dizem alguma coisa para você? Elas ajudaram você a entender o que se passa na notícia? Por quê?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

QUESTIONÁRIO 2 – GRUPO FOCAL

* Segunda sessão de entrevistas. Entrevistas em grupo. Questões relativas à edição de terça e quarta-feira, 12 e 13 de fevereiro de 2008, do Jornal Visual Minas

Data: _____ Local:
_____
Aplicador do questionário:
_____
Intérprete (s):
_____

1) O que você espera encontrar ao assistir o Jornal Visual Minas? Você se sente informado com o Jornal Visual? Por quê?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

2) As notícias do Jornal Visual Minas ajudam você a conhecer melhor o mundo em que vive? De que modo?

_____
_____
_____

3) As notícias trazem o dia-a-dia dos surdos? O que você gostaria que fosse mostrado no Jornal Visual Minas? Por quê?

QUESTIONÁRIO 3 – GRUPO FOCAL

* Terceira sessão de entrevistas. Entrevistas em grupo. Questões relativas à edição de terça e quarta-feira, 12 e 13 de fevereiro de 2008, do Jornal Visual Minas

Data: _____ Local: _____
Aplicador do questionário:
_____
Intérprete (s):
_____

1) O que você mudaria no Jornal Visual Minas?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

2) Se a notícia fosse transmitida somente por imagens (sem a intérprete), você entenderia? Por quê?

_____
_____
_____
_____
_____